

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

PROGRAMA DE MESTRADO EM CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS

MURILLO CALIXTO NAVARRO OLIVEIRA

**INTERVENÇÕES URBANAS COMPENSATÓRIAS DO VILA PARQUE E A
SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS DE SANTANA DE
PARNAÍBA-SP/BRASIL**

São Paulo

2021

Murillo Calixto Navarro Oliveira

**INTERVENÇÕES URBANAS COMPENSATÓRIAS DO VILA PARQUE E A
SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS DE SANTANA DE
PARNAÍBA-SP/BRASIL**

**COMPENSATORY URBAN INTERVENTIONS OF VILA PARQUE AND THE
SUSTAINABILITY OF THE PERIPHERAL TERRITORIES OF SANTANA DE
PARNAÍBA-SP/BRAZIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis**.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Capellani Quaresma.

São Paulo

2021

Oliveira, Murillo Calixto Navarro.

Intervenções urbanas compensatórias do Vila Parque e a sustentabilidade dos territórios periféricos de Santana de Parnaíba-SP/Brasil./ Murillo Calixto Navarro Oliveira. 2021.

181 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2021.

Orientador (a): Prof. Dr. Cristiano Capellani Quaresma.

1. Áreas de risco. 2. Infraestrutura urbana. 3. Instrumentos de planejamento urbano. 4. Habitação social.

I. Quaresma, Cristiano Capellani. II. Título.

CDU 711.4

**INTERVENÇÕES URBANAS COMPENSATÓRIAS DO VILA PARQUE E A
SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS DE SANTANA DE
PARNAÍBA-SP/BRASIL**

Por

Murillo Calixto Navarro Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, apresentada à Banca Examinadora formada por:

Prof. Dr. Cristiano Capellani Quaresma - Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof^a. Dr^a. Cintia Elisa de Castro Marino - Universidade Nove de Julho - UNINOVE

Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Júnior - Universidade Regional do Cariri – URCA

São Paulo, 07 de Dezembro de 2021

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao meu professor e orientador, Dr. Cristiano Capellani Quaresma, por toda dedicação, empenho, paciência e sabedoria compartilhada comigo, neste programa de mestrado voltado às Cidades Inteligentes e Sustentáveis.

Agradeço aos professores que compuseram a banca examinadora, Dr^a. Cintia Elisa de Castro Marino e Dr. Francisco do O' de Lima Júnior, por trazerem contribuições que foram cirúrgicas e valiosas, dadas a partir das suas análises, correções e oratórias.

Agradeço à minha mãe, irmã e ao meu amor, por todo apoio recebido e por serem o meu porto seguro durante todo o percorrer da minha vida.

Agradeço aos amigos próximos, colegas da turma de mestrado, colegas do trabalho e aos professores da UNINOVE, pelas dicas, ensinamentos, experiências, opiniões e suporte dado ao longo dessa trajetória.

E, por último, mas não menos importante, agradeço a todos os entrevistados, por compartilharem o seu ponto de vista, conhecimentos e vivências, que foram fundamentais ao enriquecimento deste trabalho.

Resumo

Santana de Parnaíba é o município da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo que obteve o maior crescimento populacional nas últimas décadas, caracterizado por um processo de urbanização acelerado que resultou em um quadro marcado pelo déficit habitacional e ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda. Tal quadro trata-se do mesmo observado na maior parte das cidades brasileiras, decorrendo das dificuldades que o poder público tem em solucionar os problemas urbanos, tendo em vista a carência de recursos, ausência de planejamento de médio e longo prazo e especulação imobiliária. Desse modo, o objetivo desta dissertação foi o de analisar as contribuições das intervenções urbanas compensatórias, inerentes à construção do condomínio "Vila Parque", para o aumento da sustentabilidade dos territórios periféricos de Santana de Parnaíba-SP/Brasil. Esse estudo se baseou na metodologia de pesquisa exploratória, cuja abordagem se deu de maneira qualitativa, a partir de uma revisão sistemática de literatura estruturada, coleta de dados e análise de conteúdo, com a aplicação de questionários aos moradores e entrevistas com funcionários públicos municipais. Na revisão bibliográfica realizada não foram encontradas referências específicas ou uma metodologia para a avaliação da sustentabilidade em áreas periféricas, aumentando assim a pertinência de novos estudos que considerem as particularidades destas regiões carentes. Dessa forma, por meio de uma demonstração prática, os resultados contribuem com a avaliação dos distintos aspectos das dimensões da sustentabilidade urbana, voltados à territórios pobres e vulneráveis. Além disso, foi observado que a ação do capital privado sobre o espaço urbano, quando direcionados de maneira adequada pelo poder público local, a partir da utilização dos instrumentos urbanísticos existentes, podem garantir o desenvolvimento e a inclusão sócio-territorial, em prol dos direitos à cidade e à vida urbana.

Palavras-chave: Áreas de risco; Infraestrutura urbana; Instrumentos de planejamento urbano; Habitação social.

Abstract

Santana de Parnaíba is the municipality in the western sub-region of the Metropolitan Region of São Paulo that obtained the highest population growth in recent decades, characterized by an accelerated urbanization process that resulted in a situation marked by the housing deficit and occupation of risk areas by the low-income population. This description is the same as observed in most Brazilian cities, arising from the difficulties that the government has in solving urban problems, in view of the lack of resources, absence of medium and long-term planning and property speculation. Thus, the objective of this dissertation was to analyze the contributions of compensatory urban interventions, inherent to the construction of the "Vila Parque" condominium, to increase the sustainability of the peripheral territories of Santana de Parnaíba-SP/Brazil. This study was based on the exploratory research methodology, which was approached in a qualitative way, from a systematic review of structured literature, data collection and content analysis, with the application of questionnaires to residents and interviews with municipal public officials. In the literature review carried out, no specific references or methodology were found for the assessment of sustainability in peripheral areas, thus increasing the relevance of new studies that consider the particularities of these poor regions. In this way, through a practical demonstration, the results contribute to the assessment of the different aspects of the dimensions of urban sustainability, aimed at poor and vulnerable territories. In addition, it was observed that the action of private capital on urban space, when properly directed by the local government, based on the use of existing urbanistic instruments, can guarantee socio-territorial development and inclusion, in favor of the rights to the city and urban life.

Keywords: Risk areas; Urban infrastructure; Urban planning instruments; Social housing.

Lista de Figuras

Figura 1. Dimensões da sustentabilidade extraídas de um diagrama conceitual de cidades inteligentes e sustentáveis.....	37
Figura 2. Dimensões da sustentabilidade extraídas de modelo de smart city latino-americano.....	39
Figura 3. Dimensões da sustentabilidade extraídas de modelo comparativo entre ISO 37.120 (2017) e SDG (2015).....	43
Figura 4. Dimensões da sustentabilidade propostas para análise da sustentabilidade nas áreas periféricas de Santana de Parnaíba/SP.....	56
Figura 5. Localização das unidades sorteadas para aplicação dos questionários no Conjunto Municipal Júpiter.....	63
Figura 6. Localização das unidades sorteadas para aplicação dos questionários no Conjunto Vila Poupança II.....	64
Figura 7. Centro histórico do município de Santana de Parnaíba.....	86
Figura 8. Mapa das Classes de Setores Censitários de Santana de Parnaíba, SP, Brasil.....	89
Figura 9. Localização dos loteamentos Chácaras do Solar Setores 01, 02 e 03.....	91
Figura 10. Mapa das áreas enquadradas como ZEIS no município de Santana de Parnaíba.....	93
Figura 11. Mapa com recorte das áreas enquadradas como ZEIS com a indicação dos loteamentos “Chácaras do Solar Setor 01, 02 e 03”.....	94
Figura 12. Sobrados geminados do condomínio "Vila Parque”.....	95
Figura 13. Fachada do empreendimento “Shopping Open Mall” e entrada do Vila Parque.....	96

Figura 14. Clube do condomínio "Vila Parque"	97
Figura 15. Obras da "RZK Empreendimentos" no "Chácaras do Solar Setor 03"	98
Figura 16. Invasões em áreas de risco mapeadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas [IPT], sobre ortofoto de 2007.....	101
Figura 17. Remoção das ocupações das áreas de risco mapeadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas [IPT], sobre imagem do Google Earth de 2021.....	101
Figura 18. Invasões em áreas de preservação permanente [APP] conforme hidrografia realizada pela Emplasa, sobre ortofoto de 2007.....	103
Figura 19. Remoção das ocupações das áreas de preservação permanente [APP] e licenciamento ambiental do "Vila Parque", sobre imagem do Google Earth de 2021.....	103
Figura 20. Capa do relatório local voluntário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS].....	104
Figura 21. Primeira fase da entrega de moradia social no Conjunto Municipal Júpiter.....	105
Figura 22. Segunda fase da entrega de moradia social no Conjunto Vila Poupança II.....	106
Figura 23. Intervenções urbanas para implantação de nova urbanização e ações de mitigação realizadas pela prefeitura de Santana de Parnaíba e "RZK Empreendimentos".....	107
Figura 24. Colégio Municipal João de Barro construído pela "RZK Empreendimentos".....	108
Figura 25. Proposta de dimensões da sustentabilidade criados para análise dos territórios periféricos de Santana de Parnaíba - SP.....	113
Figura 26. Grau de escolaridade dos moradores respondentes.....	115
Figura 27. Moradores com Ensino Superior.....	116
Figura 28. Avaliação dos moradores sobre a qualidade de ensino.....	116

Figura 29. Sentimento de segurança dos moradores na comparação da moradia atual com a anterior, removida.....	117
Figura 30. Avaliação da salubridade dos moradores na comparação da moradia atual com a anterior, removida.....	118
Figura 31. Avaliação da relação entre os moradores dos conjuntos habitacionais.....	121
Figura 32. Sentimento de pertencimento dos moradores com a comunidade.....	122
Figura 33. Avaliação da relação de vizinhança atual em comparação com a moradia anterior, removida.....	122
Figura 34. Percepção dos moradores sobre a transparência do governo municipal.....	124
Figura 35. Sentimento dos moradores durante a ação de remoção das áreas de risco.....	124
Figura 36. Sentimento atual dos moradores, após o recebimento da Habitação de Interesse Social.....	125
Figura 37. Percepção sobre a participação dos moradores no processo de remoção.....	126
Figura 38. Taxa de unidades habitacionais com moradores desempregados.....	129
Figura 39. Taxa de unidades habitacionais com menores trabalhando.....	130
Figura 40. Renda familiar dos moradores respondentes.....	131
Figura 41. Vínculo empregatício dos moradores respondentes.....	132
Figura 42. Moradores que trabalham na mesma região onde residem.....	133
Figura 43. Carga horária semanal dos moradores respondentes.....	134
Figura 44. Serviços que as moradias anteriores, removidas, possuíam.....	137
Figura 45. Serviços que as unidades habitacionais atuais possuem.....	138
Figura 46. Comparação entre a infraestrutura da moradia atual com a anterior, removida.....	139

Figura 47. Principais meios de transporte dos moradores respondentes.....	140
Figura 48. Opinião dos moradores sobre o transporte público.....	141
Figura 49. Comparação entre o acesso ao transporte público da moradia atual com a anterior, removida.....	142
Figura 50. Infraestrutura do acesso à rede de internet pelos moradores respondentes.....	145
Figura 51. Infraestrutura do acesso à rede de internet na moradia anterior, removida.....	146
Figura 52. Interesse dos moradores por internet de banda larga na sua residência.....	147
Figura 53. Comparação entre o acesso à internet da moradia atual com a anterior, removida.....	148
Figura 54. Opinião dos moradores sobre a velocidade da internet na sua moradia.....	148
Figura 55. Relação de equipamentos com acesso à internet nas unidades habitacionais.....	149
Figura 56. Taxa de moradores que já fizeram alguma solicitação à prefeitura pela internet.....	150
Figura 57. Taxa de moradores que acompanham as notícias da prefeitura pela internet.....	151
Figura 58. Taxa de moradores que fazem a separação do lixo para reciclagem.....	155
Figura 59. Avaliação dos moradores sobre a importância da reciclagem.....	155
Figura 60. Contribuição da preservação do meio ambiente da moradia atual em comparação com a anterior.....	156
Figura 61. Avaliação dos moradores sobre a importância de preservação das áreas verdes do bairro.....	157

Figura 62. Avaliação dos moradores sobre a importância de preservação dos cursos d'águas do bairro.....158

Figura 63. Avaliação dos moradores sobre a importância da existência de áreas de lazer no bairro.....159

Lista de Tabelas

Tabela 1. Indicadores individuais para cidades sustentáveis para Shmelev e Shmeleva (2019).....	38
Tabela 2. Indicadores individuais para cidades sustentáveis para Marchetti, Oliveira e Figueira (2019).....	40
Tabela 3. Indicadores individuais para cidades sustentáveis para Moschen et al. (2019).....	44
Tabela 4. Resultado da revisão sistemática de literatura estruturada.....	53
Tabela 5. Análise da sustentabilidade das intervenções urbanas realizadas pelo olhar dos moradores.....	58
Tabela 6. Análise da sustentabilidade das intervenções urbanas realizadas pelo olhar dos funcionários públicos.....	60
Tabela 7. Identificação e perfil profissional dos funcionários públicos entrevistados.....	66
Tabela 8. Matriz estrutural da pesquisa.....	67
Tabela 9. Crescimento populacional dos Municípios da Sub-Região da RMSP.....	87

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Problemática da Pesquisa	19
1.1.1 Questão da Pesquisa	21
1.2 Objetivos	21
1.2.1 Objetivo Geral	21
1.2.2 Objetivos Específicos	21
1.3. Justificativa para estudo do tema	22
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1 Agentes de produção do espaço urbano e o direito à cidade	25
2.2 O instrumento urbanístico de Estudo de Impacto de Vizinhança [EIV]	32
2.3 Territórios periféricos e o desenvolvimento sustentável	34
2.3.1 Sustentabilidade urbana, modelos e instrumentos de avaliação	36
2.3.1.1 Dimensões da sustentabilidade para megacidades globais	36
2.3.1.2 Dimensões da sustentabilidade para cidades latino-americanas	39
2.3.1.3 Dimensões da sustentabilidade para cidades brasileiras	43
2.3.2 Expansão das dimensões de sustentabilidade e a nova agenda urbana	45
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
3.1 Revisão sistemática de literatura estruturada	51
3.2 Coleta de dados do objeto de pesquisa	54
3.3 Criação das dimensões da sustentabilidade urbana para avaliação das intervenções urbanas	55
3.3.1 Aplicação do questionário com os moradores dos conjuntos habitacionais	62
3.3.2 Entrevistas com os funcionários públicos e análise de conteúdo	65
3.4 Matriz estrutural da pesquisa	67
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	69
4.1 Intervenções urbanas em territórios periféricos	69
4.1.1 Ação do Estado e especulação imobiliária	71
4.1.2 Equipamento público, infraestrutura, habitação social e mobilidade	77

4.1.3 Arquitetura e urbanismo para territórios periféricos	82
4.1.4 Síntese dos resultados obtidos a partir das três categorias de análise	83
4.2. As Intervenções Urbanas na periferia de Santana de Parnaíba	85
4.2.1 O município de Santana de Parnaíba-SP/Brasil	85
4.2.2 A Região periférica dos loteamentos "Chácaras do Solar"	90
4.2.3 O empreendimento "Vila Parque"	95
4.2.3 O processo das intervenções urbanas analisadas	99
4.3. Análise da sustentabilidade urbana na periferia de Santana de Parnaíba	111
4.3.1 Dimensões sociais e urbanísticas	114
4.3.2 Dimensões políticas e de participação popular	120
4.3.3 Dimensões econômicas	129
4.3.4 Dimensões de serviços e transporte	136
4.3.5 Dimensões de tecnologia e informação	144
4.3.6 Dimensões ambientais	154
4.3.7 Síntese dos domínios temáticos da sustentabilidade urbana	162
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
Apêndice I - Questionário com os moradores dos conjuntos habitacionais	175

1. INTRODUÇÃO

Santana de Parnaíba é conhecida como o Berço dos Bandeirantes, sua fundação às margens do Rio Tietê é datada de 1580 e o município abriga um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos do estilo colonial do Estado de São Paulo, representados por mais de 209 edificações tombadas (em 1982) pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico [CONDEPHAAT], conforme Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba (PMSP, 2020c).

O município também é conhecido por abrigar o eixo de expansão da região de Alphaville, fundada no município de Barueri na década de 1970, um dos primeiros e mais conhecidos conjuntos de loteamentos fechados do Brasil, e também abriga a região da Aldeia da Serra, onde é observado a proliferação de condomínios e loteamentos fechados. Neste cenário, as camadas de alta renda colaboram para que o município alcance elevados Índices de Desenvolvimento Humano [IDH], e sob esse indicador Santana de Parnaíba ocupa a 14º posição no ranking de municípios brasileiros (IBGE, 2010).

Ainda, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], entre 1991 a 2018, Santana de Parnaíba obteve a maior taxa de crescimento (262%) em relação à Zona Oeste da Região Metropolitana de São Paulo [RMSP]. Esse aumento é decorrente da expansão populacional da metrópole paulista. Conseqüentemente, o município sofreu drásticas transformações territoriais, apresentando um crescimento urbano descentralizado, marcado pela conurbação com os municípios adjacentes, criando-se “espaços urbanos fragmentados” (Salgueiro, 1998).

Este processo de urbanização resultou em uma cidade com múltiplas centralidades, compostas pelo Centro Histórico, Aldeia da Serra, Alphaville e Tamboré, Cururuquara, Colinas da Anhanguera, Chácaras do Solar, Parque Santana, entre outros, as quais diferem entre si do ponto de vista ambiental, social e econômico, não permitindo que a periferia de Santana de Parnaíba seja tratada como uma unidade (PMSP, 2021d).

As áreas analisadas neste estudo estão localizadas nos loteamentos Chácaras do Solar, setores 02 e 03, em uma região que é “conurbada” com o município de Cajamar. Esta região originou-se de antigos loteamentos de chácaras de lazer. Essa região é composta de galpões empresariais, comércios, equipamentos públicos, alguns condomínios, como o Vila Parque, e uma série de núcleos irregulares, tanto em áreas particulares como públicas, com a predominância de população de baixa renda, sendo que a maioria desses núcleos está demarcada como Zona Especial de Interesse Social [ZEIS], conforme Anexo 05 da Lei de Zoneamento do município nº 2462/2003 (mapa original conforme a Lei nº 3192/2012).

Sob os atuais e imperativos preceitos da gestão e desenvolvimento urbano sustentável, em Junho de 2019, o município entregou para Organização Mundial das Nações Unidas [ONU] o relatório local voluntário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS]. Primeiro relatório sobre ODS do Brasil, cujo título foi “Santana de Parnaíba conectada ao futuro” (PMSP, 2019a).

Neste documento, o município se comprometeu em trabalhar, entre outros, com o ODS de número 11, referente às “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, que tem como finalidade tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

No anexo 02 do relatório supracitado, referente às “Parcerias da Secretaria Municipal de Habitação” (Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, 2019), encontra-se o objeto de estudo desta dissertação, que consiste na construção de 236 unidades habitacionais (horizontais e verticais), realizadas em 02 fases e construídas pela parceria do setor imobiliário com a gestão pública. Onde a finalidade da construção Habitação de Interesse Social [HIS] foi para a realocação de famílias que estavam em áreas públicas e particulares, ocupadas irregularmente, em locais que são mapeados como “áreas de risco”, tanto por inundação de córrego, como por deslizamento de terra pelo relevo de alta declividade.

Desse modo, neste estudo é considerada a construção de 156 casas no núcleo denominado “Conjunto Municipal Júpiter”, localizado no loteamento Chácara do Solar Setor 02, bem como foram considerados as 20 casas e os 60 apartamentos no núcleo denominado “Conjunto Vila Poupança II”, área que é confrontante ao loteamento Chácara do Solar Setor 03, totalizando a construção das 236 unidades de Habitação de Interesse Social [HIS] supracitadas.

É preciso salientar que essas ações transformadoras do espaço urbano são resultantes da implantação do condomínio “Vila Parque” realizado pela empreendedora imobiliária “RZK Empreendimentos”. Este condomínio foi idealizado com mais de 750 unidades habitacionais, de casas e apartamentos, de médio e alto padrão, e clube de lazer de acesso exclusivo.

É importante ressaltar que as obras viárias e ambientais promovidas pela empresa “RZK Empreendimentos” foram resultados da aplicação por parte do poder público do instrumento de planejamento e de gestão urbana denominado Estudo de Impacto de Vizinhança [EIV] inerente à implantação do condomínio “Vila Parque”.

E, segundo o processo administrativo da Secretaria Municipal de Habitação [SMH] de Santana de Parnaíba, foi firmado, entre a administração pública e o empreendedor imobiliário do Vila Parque, um documento intitulado “Instrumento Particular de Regulamentação da Comunhão de Interesses e Outras Avenças para implantação de Nova Urbanização e Ações de Mitigação em prol do Meio Ambiente e Sociedade Civil” (PMSP, 2021d).

Dessa maneira, a princípio, esta remoção da população das áreas de risco, conforme citada, não foi planejada, mas decorrente de um processo administrativo vinculado ao empreendimento imobiliário, que, por meio de reuniões entre representantes da iniciativa privada com os gestores das secretarias municipais, tornou viável a construção de 236 unidades de Habitação de Interesse Social [HIS], sem custo aos beneficiados.

Desse modo, para a realização dos conjuntos de HIS, a prefeitura de Santana de Parnaíba providenciou os terrenos para a sua implantação, sendo a construção feita pela “RZK Empreendimentos”. Além das unidades habitacionais, a construtora do condomínio "Vila Parque" também foi responsável pela construção da Creche Municipal “João de Barro” e pela implantação de infraestruturas no bairro, como a duplicação de um trecho da Av. Tenente Marques, a principal via arterial da região, com a criação, nesta duplicação, de uma galeria de salas comerciais e cinemas; e, por fim, também houve a recuperação do córrego do Vacanga, com canalização aberta (PMSP, 2019a).

Estas obras e medidas compensatórias, entre outras realizadas na região analisada da periferia de Santana de Parnaíba, conformam as intervenções urbanas que foram objeto de estudo dessa dissertação e investigadas no âmbito da sustentabilidade urbana.

1.1 Problemática da Pesquisa

O município de Santana de Parnaíba vem sofrendo drásticas transformações devido ao processo de urbanização acelerada e ao crescimento acentuado da população nas últimas décadas, impulsionados pela expansão da Região Metropolitana de São Paulo [RMSP].

Segundo Maricato (2015), a questão urbana e fundiária é de competência constitucional dos municípios, mas quando se trata de região metropolitana também é do governo do Estado, no entanto, não houve propostas e nem sequer discurso para uma “Reforma Urbana” no âmbito da RMSP.

Na maior parte das cidades brasileiras, é comum que o poder público tenha dificuldades em solucionar os problemas urbanos, notoriamente pelas limitações no planejamento urbano de médio e longo prazo. Em consequência da implementação de planos urbanos e políticas sociais inconsistentes, observa-se, em Santana de Parnaíba, uma série de problemas à exemplo da carência de infraestrutura urbana e de saneamento básico, das deficiências na mobilidade urbana, refletidas nas poucas opções para transporte público, no baixo número de ciclovias, nos passeios públicos inadequados, na falta de hierarquização das vias, entre outros.

Desse modo, esta dissertação partiu do pressuposto de que práticas de coordenação do poder público e utilização de instrumentos urbanísticos, envolvendo a iniciativa privada, podem contribuir com o planejamento urbano, com a mitigação de riscos, com o provimento de moradia popular e com a melhoria da infraestrutura urbana.

As desigualdades e seus problemas derivados (por exemplo, a falta de moradia adequada) são impasses a serem vencidos pelos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil. Segundo Villaça (2012), o maior problema do Brasil não é a pobreza, mas a desigualdade social e, segundo este autor, não existe a transformação do espaço sem a transformação social.

O plano diretor vigente do município é datado de 2006 (Lei Municipal Complementar nº 30/2006), encontrando-se, dessa maneira, desatualizado, pois, até o ano de 2020, não houve aprovação de uma nova revisão, que, segundo o Estatuto da Cidade (2001), deveria ser a cada 10 anos.

Verifica-se que a região dos loteamentos Chácaras do Solar, setores 02 e 03, cresceu independente do centro político-administrativo da cidade, decorrendo desta ausência de planejamento urbano, caracterizando-se como uma área periférica do município com características próprias. Como mencionado, trata-se de uma região que é “conurbada” com o município de Cajamar, e que é composta por uma série de núcleos irregulares, com predominância de população de baixa renda.

É importante destacar que, nesta pesquisa, foram utilizados os conceitos de periferia adotados por Fernandes & Mata (2015), que apresentam, em uma escala local urbana, um sentido de periferia enquanto insistência discursiva, pois, estas regiões são normalmente associadas com “zonas problemáticas”, “bairros das drogas”, “áreas críticas”, entre outros, e também por um sentido relacionado à distância espacial, uma vez que o território periférico se constitui de uma distância simbólica em relação ao centro, constituída majoritariamente por populações economicamente desfavorecidas, em situações designadas pela “exclusão social”.

Ademais, observa-se que historicamente, em cidades brasileiras, há um viés negativo às ações do capital imobiliário na produção do espaço urbano, as quais são geralmente apontadas como prejudiciais do ponto de vista da inclusão ou da justiça socioespacial. No entanto, o fato observado em Santana de Parnaíba e que se constitui no objeto de análise da presente dissertação demonstrou tratar-se de uma realidade que se opõe à esta visão, permitindo a formulação da hipótese de que as contribuições das intervenções urbanas compensatórias, inerentes à construção do condomínio "Vila Parque", contribuíram para o aumento da sustentabilidade dos territórios periféricos de Santana de Parnaíba, pois, a partir da regulação urbana, a ação do poder público local não permitiu que a ação do capital imobiliário se desse sem as devidas compensações.

1.1.1 Questão da Pesquisa

Formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: as intervenções urbanas promovidas em parte pelo capital imobiliário e que foram oriundas da relação estabelecida com o poder público municipal, pela utilização de instrumentos urbanísticos previstos na legislação brasileira, contribuíram para a melhoria das condições de sustentabilidade da periferia do município de Santana de Parnaíba?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as contribuições das intervenções urbanas compensatórias, inerentes à construção do condomínio "Vila Parque", para o aumento da sustentabilidade dos territórios periféricos de Santana de Parnaíba-SP/Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos derivados da questão central deste estudo são:

1. Mapear o estado da arte em relação ao tema intervenções urbanas em territórios periféricos de cidades brasileiras;

2. Descrever as intervenções urbanas inerentes ao contexto do condomínio "Vila Parque", realizadas nos loteamentos Chácaras do Solar, setores 02 e 03, na periferia do município de Santana de Parnaíba;
3. Avaliar os aspectos das dimensões da sustentabilidade urbana inerentes às intervenções urbanas compensatórias realizadas na periferia de Santana de Parnaíba.

1.3. Justificativa para estudo do tema

Santana de Parnaíba, como a maioria dos municípios brasileiros, apresenta problemas como carência de infraestrutura urbana, de saneamento básico, mobilidade urbana, moradias provenientes de autoconstrução, sem o conhecimento técnico, sem financiamento formal e sem cumprimento às legislações urbanísticas, entre outros.

Para o enfrentamento destas dificuldades, a partir da legislação brasileira, existe a possibilidade de aplicação dos instrumentos urbanísticos, explorados nesta pesquisa, que são instituídos no Estatuto da Cidade (2001), para o cumprimento do direito à moradia e das funções sociais da propriedade e da cidade, promulgados pela Constituição de 1988.

Segundo Pereira e Palladini (2018), a partir das relações entre os setores públicos e privados, é possível que as instituições públicas se tornem catalisadoras do desenvolvimento das forças do mercado, pois elas mantêm a responsabilidade pelo financiamento e subsídio público às famílias de baixa renda, e com a garantia de recebimento, o setor privado se torna protagonista na provisão habitacional, atuando como laboratório de incubação de projetos.

Por exemplo, no contexto de Habitação de Interesse Social [HIS], segundo Royer (2014), há uma tendência de deslocamento da provisão habitacional para o setor privado, a partir dos anos 1990, que se fez emergir de uma "nova economia institucional", que resultou na criação da "Agência Casa Paulista" pelo governo do Estado de São Paulo, em 2011, vinculada à Secretaria Estadual da Habitação.

Em contrapartida, os autores Bria e Morozov (2019) alertam sobre o risco do gasto de dinheiro público no Brasil favorecer grandes lucros corporativos, em vez de resultar na priorização de políticas sociais e serviços públicos, ao se pagar por projetos de infraestrutura às incorporadoras privadas. Os autores sugerem incentivos em organizações colaborativas para estabelecimento de uma cidade compartilhada, em contraponto às soluções mercadológicas, e o fim das transferências de bens públicos para as mãos privadas.

Partindo-se destes dois pontos de vistas antagônicos da relação entre os setores públicos e privados, este estudo de caso na periferia de Santana de Parnaíba tem o intuito de colaborar com a exploração de exemplos práticos da utilização dos instrumentos urbanísticos na regulação do espaço urbano municipal, sob a ótica da sustentabilidade urbana, pois resultou em uma iniciativa que possibilitou a remoção de ocupantes de áreas de risco e remodelou o espaço urbano.

Um apontamento importante, segundo Marchetti, Oliveira e Figueira (2019), é que existe uma lacuna entre os modelos e indicadores atuais disponíveis na medição dos esforços sustentáveis que contemplam as peculiaridades das divisões geográficas de maneira profunda. O mesmo foi observado por Moschen et al. (2019), pois, segundo estes autores, há uma necessidade de se considerar as disparidades culturais, geográficas e sociais que deveriam ser abrangidas na análise do desenvolvimento sustentável.

Desse modo, é importante ressaltar que para a realização da revisão bibliográfica desta dissertação não foram encontradas referências específicas para áreas periféricas ou uma metodologia que pudesse ser aplicada para a avaliação de sustentabilidade em territórios periféricos, aumentando assim a pertinência de novos estudos que explorem as dimensões da sustentabilidade nessas localidades, considerando-se as particularidades de regiões carentes e vulneráveis urbanisticamente.

De acordo com Santos (2013), mesmo com as divergências de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras possuem problemáticas parecidas, que são consequência de uma expansão capitalista que concentra recursos públicos para setores do mercado em desfavor aos gastos sociais, resultando na especulação imobiliária. Sob essa perspectiva, para a elaboração dessa pesquisa, entendeu-se necessária a realização de um mapeamento do estado da arte em relação ao tema das intervenções urbanas em áreas periféricas, de forma a embasar a análise crítica da produção do espaço urbano de cidades brasileiras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Agentes de produção do espaço urbano e o direito à cidade

O intuito deste capítulo foi o de estabelecer uma linha de raciocínio que transpasse pela problemática urbana da atualidade, expondo análises críticas e as soluções encontradas por alguns autores, tendo-se como eixo norteador a síntese de que o espaço urbano é um produto social e histórico em constante transformação e investigação, perpassado pela lógica dominante da prática social do capitalismo.

É importante ressaltar que este capítulo não tem a pretensão de abranger todos os aspectos acerca dos agentes de produção do espaço urbano e do direito à cidade, uma vez que o tema é amplo, complexo, e envolve diversas áreas do conhecimento como direito, filosofia, geografia, sociologia, urbanismo, entre outros.

Segundo a *United Nations Human Settlements Programme* [UN-Habitat] (2020), para 2050, é estimado que 68% da população mundial viverá em cidades e há um déficit de infraestrutura a ser enfrentado nesta conjuntura. Desse modo, segundo a UN-Habitat (2020), será necessário envolver uma gama diversificada de atores para atrair capital privado substancial para a urbanização sustentável, uma vez que recursos públicos tradicionais não são suficientes, pois se trata de um gasto avaliado superior a 3,2 trilhões de dólares.

Tais atores podem ser entendidos como todos aqueles que possuem a capacidade de atrair capital privado e que atuam nas transformações, produções e reproduções referentes ao espaço urbano. Desse modo, esses atores podem ser o próprio Estado, proprietários de terras, proprietários de meios de produção, corporações privadas, incorporadoras imobiliárias, grupos organizados ou até mesmo movimentos sociais.

No entanto, uma vez que muitos dos agentes que atuam sobre o espaço urbano são regulados pelo mercado e visam o lucro, as intervenções urbanas podem ter um aspecto positivo ou negativo.

Para exemplificar, incorporadoras imobiliárias apoiadas pelo Estado podem atuar como agentes de produção do espaço urbano forçando a desobstrução dos bairros pobres, negando a

estes qualquer direito à cidade, em nome da acumulação de capital pela valorização de uma determinada área (Harvey, 2012, p. 84), por outro lado, os movimentos sociais urbanos de resistência também podem ser considerados agentes da produção do espaço urbano quando entram em oposição à estes projetos transformadores, exigindo-se um controle democrático pelo Estado.

Segundo Corrêa (2018, p. 43), a produção do espaço “é consequência da ação dos agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. O autor também evidencia os múltiplos papéis dos Estado em relação à produção do espaço urbano que inclui, entre outros: estabelecer o marco jurídico; taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas; produzir as condições de produção para outros agentes sociais; controlar o mercado fundiário; tornar-se promotor imobiliário; tornar-se produtor industrial.

Uma vez entendida a lógica por trás dos agentes de produção do espaço urbano, é necessária uma análise mais complexa a respeito da problemática urbana e do modo de produção capitalista, sob um pano de fundo da sociologia urbana Marxista. Por exemplo, a “Estrutura social”, “Força de trabalho” e “Luta de classes” são alguns conceitos básicos do Marxismo que estão intrinsecamente ligados às práticas socioespaciais da reprodução da sociedade capitalista e industrial, essa análise é o ponto de partida de diversos autores devido ao contexto histórico das transformações das cidades após a Revolução Industrial, que é o momento histórico divisor de águas às transformações das cidades, onde deu-se o início da predominância do espaço urbano à ocupação da sociedade contemporânea.

Segundo Lefebvre (2001), para se reconstituir as capacidades integrativas do urbano e das suas condições de participação prática é necessária uma reflexão sociológica, de preocupação global, de maneira a construir e propor "modelos" de realidade urbana, considerando-se os problemas urbanos (problemas de segregação, de questões da propriedade da terra, etc.).

Desse modo, segundo este autor, os problemas urbanos poderiam ser solucionados por iniciativas revolucionárias referentes a uma “reforma urbana”, que seria direcionada por

grupos, classes ou frações de classes sociais ao se desfazer inicialmente das estratégias e das ideologias dominantes da sociedade, sendo necessário um suporte social e das forças políticas.

Em referência a essa “reforma urbana”, Lefebvre (2001) diz que se convém elaborar duas proposições: um programa político de reforma urbana e projetos urbanísticos. Constituindo-se em estratégias urbanas de curto, médio e longo prazo.

Segundo Lefebvre (2001, p. 115), "apenas a força social capaz de se investir a si mesma no urbano, no decorrer de uma longa experiência política, pode se encarregar da realização do programa referente à sociedade urbana".

Segundo este autor, devido a pressão da classe operária e das massas surgem “direitos” que estão inter-relacionados e se afirmam como um apelo social por educação, trabalho, cultura, repouso, saúde, habitação, natureza, entre outros, que culminam no direito à cidade. Para Lefebvre (2001), o direito à cidade só pode ser formulado como direito à vida urbana transformada e renovada. Nestes aspectos, o "urbano" é entendido como um local de encontro e de trocas, de maneira a corroborar com os ritmos da vida e do tempo, permitindo-se o uso pleno e inteiro desses momentos e locais. No entanto, para representar os “interesses gerais da civilização” é exigido o domínio econômico pela liderança da classe operária. Para este autor, só a classe operária pode se tornar o agente dessa realização.

É importante observar que Henri Lefebvre faz uma primeira análise a respeito do direito à cidade e à vida urbana em face das transformações do mundo, superando alguns conceitos trabalhados por Karl Marx. Segundo Carlos, Santos e Alvarez (2018), a problemática do espaço desenvolve-se nas obras de Lefebvre a partir de novos conceitos como os de urbano, cotidiano, diferenças, etc., vinculados à reprodução das relações sociais de produção, dando ensejo a uma nova problemática notoriamente “urbana” em escala mundial, que nasceu da realidade industrial, mas que a superou.

É interessante expor algumas reflexões de Manuel Castells, não no sentido do direito à cidade e à vida cotidiana, mas para contribuir com o aprofundamento da problemática e das questões urbanas, pois essa leitura realizada por Lefebvre (2001) é consonante à de Castells (1988), visto que para ele a discussão acerca do urbano deve partir de um objeto ideológico, ou

seja, pela ideologia produzida pela luta de classes, a partir de conceitos e hipóteses referentes à problemática urbana das sociedades capitalistas e dominantes.

Segundo Castells (1988), ao investigar uma determinada área urbana tem que se considerar as especificidades das relações sociais em cada situação e seu conjunto de formação e sua estrutura social, ressaltando-se que há sempre um conteúdo histórico por trás dessas relações sociais.

Assim, para Castells (1988), o modo de produção capitalista, na escala mundial, é o modo de produção dominante, dada a partir de uma rede de relações de poder, por um conjunto do sistema imperialista. Ou seja, no modo de produção capitalista estes blocos de classes são dominantes e geram um fenômeno histórico de “dependência” na relação de formações sociais. Segundo este autor não há tipos históricos diferentes, mas sim situações particulares interdependentes ligados a um processo de conjunto, resultado da especificidade das relações sociais em cada situação.

Para exemplificar essa reflexão, para Castells (1988), em relação às formas espaciais da problemática urbana, uma vez que um setor urbano existe, ele é utilizado econômico, espacial e socialmente pelo setor dominante, produzindo efeitos específicos sobre a estrutura urbana, resultando-se em características básicas nas aglomerações urbanas que podem ser aplicadas tanto na França como no Peru, como por exemplo os processos de "gentrificação", "especulação imobiliária" e "urbanização selvagem".

De acordo com Castells (1988), a fusão das questões da problemática urbana pode ser caracterizada pela ideologia da marginalidade, onde uma parte da população, os pobres, estão à margem da cidade, sociedade, e são assistidas pelo Estado, pai benfeitor (Castells, 1988, p. 18). Neste cenário, para este autor o Movimento Sem Terras [MST] no Brasil seria uma exceção, pois é uma base organizada de reivindicação coletiva dirigida ao Estado, expressando-se de uma forma autônoma aos interesses de uma faixa popular.

Sendo assim, essa análise realizada por Castells (1988) a respeito da problemática urbana nas sociedades capitalistas traz uma boa perspectiva à discussão a respeito do direito à cidade colocada também por Harvey (2012), em continuação aos preceitos levantados anteriormente por Lefebvre (2001).

Para Harvey (2012), os ideais de direitos humanos da nossa época "não desafiam a hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal" (Harvey, 2012, p. 73), uma vez que direitos de propriedade privada e a taxa de lucro são priorizados entre as outras noções de direito, como o direito à cidade.

“O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.” (Harvey, 2012, p. 74).

Segundo este autor, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe perante o capitalismo, concomitante à história da acumulação de capital e absorção de seu excedente, da qual aumenta e faz pressão sobre o ambiente natural na busca por matéria prima, além de proporcionar um ambiente extremamente competitivo pela contínua implementação de novas tecnologias e formas organizacionais em uma escala global, socialmente injusta e prejudicial ao espaço urbano ao torná-lo uma mercadoria.

“A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. A tendência pós-moderna de encorajar a formação de nichos de mercado – tanto hábitos de consumo quanto formas culturais – envolve a experiência urbana contemporânea com uma aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro. Centros comerciais, galerias e pequenos comércios proliferam, como fast-food e mercados locais de artesanato.” (Harvey, 2012, p. 81).

Para este autor esta expansão contemporânea do processo urbano causou grandes transformações no estilo de vida, resultando-se em áreas urbanas divididas e inclinadas ao conflito, que trazem como resultados as formas espaciais de nossas cidades, expressos em "fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância" (Harvey, 2012, p. 81). E essa transformação urbana traz consigo uma dimensão de classe, uma vez que os mais pobres e vulneráveis são os primeiros afetados em nome do melhoramento e da renovação.

Para Harvey (2012), em oposição às forças do mercado já existem grandes movimentos sociais voltados para a questão urbana, e ele cita no caso do Brasil a criação do Estatuto da

Cidade em 2001, que foi resultado da pressão dos movimentos sociais, "para reorganizar o direito coletivo à cidade" (Harvey, 2012 como citado em Fernandes, 2007, p. 87). Porém, segundo Harvey (2012), os movimentos sociais não são suficientemente fortes ou mobilizados para pressionar um maior controle sobre a utilização dos excedentes do capital financeiro, escala na qual o processo de urbanização é exercido na atualidade, ainda segundo este autor, para solucionar esse cenário seria necessário a aplicação de um ideal político que adote o direito à cidade, que comande a relação entre a urbanização e a utilização do produto excedente.

Como citado por David Harvey, no Brasil pode-se entender que alguns preceitos do direito à cidade estão descritos no Estatuto da Cidade (Lei n. 10257, 2001), lei que foi criada para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, referentes à política urbana no âmbito federal. Segundo o artigo 2, do Estatuto da Cidade, "a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana" (Lei n. 10257, 2001).

As funções sociais da cidade estão relacionadas à convenção que há na atualidade de urbanismo social. Segundo Leite et al. (2018), urbanismo social é aquele onde se cumpre com a função social da propriedade e promove o bem estar social de seus habitantes, conforme direito previsto no artigo 182 da Constituição Federal, utilizando-se de instrumentos urbanísticos indutores da inclusão sócio territorial. Para os autores, o papel dos instrumentos urbanos, que são previstos no Estatuto da Cidade (2001), é o de enfrentamento das vulnerabilidades socioeconômicas de seus habitantes, por exemplo promovendo o uso compulsório dos vazios urbanos que possuem infraestrutura urbana e fácil acesso por transporte público, incentivando-se a apropriação dos espaços urbanos e coletivos, utilizando e revitalizando edifícios e áreas abandonadas, produzindo moradia social, realizando parcerias público privadas [PPP], etc.

Ainda segundo o Estatuto da Cidade, no Artigo 2, tem-se a "garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer" (Lei n. 10257, 2001), estes "direitos" podem ser entendidos como subsídios para a uma "reforma urbana" em prol do direitos à cidade e à vida urbana mencionados por Lefebvre (2001), de

maneira a desfazer as estratégias e as ideologias dominantes da sociedade, e uma forma de combater a segregação que é dirigida, por exemplo, às classes operárias.

Essa agenda urbana brasileira, que está intrinsecamente ligada aos princípios do direito à cidade e que tem como objetivo garantir que as cidades sejam sustentáveis, traz à realidade e ao contexto brasileiro diversos desafios regulatórios, segundo Levy e Nalini (2017), alguns dos desafios regulatórios para uma cidade inteligente e sustentável são: o de garantir o desenvolvimento urbano com a inclusão sócio territorial; que haja adensamento onde há infraestrutura; que a governança consiga promover ações conjuntas e integradas; que a economia local e os espaços públicos e coletivos sejam valorizados; que os serviços dos governos sejam inteligentes, ágeis, transparentes e eficientes; entre outros.

Segundo Levy e Nalini (2017), o papel que o direito administrativo exerce nessa seara é o de definição dos conceitos, regras e regulamentações para que o Estado possa promover a inovação necessária à ideia de cidades inteligentes e sustentáveis, com objetivo estimular esses fatores dentro do planejamento das cidades.

Os princípios do “direito à cidade” também foram adicionados à Nova Agenda Urbana que foi adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável [Habitat III], realizada em Quito (Equador), em 2016. Segundo a Organização das Nações Unidas [ONU]:

“Compartilhamos uma visão de cidades para todos e todas, aludindo ao uso e ao gozo igualitários de cidades e assentamentos humanos, com vistas a promover a inclusão e a assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminação de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis física e economicamente, resilientes e sustentáveis para fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos e todas. Registramos os esforços empenhados por alguns governos nacionais e locais no sentido de integrar esta visão, conhecida como “*direito à cidade*” [grifo nosso], em suas legislações, declarações políticas e estatutos.” (ONU, 2019, p. 5).

Em conclusão, não é esperado que o direito à cidade seja alcançado sem que haja conflitos e lutas entre as classes sociais, ou mais precisamente, entre os agentes de produção do espaço urbano. Mesmo com a legislação vigente brasileira, foi demonstrado neste capítulo que a problemática urbana está relacionada com o modo de produção dominante que é composto por uma rede de relações de poder oriunda de um sistema imperialista de escala global.

No entanto, segundo Castells (1988), os movimentos sociais seriam uma exceção a este sistema na medida em que se organizam e reivindicam pelos seus direitos. Esse raciocínio está de acordo com Lefebvre (2001), ao mencionar que as classes populares precisam se tornar os agentes das transformações urbanas, não podendo deixar de agir contra a segregação que é dirigida até ela.

Por sua vez, é observado por Harvey (2012), que os movimentos sociais não são suficientemente fortes ou mobilizados para pressionar um maior controle sobre a utilização dos excedentes do capital financeiro, sendo necessário que esses princípios sejam parte de um ideal político que adote o direito à cidade, e este ideal já faz parte do atual panorama das cidades inteligentes e sustentáveis, como mencionado, presente na Nova Agenda Urbana realizada em Quito pela ONU, em 2016.

2.2 O instrumento urbanístico de Estudo de Impacto de Vizinhança [EIV]

Conforme exposto na seção anterior, entende-se que, no Brasil, existem preceitos do direito à cidade presentes no Estatuto da Cidade (Lei n. 10257, 2001), visto que regulamentam os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, relativos à política urbana na esfera nacional e as funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Uma vez que as intervenções urbanas realizadas em Santana de Parnaíba são resultantes da aplicação, pelo governo municipal, do instrumento urbanístico instituído pelo Estatuto da Cidade, a saber, o Estudo de Impacto de Vizinhança [EIV], o intuito deste capítulo é o de embasar teoricamente esta ferramenta criada na legislação brasileira, de modo a fundamentar as discussões dos resultados que foram obtidos no presente estudo.

De acordo com o Estatuto da Cidade (2001), o EIV é necessário para obter, no âmbito municipal, as licenças ou autorizações para a construção, ampliação ou funcionamento dos empreendimentos e atividades em áreas urbanas, sejam elas privadas ou públicas. O EIV é solicitado de maneira a contemplar os efeitos positivos e negativos no espaço físico e na qualidade de vida da população residente no entorno do empreendimento imobiliário pretendido.

Para a elaboração do EIV, segundo o artigo 37 do Estatuto da Cidade (2001), é preciso contemplar, no mínimo, as seguintes questões: adensamento populacional; equipamentos urbanos e comunitários; uso e ocupação do solo; valorização imobiliária; geração de tráfego e demanda por transporte público; ventilação e iluminação; e paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

De acordo com Rolnik (2001), a instituição do EIV ampliou o espaço da cidadania para as providências e decisões sobre o destino urbanístico das cidades, visto que empreendimentos imobiliários são provedores de mudanças significativas no perfil da região na qual se inserem.

Rolnik (2001) atenta que deve ser evitado a utilização de instrumentos urbanísticos somente para “liberações” de índices construtivos para o consentimento dos interesses particulares, ou a simples e conseqüente valorização imobiliária, que tem como resultado a expulsão das atividades e moradores de menor renda que residem na região.

Segundo Maricato e Ferreira (2002), nas experiências realizadas pela utilização de instrumentos urbanísticos pode haver um efeito progressista, desde que se garanta e assegure em sua implementação os interesses da maioria, não apenas das classes dominantes, de maneira a permitir o controle efetivo do Estado em sua aplicação.

Segundo Fernandes (2013), a continuação dos processos de segregação socioespacial demonstra que o Estado, em todos os níveis governamentais, assim como urbanistas e gestores públicos, continua refém do mercado imobiliário. Para este autor, “romper com essa lógica perversa requer um esforço fundamental de enfrentar as disputas jurídicas e políticas renovadas acerca do solo urbano e das cidades, e em especial juristas e urbanistas têm que repensar sua atuação histórica nesse processo” (Fernandes, 2013, p. 232).

Para concluir, Fernandes (2013) indica que o futuro do Estatuto da Cidade requer uma renovação da mobilização sociopolítica, na luta pela sua implementação plena, com inclusão socioespacial e justiça socioambiental. Essa leitura converge com a seção anterior, na visão de que as classes populares e os movimentos sociais precisam se mobilizar e se tornar os agentes das transformações urbanas, para que se concretize o ideal do “direito à cidade” (Castells, 1988; Lefebvre, 2001; Harvey, 2012).

2.3 Territórios periféricos e o desenvolvimento sustentável

Este capítulo parte da premissa de que as dimensões conceituais da sustentabilidade urbana podem variar substancialmente de acordo com o cenário analisado, tendo em vista que índices e características urbanas podem apresentar peculiaridades e discrepâncias significativas ao se compararem diferentes áreas geográficas.

Desse modo, o objetivo deste capítulo é o de embasar a análise das intervenções urbanas analisadas nesta dissertação, na avaliação dos potenciais de contribuição à sustentabilidade em territórios periféricos de Santana de Parnaíba/SP-Brasil.

Primeiramente é preciso conceituar o “território”, para isso elegeram-se algumas definições do autor Rogério Haesbaert, pois segundo Fuini (2017), ele é atualmente uma das principais referências e é um dos mais citados em relação a esse tema. Para Fuini (2017), Haesbaert traz ao conceito de território um sentido de pertencimento, uso e vivência, do qual em um recorte espacial é configurado atualmente por multiterritorialidades, ocupadas por cidadãos globais que se apropriam do espaço em diferentes escalas e dimensões (tecnológicas, culturais, econômicas, políticas, etc.).

Para Haesbaert, segundo Fuini (2017), o território é um espaço de identidade cultural, mas ao mesmo tempo é um instrumento de poder, compreendendo também todos os processos históricos e socioespaciais, ou seja, para este autor o território possui uma dimensão material (espacial, econômica e jurídico-política), outra imaterial (de identidade e apropriação simbólica) e, por fim, uma terceira dimensão definida por relações de poder de grupos hegemônicos (multiescalar, híbrida e em rede).

É importante ressaltar que para Santos (1999), o território não é uma categoria de análise, para isso este autor introduz o conceito de "território usado", que pode ser entendido como território em mudança, ou território em processo, com vistas à política, em um determinado momento do tempo, dentro das ciências sociais. Desse modo, segundo este autor, o que existe é a relação sociedade enquanto território, sociedade enquanto espaço, e se optarmos pela forma-conteúdo, o território é visto como algo em processo, produzido a partir do saber local para dimensões locais, nacionais e globais.

Para exemplificar, para Santos (1999), o que temos por fim é uma busca por coerência entre os "aconteceres" em um pedaço do território, que é instrumentalizado para análise da história e, paralelamente, à geografia. E sob esse pano de fundo, há uma luta global pela melhoria, uma competição econômica global, cenário do qual o poder maior sobre o território passa do Estado às grandes empresas, resultando na gestão do território pelas instâncias econômicas em detrimento das instâncias políticas.

Em relação à questão do espaço urbano, de acordo com Maricato (2015), nos países periféricos do mundo capitalista, a exemplo dos países da América Latina, os padrões do urbanismo modernista foram aplicados a uma parte das cidades, constituindo o que a autora chama de "ilhas de primeiro mundo" que são cercadas por ocupações ilegais, constituídas de favelas, cortiços e loteamentos clandestinos. E ao se aprofundar na conceitualização desta temática não se pode negar os impactos da globalização nos países periféricos e a pressão que os países desenvolvidos e de forças econômicas internacionais fazem para que os países pobres adotem "boas políticas" e "boas instituições" (Maricato, 2015, p. 77).

Em resumo, os territórios periféricos são associados habitualmente com as áreas urbanas em situações de vulnerabilidade e marginalização social decorrentes das desigualdades econômicas e da segregação socioespacial. Desse modo, no âmbito da sustentabilidade urbana, é significativo enfatizar que há peculiaridades relevantes que devem ser observadas na contextualização do objeto de estudo.

Marchetti, Oliveira e Figueira (2019) sugerem que os modelos e indicadores disponíveis para medir os esforços sustentáveis em curso das cidades da América Latina são inadequados. Tais autores argumentam que a América Latina não é apenas uma divisão geográfica do mundo, mas uma região com peculiaridades semelhantes que merecem ser exploradas e compreendidas mais profundamente.

Moschen et al. (2019), ao analisarem os instrumentos de desenvolvimento sustentável existentes, observaram que faltam parâmetros mínimos, sendo que tais instrumentos não especificam e nem incentivam o que seria ideal para a cidade. Os autores também observam que os instrumentos existentes não consideram todas as disparidades culturais, geográficas e sociais que possam existir entre as cidades.

É importante evidenciar que, para a revisão bibliográfica aqui realizada, não foram encontradas referências específicas sobre a avaliação de sustentabilidade em territórios periféricos. As pesquisas encontradas, normalmente, analisam a sustentabilidade urbana na escala das cidades, e muitas fazem comparativos entre elas nos âmbitos regionais, nacionais ou internacionais. Tal constatação aumenta a relevância de novos estudos que investiguem as dimensões da sustentabilidade, considerando-se especialmente as particularidades dos territórios periféricos e que são mais vulneráveis do ponto de vista urbanístico.

2.3.1 Sustentabilidade urbana, modelos e instrumentos de avaliação

Para se aprofundar nas dimensões da sustentabilidade urbana e seus indicadores, foram selecionados três modelos conceituais para avaliação de cidades inteligentes e sustentáveis. A escolha dos modelos foi dada pelas associações destes ao contexto brasileiro, sistematizando-os em três escalas distintas de análise, de maneira a procurar por especificidades que podem ser aplicadas aos territórios periféricos. O primeiro é concebido pelos autores Shmelev e Shmeleva (2019), onde foram propostas oito dimensões conceituais para avaliação de 14 megacidades globais, entre elas São Paulo e Rio de Janeiro; o segundo é concebido pelos autores Marchetti, Oliveira e Figueira (2019), onde foram propostas oito dimensões conceituais para avaliação de cidades latino-americanas; e, o terceiro é concebido pelos autores Moschen et al. (2019), onde foram propostas seis dimensões conceituais para avaliação de cidades brasileiras.

2.3.1.1 Dimensões da sustentabilidade para megacidades globais

O objetivo dos autores Shmelev e Shmeleva (2019) foi o de testar as prioridades de políticas ambientais, econômicas, sociais e inteligentes dentro de uma estrutura utilizada por eles denominada de Decisão de Multicritérios ("*Multi-Criteria Decision Aid - MCDA*") para avaliar o equilíbrio entre as dimensões da sustentabilidade e fornecer orientação para os formuladores de políticas.

Nesta pesquisa, os autores descrevem que esta pode ser uma ferramenta valiosa para formuladores de políticas e investidores, e pode ajudar a identificar as ligações entre as diferentes dimensões da sustentabilidade, destacando as melhores práticas, bem como oportunidades estratégicas em cidades com potencial de sustentabilidade.

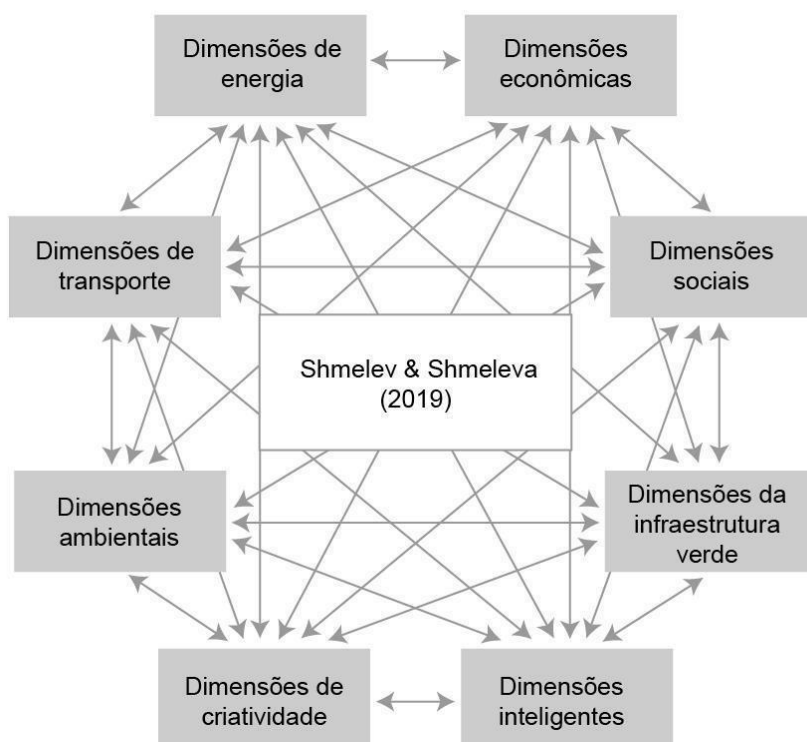


Figura 1: Dimensões da sustentabilidade extraídas de um diagrama conceitual de cidades inteligentes e sustentáveis.

Fonte: Elaboração própria com base em Shmelev e Shmeleva, 2019.

Na Figura 1, tem-se o conjunto final de oito dimensões e domínios temáticos para a sustentabilidade urbana no modelo conceitual apresentado por Shmelev e Shmeleva (2019). O esquema apresentado na Figura foi elaborado a partir de indicadores econômicos, ambientais, sociais e de cidades inteligentes, dos quais as três principais estruturas de cidades sustentáveis adaptadas para a escala urbana foram: indicadores ODS's da ONU; a norma ISO 37.120; e Cidades Inteligentes Sustentáveis da UNECE-ITU.

Observa-se assim que as dimensões conceituais da sustentabilidade listadas pelos autores no modelo da Figura 1 foram: econômicas; sociais; da infraestrutura verde; inteligentes; criatividade; ambientais; transporte; e de energia. E, conforme pode ser observado por meio do modelo ilustrado pela Figura 01, Shmelev e Shmeleva (2019) adotaram 18 indicadores individuais para cidades sustentáveis, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1.

Indicadores individuais para cidades sustentáveis para Shmelev e Shmeleva (2019).

Dimensões da sustentabilidade	Indicadores
Dimensões econômicas	1) “Gross Rating Points” [GRP]; 2) Inflação; 3) Desemprego
Dimensões sociais	4) Expectativa de vida; 5) Índice de Gini; 6) Ensino superior
Dimensões da infraestrutura verde	7) Espaço verde
Dimensões inteligentes	8) Velocidade da internet; 9) Patentes
Dimensões criativas	10) Emprego nas indústrias criativas (%)
Dimensões ambientais	11) Geração de resíduos sólidos municipais; 12) Taxa de reciclagem; 13) Uso da água; 14) Concentrações de “PM10” (partículas inaláveis)
Dimensões de transporte	15) Estações de metrô; 16) proporção de viagens feitas por caminhada, bicicleta e transporte público
Dimensões de energia	17) Cota de energias renováveis; 18) Emissões de CO2

Fonte: Elaboração própria com base em Shmelev e Shmeleva (2019).

Uma ponderação importante foi que, nos resultados do artigo analisado, a cidade do Rio de Janeiro ficou entre as piores classificadas em relação a todas as megacidades avaliadas do conjunto. Dessa maneira, para estes autores Shmelev e Shmeleva (2019), os principais desafios do Rio de Janeiro foram: potencial econômico baixo, desenvolvimento insuficiente do potencial de inovação da economia, infraestrutura subdesenvolvida de transporte público, baixo nível de ensino superior, alta desigualdade econômica e baixas taxas de reciclagem. Estes resultados apontam alguns dos obstáculos urbanísticos presentes no Rio de Janeiro, mas abrangem principalmente os seus territórios periféricos, pois são nestas localidades que estas adversidades são mais aparentes.

2.3.1.2 Dimensões da sustentabilidade para cidades latino-americanas

O objetivo dos autores Marchetti, Oliveira e Figueira (2019) foi o de oferecer um modelo teórico conceitual com indicadores mais adequados para aferir os esforços sustentáveis em curso das cidades no contexto latino-americano.

Os autores propõem um modelo e indicadores inovadores, porque destacam a importância de nivelamento de dimensões menos marcantes nos modelos anteriores, de maneira a corroborar com o debate das cidades inteligentes e sustentáveis, considerando-se as idiossincrasias do contexto local, resultando em um modelo teórico conceitual que, segundo estes autores, possui indicadores mais adequados para mensurar os esforços sustentáveis ao contexto da América Latina.

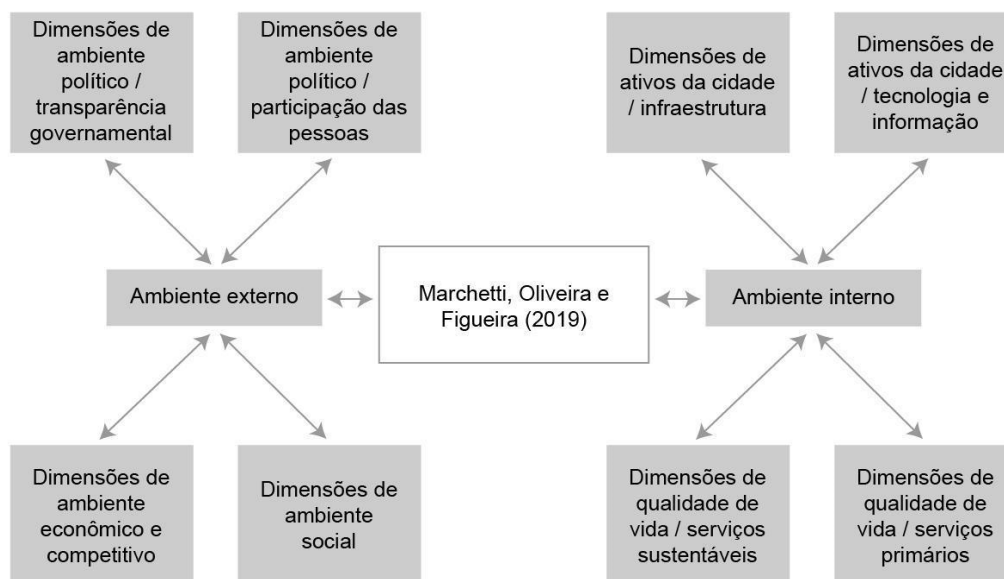


Figura 2: Dimensões da sustentabilidade extraídas de modelo de *smart city* latino-americano.

Fonte: Elaboração própria com base em Marchetti, Oliveira e Figueira (2019).

Na Figura 2 estão expostas as oito dimensões de sustentabilidade propostas por Marchetti, Oliveira e Figueira (2019). Esta Figura representa que a capacidade de uma cidade de atender às demandas de seus cidadãos é influenciada pelo ambiente interno e externo. No ambiente interno foram consideradas as situações endógenas à cidade, enquanto que no ambiente externo foram considerados os aspectos exógenos que abrangem e circundam a cidade. Segundo estes autores, ambos influenciam a atratividade, a competitividade e o bem-estar da cidade.

Assim, o modelo apresentado por meio da Figura 2 apontaram as seguintes dimensões conceituais da sustentabilidade: ambiente político/transparência governamental; ambiente político/participação das pessoas; ambiente econômico e competitivo; ambiente social; ativos da cidade/infraestrutura; ativos da cidade/tecnologia e informação; qualidade de vida/serviços primários; e, qualidade de vida/serviços sustentáveis.

Conforme pode ser observado por meio do modelo ilustrado pela Figura 02, Marchetti, Oliveira e Figueira (2019) adotaram 61 indicadores individuais para cidades sustentáveis, de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2.

Indicadores individuais para cidades sustentáveis para Marchetti, Oliveira e Figueira (2019).

Dimensões da sustentabilidade	Indicadores
Dimensões de ambiente político/transparência governamental	1) Evitar o abuso de poder (de instituições independentes); 2) Incentivo a debates locais (nº de debates públicos promovidos por ano); 3) Estratégia explícita de planejamento de longo prazo; 4) Estratégia sustentável explícita (sim ou não); 5) Sentimento de liberdade (percepções dos moradores sobre a transparência do governo)

Dimensões de ambiente político/participação das pessoas	6) Tempo médio de escolaridade (nº de anos); 7) Iniciativas voluntárias (% de participantes voluntários por população no ano passado); 8) Participação do eleitor (%); 9) Sentimento de fazer parte da cidade (percepção do habitante sobre a participação das pessoas)
Dimensões de ambiente econômico e competitivo	10) Taxa de inflação (último ano); 11) Indicador de crescimento do desenvolvimento (ano passado); 12) Taxa de desemprego (ano passado); 13) Comércio exterior % PIB (ano passado); 14) Turistas por ano; 15) Patentes por ano; 16) Novos negócios por ano; 17) Número de partidas aéreas para todo o mundo por ano
Dimensões de ambiente social	18) IDH da cidade; 19) Esperança de vida ao nascer (anos); 20) Taxa de emprego infantil (%); 21) Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (%); 22) Imunização contra doenças infecciosas da infância (% da população infantil beneficiada); 23) População que vive em áreas sujeitas a riscos (%); 24) População que vive abaixo da linha de pobreza nacional (%)
Dimensões de ativos da cidade/infraestrutura	25) Rede integrada de transporte (extensão por área); 26) % de assentamentos irregulares (casas com déficit de água, saneamento ou energia); 27) Vagas disponíveis por população em educação, saúde, cultura e lazer (%); 28) Destinação gratuita de resíduos (%); 29) Área verde por habitante (%); 30) Sistema de transporte não motorizado (extensão por área); 31) Veículos adaptados por transporte de deficientes (%); 32) Veículos com tecnologias de energia limpa (%); 33) Pontos de acesso Wi-Fi por área; 34) Edifícios comerciais com índices inteligentes (%); 35) Percepção da qualidade dos moradores sobre a infraestrutura da cidade

Dimensões de ativos da cidade/tecnologia e informação	36) Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC (sim ou não); 37) Informações de tráfego online (%); 38) Informação online sobre transporte de massa (%); 39) Áreas críticas monitoradas (%); 40) Perdas de serviço público; 41) Capacidade para uma resposta pronta (emergência, clima, incêndio, polícia); 42) Análise de demanda de tráfego e capacidade de infraestrutura; 43) Análise de cenário; 44) Banco de dados acessível; 45) Sensores inovadores (condições da água e do ar); 46) Tecnologias para prevenir o crime (vigilância online) (sim ou não)
Dimensões de qualidade de vida/serviços primários	47) Acessibilidade ao transporte público (nº de viagens por habitante por dia); 48) Tarifa integrada (valor por km); 49) Consumo por habitante de água e energia por dia; 50) Crimes por habitante e por dia; 51) Agressões por habitante por dia (%); 52) Assinaturas por população, considerando água, energia, saneamento, comunicação (celular, telefone fixo, TV a cabo, internet); 53) Programas de compartilhamento de bicicletas ou carros (sim ou não); 54) Percepção da qualidade dos moradores dos serviços primários da cidade
Dimensões de qualidade de vida/serviços sustentáveis	55) Fontes de energia renováveis (%); 56) Resíduos sólidos reciclados (%); 57) Resíduos residenciais selecionados (%); 58) Edifícios históricos públicos preservados (%); 59) % de áreas degradadas reurbanizadas (ano passado); 60) Acessibilidade não motorizada (nº de viagens por habitante por dia); 61) Percepção da qualidade dos moradores sobre os serviços sustentáveis da cidade

Fonte: Elaboração própria com base em Marchetti, Oliveira e Figueira (2019).

Os autores Marchetti, Oliveira e Figueira (2019) orientam acerca da necessidade de uma pesquisa desenvolvida para coletar dados das Cidades da América Latina e que um método exploratório estatístico é necessário para gerenciar essas variáveis. Eles ressaltam a importância dos indicadores de percepção dos moradores dentro dos domínios temáticos apresentados, como por exemplo, percepção da qualidade dos moradores sobre: a infraestrutura das cidades; os serviços primários da cidade; os serviços sustentáveis da cidade; a participação das pessoas; e, transparência do governo.

Em síntese, os autores Marchetti, Oliveira e Figueira (2019) apontam que as cidades da América Latina ainda buscam um nível mínimo de desenvolvimento e um atendimento adequado às necessidades dos cidadãos, tentando resolver as desigualdades existentes. Além disso, os autores destacam que uma cidade inteligente deve ser capaz de reduzir as desigualdades e aumentar a integração social, territorial e econômica.

2.3.1.3 Dimensões da sustentabilidade para cidades brasileiras

O objetivo dos autores Moschen et al. (2019) foi o de comparar dois instrumentos de desenvolvimento sustentável, a ISO 37.120 de 2017 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS] das Nações Unidas de 2015. Os autores se basearam em análise documental com vistas a analisar a viabilidade dos indicadores propostos e seus objetivos de avaliação qualitativa para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Nesta pesquisa, os autores Moschen et al. (2019) ressaltaram que os principais desafios urbanos estão relacionados ao crescimento urbano não planejado e serviços públicos de baixa qualidade, que geram falta de compromisso para se fazer cumprir as leis e atingir as metas de desenvolvimento sustentável.

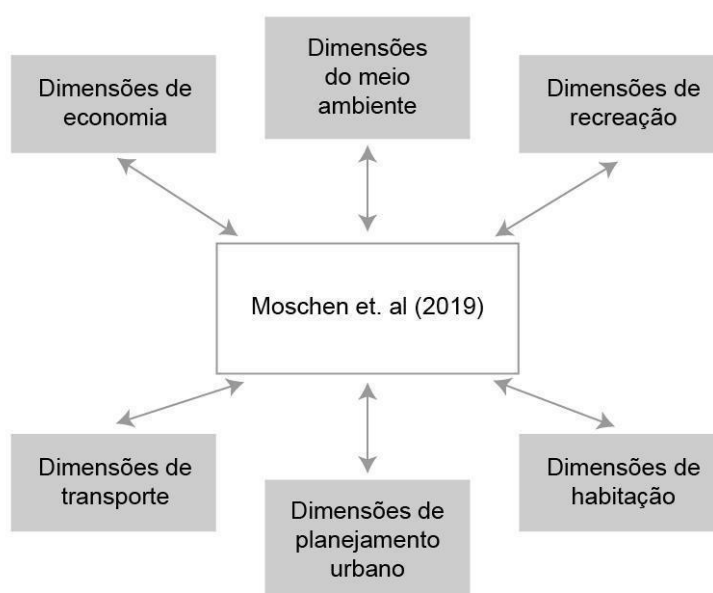


Figura 3: Dimensões da sustentabilidade extraídas de modelo comparativo entre ISO 37.120 (2017) e SDG (2015).

Fonte: Elaboração própria com base em Moschen et al. (2019).

Na Figura 3, estão as seis dimensões da sustentabilidade escolhidas por Moschen et al. (2019) que foram baseadas na correlação entre indicadores de sustentabilidade extraídos da ODS e ISO 37.120:2017. De acordo com estes autores, ambas as ferramentas se preocupam em fornecer parâmetros de consulta e avaliação dos serviços públicos prestados aos cidadãos ou promover de forma homogênea o crescimento social e econômico da vida nas cidades.

Constata-se, desse modo, que as dimensões conceituais selecionadas pelos autores no modelo da Figura 3 foram: economia; meio ambiente; recreação; habitação; transporte; e, planejamento urbano.

Conforme pode ser observado por meio do modelo ilustrado pela Figura 03, Moschen et al. (2019) adotaram 22 indicadores individuais para cidades sustentáveis, de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3.

Indicadores individuais para cidades sustentáveis para Moschen et al. (2019).

Dimensões da sustentabilidade	Indicadores
Dimensões de economia	1) Taxa de desemprego da cidade; 2) Valor avaliado das propriedades comerciais e industriais como uma porcentagem do valor total avaliado de todas as propriedades; 3) Porcentagem da população da cidade que vive abaixo da linha de pobreza; 4) Porcentagem de pessoas com emprego em tempo integral; 5) Taxa de desemprego juvenil; 6) Número de empresas por 100.000 habitantes; 7) Número de novas patentes por 100.000 habitantes por ano
Dimensões de meio ambiente	8) Concentração de partículas finas; 9) Concentração de material particulado 10) Emissão de gases de efeito estufa medida em toneladas per capita; 11) Concentração de NO ₂ (dióxido de nitrogênio); 12) Concentração de O ₃ (ozônio); 13) Mudança percentual no número de espécies nativas

Dimensões de recreação	14) Metros quadrados de espaço de recreação coberta pública per capita; 15) Metros quadrados de espaço público interno de recreação per capita
Dimensões de habitação	16) Porcentagem da população da cidade que vive em moradias inadequadas; 17) Número de desabrigados por 100.000 habitantes; 18) Porcentagem de domicílios que existem sem títulos legais registrados
Dimensões de transporte	19) Quilômetros de sistema de transporte público de capacidade média por 100.000 habitantes; 20) O número anual de viagens de transporte público per capita; 21) Mortes no transporte por 100.000 habitantes
Dimensões de planejamento urbano	22) Tamanho da área dos assentamentos informais como porcentagem da área da cidade

Fonte: Elaboração própria com base em Moschen et al. (2019).

Em suma, os autores Moschen et al. (2019) mencionam que o estudo estabelece bases para nortear e subsidiar as decisões de gestores e investidores que promovam mudanças paradigmáticas na vida dos cidadãos e na forma como as cidades são planejadas. Ademais, os autores apontam que é necessária uma clareza nas análises teóricas dos atributos e dimensões conceituais, com foco em meios de subsistência sustentáveis, bem-estar de longo prazo, sustentabilidade ambiental e equidade social.

2.3.2 Expansão das dimensões de sustentabilidade e a nova agenda urbana

Esta seção foi realizada por uma revisão de literatura acerca das relações entre desenvolvimento sustentável, inteligência das cidades e a nova agenda urbana.

Segundo Tanguay et al. (2010), foi a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1987 que propôs a definição mais consensual de desenvolvimento sustentável, segundo a qual, o desenvolvimento sustentável seria o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. Mais especificamente, o conceito de desenvolvimento sustentável incluía as três dimensões conceituais que são as mais usuais e difundidas até a atualidade, a saber: ambiental, econômica e social.

Por outro lado, Marchetti, Oliveira e Figueira (2019) expõem que a Agenda 21 tratou-se do principal motor para a criação de indicadores para medir os esforços de sustentabilidade urbana em nível de municípios, cidades ou regiões metropolitanas. A Agenda 21 foi realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou conhecida como “Rio 92”.

Na atualidade, conforme Shmelev e Shmeleva (2019), a sustentabilidade urbana tem sido o foco da “Nova Agenda Urbana”, conhecida também como “Agenda 2030”, que está firmemente vinculada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS’s) da Organização das Nações Unidas [ONU], a partir de 2015. E, estes autores destacam que a sustentabilidade urbana que estruturam os ODS’s da ONU possuem 232 indicadores que, tendo em vista a grande quantidade de dados, tornam-se difíceis de se manipular.

Em consonância, segundo a ONU (2020), a Agenda 2030 afirma que para seguir por um caminho sustentável é urgente e necessária a tomada de medidas ousadas e transformadoras.

De acordo com Moschen et al. (2019), os ODS’s da ONU são separados em quatro dimensões por princípio: “sociais”, abrangendo as necessidades humanas de saúde, educação e qualidade de vida; “ambientais”, envolvendo a preservação do meio ambiente com uso sustentável dos recursos naturais; “econômicas”, compreendendo o consumo de energia e outros; e, “institucionais”, que preveem a capacitação para colocar em prática a meta descrita.

No entanto, segundo Shmelev e Shmeleva (2019), a iniciativa “Unidos por Cidades Inteligentes e Sustentáveis” (*United for Smart and Sustainable Cities* - UNECE), criada em 2016, foi pioneira em um pensamento sistêmico conectando as dimensões urbanas inteligentes e sustentáveis na escala internacional.

Contudo, reforça-se que há obstáculos ao estabelecimento de um consenso sobre as dimensões ambientais, sociais e econômicas, bem como de seus indicadores. Assim, de acordo com Tanguay et al. (2010), as dificuldades no desenvolvimento e aplicação destes indicadores podem ser explicadas, em grande parte, pela natureza do desenvolvimento sustentável, cuja definição é muito ampla, dando origem a múltiplas interpretações. Deste modo, a aplicação de critérios de sustentabilidade é geralmente derivada de um processo arbitrário, seguindo-se padrões de especialistas, extraídos de definições de sustentabilidade e de percepção dos avaliadores.

De acordo com Alexandre, de Alexandria e Braga (2020), a partir de um estudo de revisão bibliográfica sobre sistemas para avaliação de cidades inteligentes e sustentáveis, percebe-se uma forte conexão entre a inteligência e a sustentabilidade das cidades, sendo, segundo eles, muito difícil dissociar um conceito do outro. Os autores ainda reforçam que, na revisão bibliográfica realizada e que englobou 27 obras internacionais, observou-se que os conceitos de “cidades inteligentes”, nos diversos sistemas de avaliação estudados, sempre estão ligados ao tema da “sustentabilidade urbana”.

Portanto, o estudo realizado por Alexandre, De Alexandria e Braga (2020) traz à luz do conhecimento que as dimensões da sustentabilidade urbana, nos domínios temáticos “ambientais, econômicos e sociais”, foram expandidos pelos princípios do panorama atual das cidades inteligentes. E, de acordo com estes autores, pondera-se que ainda é tímida a discussão e aplicação dos conceitos de cidades inteligentes no Brasil de forma sistematizada, sendo poucos os trabalhos relacionados ao tema, especialmente aqueles que se dedicam aos cálculos dos indicadores disponíveis no padrão da ISO 37.120.

Acerca da NBR ISO 37.120:2017 (desenvolvimento sustentável de comunidades), elaborada pelo Comitê Técnico de Desenvolvimento Sustentável em Comunidades, os autores Alexandre, De Alexandria e Braga (2020) informam que esta norma foi criada com o objetivo de construir indicadores que possam nortear as ações das cidades rumo à sustentabilidade. Nela, os indicadores de sustentabilidade urbana são apresentados divididos pelos eixos temáticos: economia, educação, energia, meio ambiente, finanças, resposta a emergências, governança, saúde, recreação, segurança, casa, lixo, telecomunicações e inovação, transporte, planejamento urbano, esgoto, água e saneamento.

Nota-se que a terminologia para as dimensões conceituais de sustentabilidade da NBR ISO 37.120:2017 adotada foi a de “eixos temáticos”.

De acordo com Shmelev e Shmeleva (2019), com 116 indicadores, a norma ISO 37.120 apresenta critérios que são definidos com bastante precisão, no entanto, segundo eles, os aspectos sociais e ambientais têm um destaque um pouco maior do que os indicadores econômicos e inteligentes.

É importante ressaltar que há outras organizações internacionais que possuem classificações e indicadores acerca do desenvolvimento sustentável, Shmelev e Shmeleva (2019) também fazem referência a estes: “*Global Liveability Index*” criada pela *Economist Intelligence Unit* [EIU]; “*Resilient City Index*” criada pela Fundação Rockefeller; “*Global Prosperity Initiative*” criada pela UN HABITAT; “*Global Power City Index*” criado pela Fundação MORI; e, “*Quality of Life Survey*” criada pela MONOCLE.

Dessa maneira, verifica-se uma grande gama de indicadores de inteligência e sustentabilidade urbana criados por empresas internacionais localizadas em países desenvolvidos. Isto, segundo Praharaj e Han (2019), se deve ao fato de haver um grande conjunto de estudos sobre cidades inteligentes com foco nos países desenvolvidos. Entretanto, segundo os mesmos autores, pouca pesquisa foi feita no contexto de um país em desenvolvimento, específico para tipologias urbanas com origens socioeconômicas e culturalmente diversas.

Praharaj e Han (2019) trabalham com a hipótese de que há cidades indianas que possuem oportunidades, prontidão e potencial para se transformarem em cidades inteligentes em comparação com cidades que enfrentam vulnerabilidades graves. A falta de infraestrutura básica das comunidades, especialmente nas cidades de pequeno e médio porte da Índia, segundo Praharaj e Han (2019), expõe as deficiências de uma estratégia de desenvolvimento de cidade inteligente tecnocrática e única, que pressupõe que a infraestrutura básica já existe e partem para o uso da tecnologia.

Sobre a Índia, que assim como o Brasil trata-se de um país em desenvolvimento, autores como Praharaj e Han (2019) alertam sobre a necessidade de reconhecimento das diversas culturas e carências específicas das comunidades na formulação das políticas de cidades inteligentes e suas intervenções urbanas propostas.

No contexto brasileiro, para De Castro e Rizek (2016), nos processos de transformação dos territórios urbanos periféricos, é importante avaliar as relações sociais-simbólicas, como por exemplo a sensação de pertencimento ao novo bairro e a construção de novas relações de vizinhança, não apenas no que tange às relações físico territoriais, como por exemplo a conquista de equipamentos públicos de saúde, educação, espaços de lazer e convivência comunitária próximos a moradia.

Os autores Neto e Fonseca (2017) defendem que a relação de reconhecimento entre o modo de vida das coletividades periféricas é parcial e inconstante. Dessa maneira, os conceitos de cidadania que conduzem a ação do Estado, com suas políticas e com seus agentes, deveriam ter um papel mais criativo no trato das dinâmicas próprias aos modos de habitar das periferias.

Segundo Villaça (2012), o maior problema do Brasil não é a desigualdade econômica, é a enorme desigualdade de poder político, uma vez que os problemas urbanos são altamente manipulados pela ideologia dominante das camadas de mais alta renda, onde são difundidos ideais que visam esconder os processos reais de produção do espaço urbano desigual, indicando a importância da representação política aos moradores das áreas periféricas das cidades brasileiras, estes fatores impactam na sustentabilidade urbana ao se considerar, por exemplo, a “participação popular”.

Para contribuir com uma reflexão acerca da aplicação prática da participação popular, relacionando-a com os conceitos de cidades inteligentes e sustentáveis, os autores Morozov e Bria (2019) sugerem que a dinâmica “smart” deveria desmistificar que o seu potencial deve seguir pelas pautas neoliberais de privatizações e terceirizações. Deste modo, para estes autores, a dinâmica da cidade inteligente não precisa ser pautada por modelos voltados ao mercado, sendo que os esforços deveriam se voltar para o uso de softwares livres e projetos pilotos de pequenas escalas, que permitissem a liberação de forças criativas de comunidades locais, abrangendo-se a participação popular de maneira a melhorar e impulsionar os serviços e as políticas públicas.

Pondera-se assim, que a análise das dimensões conceituais e indicadores da inteligência e sustentabilidade urbana devem considerar as particularidades das distintas áreas geográficas, visando-se parâmetros e variáveis mais adequadas à realidade local, de modo a contribuir de maneira mais eficaz ao planejamento urbano das cidades.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o objetivo geral da presente dissertação, a saber, o de analisar as contribuições das intervenções urbanas compensatórias, inerentes à construção do condomínio "Vila Parque", para o aumento da sustentabilidade dos territórios periféricos de Santana de Parnaíba-SP/Brasil, a pesquisa apresentada pode ser classificada como exploratória de abordagem qualitativa e baseada em revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas, aplicação de questionários e estudo de caso (Yin, 2015; Severino, 2017).

"As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores." (Gil, 2008, p. 44).

Segundo Gil (2008), os estudos exploratórios habitualmente englobam levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de casos. Para este autor, o produto final deste processo torna-se um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

A seguir, estão descritos de maneira detalhada todos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa de mestrado.

3.1 Revisão sistemática de literatura estruturada

A elaboração do capítulo 4.1, denominado "Intervenções urbanas em territórios periféricos", foi realizada por meio de uma revisão sistemática de literatura estruturada, de maneira a cumprir com o objetivo específico de "mapear o estado da arte em relação ao tema intervenções urbanas em territórios periféricos de cidades brasileiras".

Nessa perspectiva, para atingir o objetivo proposto, adotou-se como procedimento metodológico a revisão sistemática de literatura. Assim, utilizou-se do Portal de Periódicos criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES], da Fundação do Ministério da Educação [MEC] do governo federal brasileiro, aplicando-se as palavras-chave “intervenção urbana na periferia”, somente na língua portuguesa, no campo da busca pelo assunto, cuja pesquisa foi refinada pelo tipo de recurso “artigos”, elencando-se apenas os periódicos de nível superior revisados por pares, em um período que foi de janeiro de 2011 a janeiro de 2021 (últimos 10 anos), tendo-se como resultado inicial 300 (trezentos) artigos.

Sobre este resultado foram aplicadas duas etapas de análise. Na primeira etapa, foram lidos e analisados os títulos, resumos e fontes de pesquisa, da qual se obteve como resultado a seleção de 22 (vinte e dois) artigos que serviram de análise para a segunda etapa. Desse modo, essa primeira seleção se deu pela relação “a priori” destes quesitos com o recorte de territórios periféricos associados ao espaço urbano. Na segunda etapa, procedeu-se à análise mais profunda, por meio da leitura integral dos artigos, seguida pela aplicação de critérios de inclusão (CI) e exclusão (CE), com objetivo de categorizá-los por temas.

Considerou-se os seguintes critérios de inclusão (CI) e exclusão (CE) relevantes para o tema “intervenção urbana na periferia”:

a. Critérios de Inclusão (CI) dos estudos

1. Conteúdo relacionado com o processo e/ou com as características da urbanização e da formação dos territórios periféricos; 2. O trabalho faz reflexões teóricas explícitas referentes às áreas periféricas; e, 3. Há intervenções urbanas no espaço geográfico da periferia.

b. Critérios de Exclusão (CE) dos estudos

1. Não se relaciona com o processo e/ou com as características da urbanização e da formação dos territórios periféricos; 2. Não tem um foco territorial específico de análise no Brasil; e, 3. Resultados não estão associados com intervenções urbanas no espaço geográfico da periferia.

Desse modo, nesta segunda etapa de análise, obteve-se a seleção de 13 (treze) artigos, que foram categorizados pelos seguintes temas, presentes na Tabela 4: a) ação do Estado e especulação imobiliária; b) equipamento público, infraestrutura, habitação social e mobilidade; c) arquitetura e urbanismo para territórios periféricos.

Tabela 4.

Resultado da revisão sistemática de literatura estruturada.

Categoria / Tema	Autor(es) / Ano do Artigo	Periódico	Foco territorial
Ação do Estado e especulação imobiliária	Nascimento & Matias (2011)	Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise	Ponta Grossa / PR, Brasil
	Esdras (2012)	Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise	Montes Claros / MG, Brasil
	Coelho & de Jesus Chrysostomo (2015)	Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise	Viçosa / MG, Brasil
	Moretti & Campos (2016)	Geo UERJ	Dourados / MS, Brasil
	Antonucci & Gobbi (2018)	Revista de Morfologia Urbana	São Paulo / SP, Brasil
	Bastos Filho et al. (2020)	HOLOS	Viçosa / MG, Brasil
Equipamento público, infraestrutura, habitação social e mobilidade	Leal-Lahorgue & Cabette (2013)	EURE (Santiago, Chile)	Porto Alegre / RS, Brasil
	Lombardi & Sahr (2015)	Eleuthera	Ponta Grossa / PR, Brasil
	Campos & de Queiroz Filho (2017)	Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise	São Paulo / SP, Brasil
	Borges, Barreira & Marques (2017)	Geo UERJ	Goiânia / GO, Brasil
	de Barros Cavalcanti (2017)	Geo UERJ	Maceió / AL, Brasil
	Jesus & Denaldi (2018)	EURE (Santiago, Chile)	Região do Grande ABC / SP, Brasil
Arquitetura e urbanismo para territórios periféricos	Bortoluci (2016)	Novos Estudos CEBRAP	São Paulo / SP, Brasil

Fonte: O próprio autor.

3.2 Coleta de dados do objeto de pesquisa

Para cumprir com o objetivo específico explorado no item 4.2, de “descrever as intervenções urbanas inerentes ao contexto do condomínio Vila Parque, realizadas nos loteamentos Chácaras do Solar, setores 02 e 03, na periferia do município de Santana de Parnaíba”, os procedimentos metodológicos adotados foram:

- A.** Abertura de protocolo à municipalidade, para requerer levantamento documental e acesso e cópias de documentos do processo administrativo, pelos princípios da Lei nº 12.527/11, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas;
- B.** Mapeamento das áreas de risco relacionadas ao objeto de estudo, realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas [IPT] de 2014, para as áreas de alta declividade, através de ortoimagem da Prefeitura Santana de Parnaíba (2007) e imagem do Google Earth (2021);
- C.** Mapeamento dos cursos d’águas e das áreas de preservação permanente [APP] da área de estudo, através de Cartas da EMPLASA de 1980/1981, ortoimagem da Prefeitura Santana de Parnaíba (2007) e imagem do Google Earth (2021);
- D.** Levantamento de imagens da Imprensa Oficial, do portal eletrônico da prefeitura de Santana de Parnaíba, de todo o material publicado relacionado ao objeto de estudo;
- E.** Análise do Estudo de Impacto de Vizinhança [EIV] realizado pela empreendedora imobiliária “RZK Empreendimentos”, devido à implantação do condomínio “Vila Parque”, por meio de cópia solicitada à prefeitura de Santana de Parnaíba, pelos princípios da Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas;
- F.** Coleta de imagens do condomínio “Vila Parque” na página eletrônica da empreendedora imobiliária “RZK Empreendimentos”.

3.3 Criação das dimensões da sustentabilidade urbana para avaliação das intervenções urbanas

Para atingir o objetivo específico de avaliação dos aspectos das dimensões da sustentabilidade urbana inerentes às intervenções urbanas compensatórias realizadas na periferia de Santana de Parnaíba, a partir da aplicação de questionários com moradores e entrevistas com funcionários públicos, foram selecionados três modelos conceituais para avaliação de cidades inteligentes e sustentáveis, os quais foram apresentados no item 2.3.2 da fundamentação teórica (Sustentabilidade urbana, modelos e instrumentos de avaliação). A escolha dos modelos foi dada pelas associações destes ao contexto brasileiro, sistematizando-os em três escalas distintas de análise.

O primeiro modelo utilizado como referência foi concebido pelos autores Shmelev e Shmeleva (2019), onde foram propostas oito dimensões conceituais para avaliação de 14 megacidades globais, entre elas São Paulo e Rio de Janeiro; o segundo foi concebido pelos autores Marchetti, Oliveira e Figueira (2019), onde foram propostas oito dimensões conceituais para avaliação de cidades latino-americanas; e, o terceiro foi concebido pelos autores Moschen et al. (2019), onde foram propostas seis dimensões conceituais para avaliação de cidades brasileiras. Que totalizaram 22 dimensões conceituais de referência.

Sendo assim, foi feita uma análise comparativa entre estes três modelos conceituais, dos quais se buscou por similaridades para o agrupamento das dimensões da sustentabilidade urbana, ao relacioná-los individualmente, associando-os entre todos os indicadores envolvidos, que ao todo se somaram 101 indicadores com base nos autores Shmelev e Shmeleva (2019), Marchetti, Oliveira e Figueira (2019) e Moschen et al. (2019), presentes nas Tabelas 1, 2 e 3. Dessa forma, chegou-se a 06 dimensões conceituais propostas para a análise da sustentabilidade nas áreas periféricas, que foram ilustradas pela Figura 4.

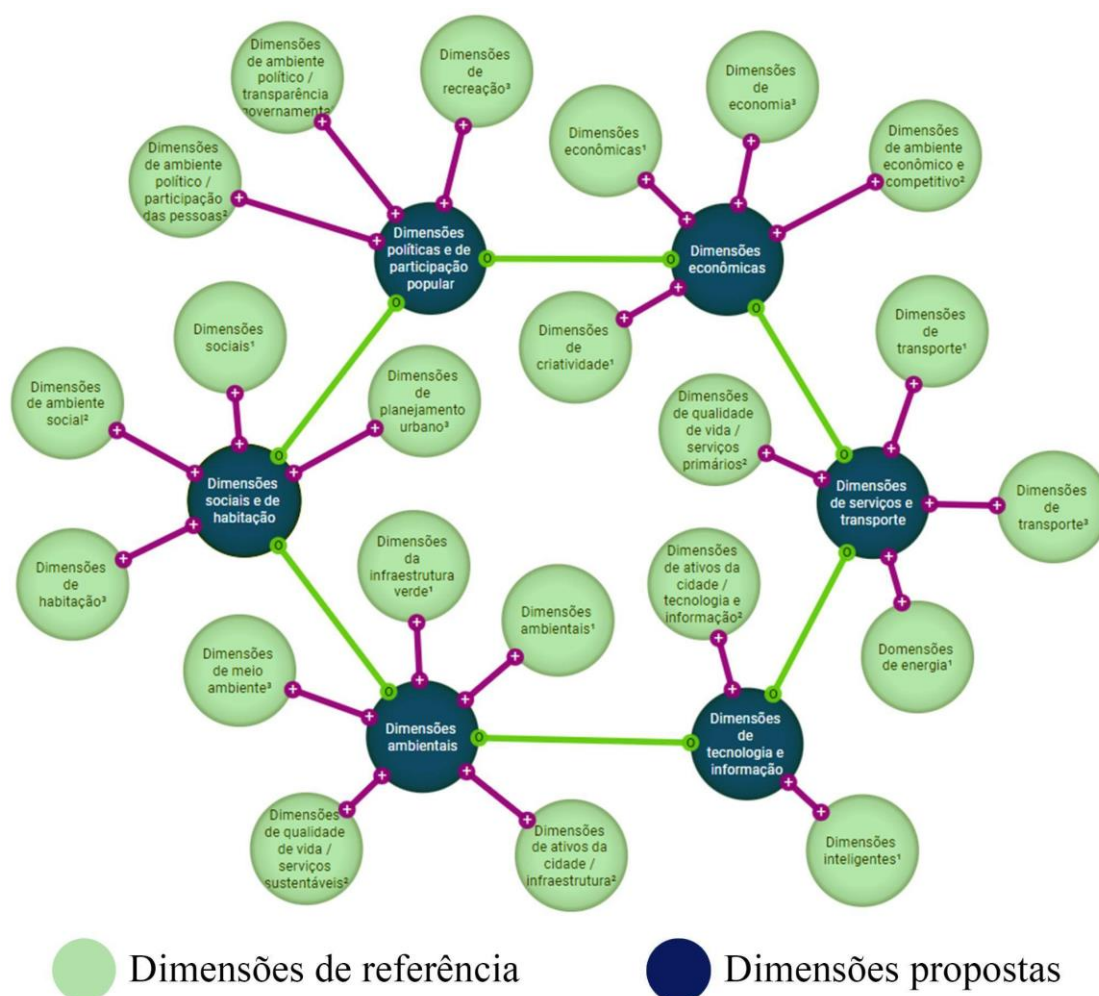


Figura 4: Dimensões da sustentabilidade propostas para análise da sustentabilidade nas áreas periféricas de Santana de Parnaíba/SP.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Seven Vortex* com base em Shmelev e Shmeleva (2019); Marchetti, Oliveira e Figueira (2019); Moschen et al. (2019).

A Figura 4 ilustra a criação das 6 dimensões da sustentabilidade propostas, utilizando-se da plataforma *Seven Vortex*. Esta plataforma colaborativa, acessada pela internet, foi criada para solucionar problemas de forma sistêmica e interdisciplinar, por meio de dinâmicas ecossistêmicas, que possibilita o *co-design* e a *co-criação* de soluções amparadas em tecnologia, que buscam desbloquear a criação de valor sustentável em seu ecossistema operacional (Seven Vortex, 2021).

E, com base no agrupamento das 22 dimensões conceituais e 101 indicadores utilizados de referência, mencionados na fundamentação teórica, as dimensões propostas foram: 1) Dimensões sociais e de habitação; 2) Dimensões políticas e de participação popular; 3) Dimensões econômicas; 4) Dimensões de serviços e transporte; 5) Dimensões de tecnologia e informação; e, 6) Dimensões ambientais. Ou seja, as dimensões da sustentabilidade urbana foram nitidamente os eixos norteadores do agrupamento das dimensões propostas.

É importante ressaltar que essa metodologia foi elaborada para embasar teoricamente a análise dos territórios periféricos, de maneira a sistematizar os resultados, uma vez que as pesquisas realizadas demonstram que há uma expansão das dimensões de sustentabilidade urbana, que é resultado da abundância de indicadores, de modelos conceituais e da nova agenda urbana, explorada no módulo 2.3.2, e, por outro lado, ao se aprofundar neste assunto, encontrou-se uma lacuna na análise da sustentabilidade quando são consideradas as peculiaridades das áreas pobres e vulneráveis das áreas periféricas de cidades brasileiras.

E com o objetivo de avaliar o cenário anterior e posterior às intervenções urbanas realizadas sob a ótica da sustentabilidade urbana, optou-se pela realização de questionários com os moradores remanejados das áreas de risco de Áreas de Preservação Permanente [APP] para os conjuntos de Habitação de Interesse Social [HIS] e entrevistas com funcionários públicos da prefeitura de Santana de Parnaíba, que tiveram contato com as intervenções urbanas investigadas e processos de aprovações do condomínio Vila Parque, representando assim o olhar da população e do setor público.

Desse modo, para a análise da sustentabilidade da região periférica analisada em Santana de Parnaíba/SP, foram criados questionários a partir dos modelos conceituais de referência e das dimensões propostas, demonstradas nas Tabelas 5 e 6. E, com base nos agrupamentos mencionados, utilizou-se de indicadores das dimensões de referência para orientar e conduzir as perguntas realizadas, visando a coleta de dados dos assuntos relacionados às dimensões propostas.

Tabela 5.

Análise da sustentabilidade das intervenções urbanas realizadas pelo olhar dos moradores.

Indicadores de referência	Dimensões de referência	Dimensões propostas	Questionário com os moradores
Ensino superior	Dimensões sociais ¹	Dimensões sociais e de habitação	1. Qual é o seu grau de escolaridade? 2. Há alguém da sua família que mora com você e que tenha completado algum curso superior? 3. Como você considera a qualidade do ensino no seu bairro?
Porcentagem da população da cidade que vive em moradias inadequadas	Dimensões de habitação ³		4. Você considera esta moradia que recebeu pela prefeitura mais segura que a anterior, que foi removida? 5. Você considera que esta moradia que recebeu pela prefeitura é mais salubre/saudável que a anterior, que foi removida?
Sentimento de fazer parte da cidade (percepção do habitante sobre a participação das pessoas)	Dimensões de ambiente político / participação das pessoas ²	Dimensões políticas e de participação popular	6. Como você considera a sua relação com os outros moradores do conjunto habitacional? 7. Você sente que faz parte da comunidade/coletividade de onde reside?
Sentimento de liberdade (percepções dos moradores sobre a transparência do governo)	Dimensões de ambiente político / transparência governamental ²		8. Sua relação com os vizinhos melhorou nesta moradia que recebeu pela prefeitura em relação a anterior, que foi removida? 9. Na sua opinião, a prefeitura é transparente com os moradores?
Evitar o abuso de poder	Dimensões de ambiente político / transparência governamental ²		10. Como você se sentiu no processo de remoção realizado? 11. E como se sente agora? 12. Você sentiu que foi ouvido neste processo?
Desemprego	Dimensões econômicas ¹	Dimensões econômicas	13. Existem desempregados entre as pessoas que moram com você? 14. Na sua casa, mora alguém com menos de 18 anos e que esteja trabalhando?

Taxa de desemprego	Dimensões de ambiente econômico e competitivo ²		15. Qual a sua renda familiar? 16. Qual o seu vínculo empregatício?
Porcentagem da população que vive abaixo da linha de pobreza	Dimensões de economia ³		17. Você trabalha na região onde reside? 18. Qual a sua carga horária de trabalho semanal?
Percepção da qualidade dos moradores dos serviços primários da cidade;	Dimensões de qualidade de vida / serviços primários ²	Dimensões de serviços e transporte	19. Quais serviços a sua moradia anterior que foi removida possuía (porcentagem dos entrevistados)? 20. Quais serviços a sua moradia possui agora (porcentagem dos entrevistados)? 21. Você acha que a infraestrutura da sua casa melhorou onde está morando, se comparada com a anterior?
Proporção de viagens feitas por caminhada, bicicleta e transporte público	Dimensões de transporte ¹		22. No seu dia-a-dia, quais são os seus principais meios de transporte (porcentagem dos entrevistados)? 23. Qual a sua opinião sobre o transporte público que atende a sua região? 24. Você acha que o acesso ao transporte público nesta residência recebida pela prefeitura é melhor do que na sua moradia anterior removida?
Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	Dimensões de ativos da cidade / tecnologia e informação ²	Dimensões de tecnologia e informação	25. Qual o tipo de acesso à internet que sua família possui na nova moradia? 26. Qual o tipo de acesso à internet que sua família possuía na antiga moradia? 27. Em caso de não ter acesso à internet banda larga, você gostaria que sua família tivesse acesso à internet banda larga em sua casa?
Velocidade da internet	Dimensões inteligentes ¹		28. Você acha que o acesso à internet na nova moradia é melhor do que o acesso na moradia anterior? 29. Qual a sua opinião sobre o acesso e a velocidade da internet na sua moradia? 30. Quais equipamentos com acesso à internet você possui na sua residência?
Capacidade para uma resposta pronta (emergência, clima, incêndio, polícia)	Dimensões de ativos da cidade / tecnologia e informação ²		31. Você já fez alguma solicitação para a prefeitura pela internet? 32. Você utiliza a internet (banda larga ou móvel) para acompanhar as notícias sobre a cidade de Santana de Parnaíba feitas pelos canais oficiais da prefeitura (redes sociais, imprensa oficial, página eletrônica, etc.)?

Resíduos sólidos reciclados	Dimensões de qualidade de vida / serviços sustentáveis ²	Dimensões ambientais	33. Na sua moradia é feita a separação do lixo para a reciclagem? 34. Você acha a reciclagem importante? 35. Você acha que a sua moradia atual contribui mais para a preservação do meio ambiente do que a anterior, removida pela prefeitura?
Área verde por habitante	Dimensões de ativos da cidade / infraestrutura ²		36. Você acha importante a preservação das áreas verdes no seu bairro? 37. Você acha importante a preservação dos cursos d'água e córregos do seu bairro? 38. Você acha importante a existência de áreas de lazer no seu bairro?

Fonte: Próprio autor, com base em Shmelev e Shmeleva (2019)¹; Marchetti, Oliveira e Figueira (2019)²; Moschen et al. (2019)³.

Na Tabela 5 foram criadas 38 perguntas, utilizando-se de linguagem simplificada, para aplicação de questionário com os moradores dos conjuntos de HIS. Estas perguntas tiveram como base 15 indicadores das dimensões de referência, dos autores Shmelev e Shmeleva (2019), Marchetti, Oliveira e Figueira (2019) e Moschen et al. (2019).

Tabela 6.

Análise da sustentabilidade das intervenções urbanas realizadas pelo olhar dos funcionários públicos.

Indicadores de referência	Dimensões de referência	Dimensões propostas	Perguntas aos funcionários públicos
População que vive em áreas sujeitas a riscos	Dimensões de ambiente social ²	Dimensões sociais e de habitação	1. Tendo-se como exemplo as intervenções urbanas realizadas no entorno do Vila Parque, qual é a sua opinião sobre a remoção das famílias que vivem em áreas sujeitas a riscos e as ações da prefeitura neste sentido?
Porcentagem de domicílios que existem sem títulos legais registrados	Dimensões de habitação ³		2. Na sua opinião, qual a importância dos imóveis com títulos legais registrados? E você enxerga uma melhora nos loteamentos Chácaras do Solar Setores 01, 02, 03, e entorno, com as regularizações fundiárias realizadas?
Tamanho da área dos assentamentos informais	Dimensões de planejamento urbano ³		3. Na sua avaliação, que benefícios sociais e habitacionais foram gerados à população a partir das ações de remoção e regularização fundiária no entorno do Vila Parque?

Incentivo a debates locais	Dimensões de ambiente político / transparência governamental ²		4. Na sua opinião, existem incentivos à debates locais do poder público com os moradores das regiões dos loteamentos Chácaras do Solar Setores 01, 02, 03 e entorno? Justifique a sua resposta.
Participação do eleitor	Dimensões de ambiente político / participação das pessoas ²	Dimensões políticas e de participação popular	5. Na sua avaliação, a população foi ouvida no processo de remoção e realocação no âmbito da ação no entorno do Vila Parque? Justifique.
Estratégia explícita de planejamento de longo prazo	Dimensões de ambiente político / transparência governamental ²		6. No seu entendimento, há uma estratégia explícita de planejamento urbano de longo prazo para as regiões dos loteamentos Chácaras do Solar Setores 01, 02, 03 e entorno?
Emprego nas indústrias criativas	Dimensões de criatividade ¹		7. Em relação à região dos loteamentos Chácaras do Solar Setores 01, 02, 03, e entorno, na sua opinião o poder público incentiva a "indústria criativa"? Você acha que houve uma melhora para este setor econômico nesta região?
Indicador de crescimento do desenvolvimento	Dimensões de ambiente econômico e competitivo ²	Dimensões econômicas	8. Na sua opinião, há uma melhora na economia da região após as intervenções urbanas realizadas, como por exemplo, a construção do Shopping Open Mall pelo Vila Parque, o processo de Regularização Fundiária do Vila Poupança, a produção de moradia popular, entre outras? Comente a respeito.
Programas de compartilhamento de bicicletas ou carros	Dimensões de qualidade de vida / serviços primários ²		9. Qual a sua opinião sobre o sistema de transporte não motorizado e de compartilhamento bicicletas e carros? Você tem conhecimento se há algum incentivo destas modalidades para a população dos conjuntos habitacionais construídos?
Acessibilidade ao transporte público	Dimensões de qualidade de vida / serviços primários ²	Dimensões de serviços e transporte	10. O que você pensa sobre a acessibilidade do transporte público oferecido às regiões dos loteamentos Chácaras do Solar Setores 01, 02, 03, e entorno? E, neste sentido, você acha que houve uma melhora nesta região?
Áreas críticas monitoradas	Dimensões de ativos da cidade / tecnologia e informação ²	Dimensões de tecnologia e informação	11. Nas regiões dos loteamentos Chácaras do Solar Setores 01, 02, 03, e entorno, você sabe como é feito o monitoramento das áreas? Levando-se em consideração os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação [TICs], qual a sua opinião a respeito?

Banco de dados acessível	Dimensões de ativos da cidade / tecnologia e informação ²		12. Na sua opinião, o acesso à internet por parte da população é adequado e as informações públicas são acessíveis nos loteamentos Chácara do Solar Setores 01, 02, 03, e entorno? Justifique. Se não, há planos de ampliação desse acesso e a velocidade da internet?
Tecnologias para prevenir o crime (vigilância online)	Dimensões de ativos da cidade / tecnologia e informação ²		13. Nas regiões dos loteamentos Chácara do Solar Setores 01, 02, 03 e entorno, há tecnologias para prevenir o crime (vigilância online)? Você tem conhecimento se existe algum plano municipal a esse respeito?
Espaço verde	Dimensões da infraestrutura verde ¹	Dimensões ambientais	14. Do ponto de vista ambiental, qual a sua opinião sobre as remoções das famílias das Áreas de Preservação Permanente (APP) e das obras hídricas realizadas no entorno do Vila Parque?
Geração de resíduos sólidos municipais	Dimensões ambientais ¹		15. Na sua percepção, tem havido uma melhora no tratamento dos resíduos sólidos nas regiões dos loteamentos Chácara do Solar Setores 01, 02, 03 e entorno? Qual a sua opinião a respeito?
Áreas degradadas urbanizadas	Dimensões de qualidade de vida / serviços sustentáveis ²		16. Quais as suas perspectivas em relação às melhorias, planos de curto, médio e longo prazos, no âmbito ambiental e dos serviços sustentáveis, para a região dos loteamentos Chácara do Solar Setores 01, 02, 03 e entorno?

Fonte: Próprio autor, com base em Shmelev e Shmeleva (2019)¹; Marchetti, Oliveira e Figueira (2019)²; Moschen et al. (2019)³.

Na Tabela 6 foram criadas 16 perguntas para aplicação de entrevista com os funcionários públicos da prefeitura de Santana de Parnaíba/SP. Estas perguntas tiveram como base 16 indicadores das dimensões de referência.

3.3.1 Aplicação do questionário com os moradores dos conjuntos habitacionais

Para a aplicação dos questionários junto aos moradores realojados das áreas de risco, no âmbito das intervenções urbanas estudadas, procedeu-se à seleção amostral com base na metodologia adotada por Chiaravalloti Neto, Moraes e Fernandes (1998), os quais avaliaram a participação no controle da dengue de uma comunidade de um bairro periférico, no Município de São José do Rio Preto.

Dessa maneira, a aplicação iniciou-se com o levantamento do número de unidades de Habitação de Interesse Social [HIS] envolvidas. Sendo assim, foram consideradas as 156 casas do Conjunto Municipal Júpiter, bem como as 20 casas e os 60 apartamentos do Conjunto Vila Poupança II, totalizando 236 unidades de HIS.

Desse modo, elaborou-se uma listagem contendo as 9 quadras realizadas com os respectivos números de unidades de HIS. Importante mencionar que cada bloco foi considerado como uma quadra, por conter 20 unidades de HIS cada.

Na sequência, com base na metodologia mencionada, realizou-se sorteio de 5 unidades de HIS para cada uma das quadras listadas, resultando em um grupo amostral de 45 domicílios, o que representa cerca de 20% do total de unidades de HIS existentes. As figuras 5 e 6 ilustram as unidades sorteadas para aplicação de questionário do Conjunto Municipal Júpiter e do Conjunto Vila Poupança II, respectivamente.

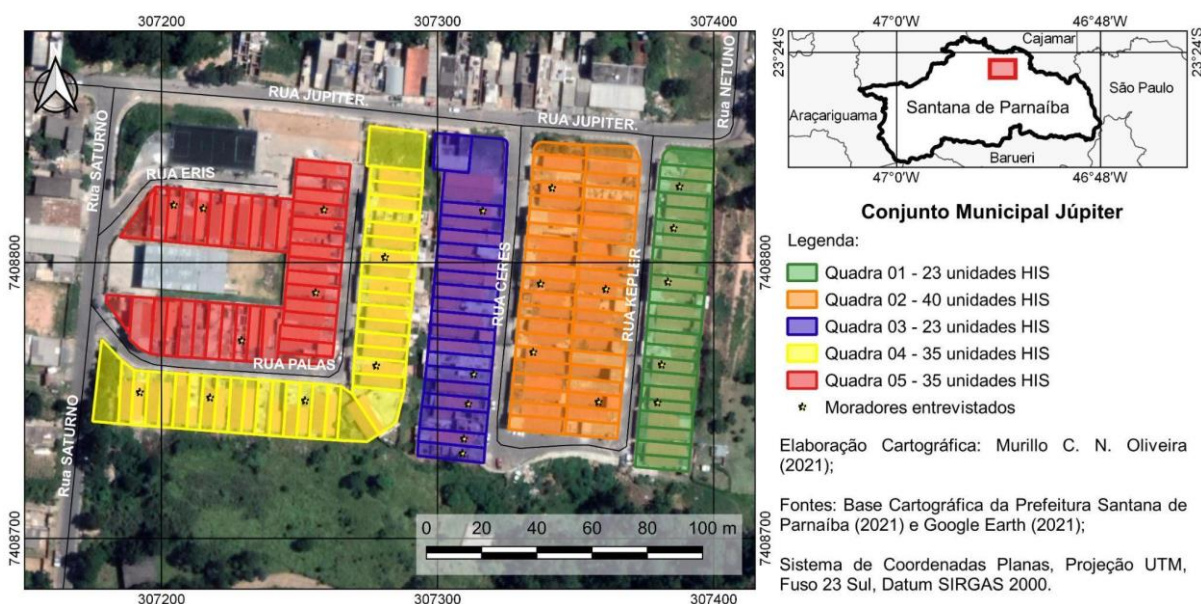


Figura 5: Localização das unidades sorteadas para aplicação dos questionários no Conjunto Municipal Júpiter.

Fonte: Elaboração própria com a Base Cartográfica da Prefeitura Santana de Parnaíba (2021) e Google Earth (2021).

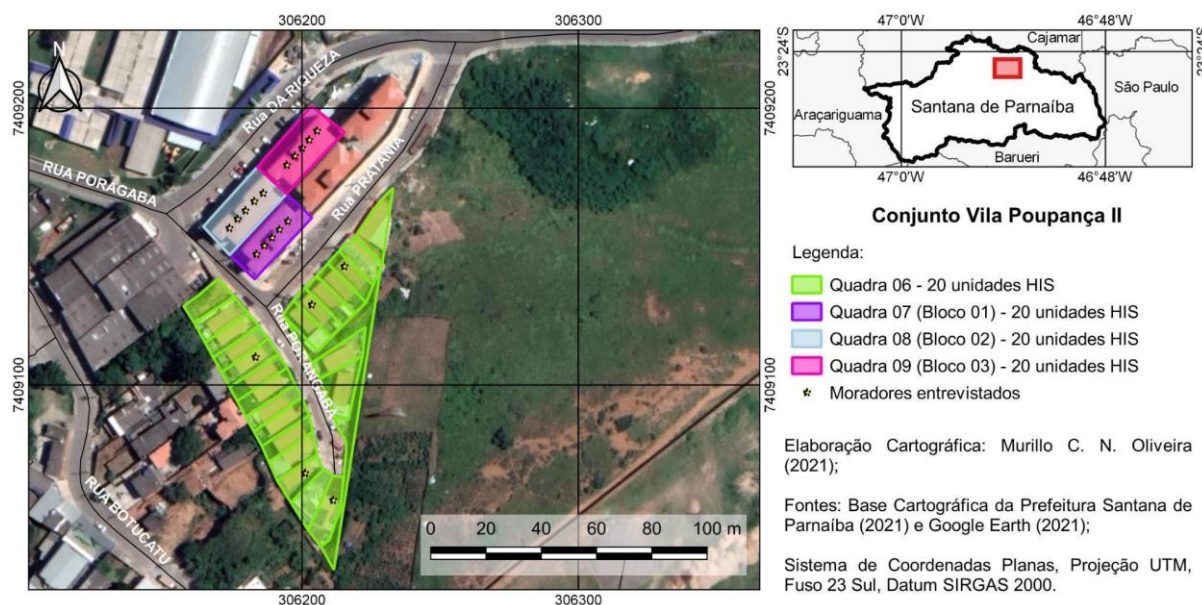


Figura 6: Localização das unidades sorteadas para aplicação dos questionários no Conjunto Vila Poupança II.

Fonte: Elaboração própria com a Base Cartográfica da Prefeitura Santana de Parnaíba (2021) e Google Earth (2021).

Conforme Figuras 5 e 6, os questionários foram aplicados aos moradores das unidades representadas nas unidades sorteadas. Nesta metodologia, considerou-se que as unidades vazias ou com recusas de participação, após 03 tentativas, fossem substituídas por outras nas mesmas quadras. Por se tratar de 38 questões direcionadas aos moradores, optou-se pela realização de perguntas fechadas, cujas alternativas estão dispostas na íntegra no Apêndice I desta dissertação.

A aplicação do questionário foi realizada em 2 etapas, a primeira consistiu em um “pré-teste” com a abordagem de 4 moradores, 2 do Conjunto Municipal Júpiter e 2 do Conjunto Vila Poupança II, no dia 6/10/2021, e deu-se continuidade à totalidade nos dias 16/10/2021 e 23/10/2021. Em ambas etapas, utilizou-se da ferramenta “google forms”, e para aplicação do questionário, obteve-se auxílio de um assistente social na abordagem com os moradores. A aplicação dos questionários se deu exclusivamente junto a moradores dos conjuntos habitacionais maiores de 18 anos.

3.3.2 Entrevistas com os funcionários públicos e análise de conteúdo

A elaboração da metodologia de aplicação das entrevistas com os funcionários públicos, da prefeitura de Santana de Parnaíba/SP, foi estruturada em forma de perguntas abertas (Tabela 6), e utilizou-se da decifração estrutural de análise de conteúdo dada pela autora Bardin (2011).

Para a realização desta análise de conteúdo, em uma primeira fase, centrou-se em cada entrevista, partindo-se da técnica de transcrição do discurso falado, levando-se em conta a análise do discurso e da narrativa do material qualitativo extraído. Inicialmente de forma não sistemática, buscando-se fugir da intuição. Em seguida, aplicou-se uma segunda fase, que consistiu da análise intitulada transversalidade temática, elaborada pela análise das entrevistas com os funcionários públicos, em consonância com o resultado da aplicação do questionário com os moradores dos conjuntos habitacionais, partindo-se do agrupamento temático realizado para a avaliação das dimensões da sustentabilidade propostas neste estudo.

De acordo com Bardin (2011), o processo de análise transversal tem como objetivo a decifração estrutural e temática, tentando ligar os discursos individuais e, ao se apoiar nos temas descritos, há uma organização subjacente, muitas vezes inconsciente.

Dessa maneira, buscou-se por uma estruturação específica à aparente desordem temática dos resultados, sendo fundamental a atribuição de um número a cada entrevista (Bardin, 2011, p. 97), e por esse motivo, conforme Tabela 7, os entrevistados tiveram seus nomes e gêneros suprimidos e identificados pelas siglas E1, E2, E3, E4 e E5, de maneira a preservar a sua identidade.

As entrevistas da Tabela 7 foram realizadas com profissionais de diferentes áreas técnicas e político-administrativas da prefeitura de Santana de Parnaíba/SP, que possuíam algum envolvimento com as intervenções urbanas compensatórias e com as regiões periféricas avaliadas. As entrevistas foram feitas a distância pela plataforma do “*Google Meet*”, as quais foram gravadas e transcritas posteriormente em texto digitado, permitindo-se a exploração de seu conteúdo pelo processo de análise transversal dado por Bardin (2011).

Tabela 7.

Identificação e perfil profissional dos funcionários públicos entrevistados.

Entrevistado	Titulação	Perfil	Experiência profissional	Data da Entrevista	Duração	Meio da entrevista
E1	Bacharel em Direito	Político administrativo	> 20 anos	18/10/2021	34 min 15 seg	<i>Google Meet</i>
E2	Coordenação (Defesa Civil)	Político administrativo	> 20 anos	22/10/2021	41 min 49 seg	<i>Google Meet</i>
E3	Assistente Social	Técnico	> 20 anos	26/10/2021	42 min 21 seg	<i>Google Meet</i>
E4	Engenharia Civil	Técnico	> 5 anos	28/10/2021	20 min 58 seg	<i>Google Meet</i>
E5	Arquitetura e Urbanismo	Técnico	> 30 anos	29/10/2021	34 min 09 seg	<i>Google Meet</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, esta análise partiu do agrupamento temático das dimensões da sustentabilidade propostas, que se somou ao resultado da aplicação dos questionários com os moradores dos conjuntos habitacionais e, por fim, que foi relacionado ao conteúdo extraído das entrevistas com os funcionários públicos indicados na Tabela 7, seguindo-se a seguinte sequência de análise dada pela metodologia de Bardin (2011): a) Análise temática; b) Características associadas ao tema central; c) Análise Sequencial; d) Análise das oposições; e) Análise da enunciação; e, f) O esqueleto da entrevista (estrutural e semântico).

Os principais aspectos encontrados na orientação dos resultados da decifração estrutural de análise de conteúdo aplicada, com base na autora Bardin (2011), foram: as oposições entre os discursos; as recorrências das expressões das indicações encontradas nas falas dos entrevistados; a própria organização das exposições entre as principais abordagens levantadas. É importante ressaltar que, para se chegar ao resultado esperado, focou-se na comparação entre o cenário anterior e posterior às intervenções urbanas realizadas.

Por fim, os resultados obtidos apresentaram características associadas ao tema central da análise das intervenções urbanas compensatórias do Vila Parque, que são apresentadas de maneira sequencial nesta dissertação, que foram sistematizadas pelos critérios dados pelo agrupamento proposto das dimensões da sustentabilidade.

3.4 Matriz estrutural da pesquisa

Na Tabela 8, é exibida uma matriz que consiste na síntese metodológica desta dissertação, que contém os objetivos da pesquisa, a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos aplicados e os resultados alcançados.

Tabela 8.

Matriz estrutural da pesquisa.

Objetivos da pesquisa		Fundamentação teórica	Metodologia aplicada	Resultados alcançados
Geral	Específicos			
Analisar as contribuições das intervenções urbanas compensatórias, inerentes à construção do condomínio "Vila Parque", para o aumento da sustentabilidade dos territórios periféricos de Santana de Parnaíba-SP/Brasil	1. Mapear o estado da arte em relação ao tema intervenções urbanas em territórios periféricos de cidades brasileiras	Agentes de produção do espaço urbano e o direito à cidade	Revisão sistemática de literatura estruturada	Contribuição com a análise da periferia enquanto território ocupado predominantemente por população de baixa renda e, neste sentido, cooperação com os estudos das transformações urbanas e dos seus impactos nestas áreas mais vulneráveis
	2. Descrever as intervenções urbanas inerentes ao contexto do condomínio "Vila Parque", realizadas nos loteamentos Chácaras do Solar, setores 02 e 03, na periferia do município de Santana de Parnaíba	O instrumento urbanístico do Estudo de Impacto de Vizinhança [EIV]	Coleta de dados por meio de: Identificação das intervenções urbanas; mapeamento das áreas de risco e áreas de preservação permanente (APP); Levantamento da imprensa oficial; instrumentos urbanísticos, etc.	Demonstração do processo das intervenções urbanas realizadas na região dos loteamentos Chácaras do Solar, setores 02 e 03, área periférica do município de Santana de Parnaíba, pela utilização de instrumentos urbanísticos na gestão do poder público municipal

	3. Avaliar os aspectos das dimensões da sustentabilidade urbana inerentes às intervenções urbanas compensatórias realizadas na periferia de Santana de Parnaíba	Territórios periféricos e o desenvolvimento sustentável	Criação de questionários e entrevistas, para análise da sustentabilidade a partir dos modelos conceituais de referência, e análise transversal para decifração estrutural e temática do conteúdo.	Identificação dos aspectos das dimensões de sustentabilidade oriundas das intervenções urbanas geradas e a análise dos resultados obtidos, focando-se na comparação entre o cenário anterior e posterior às intervenções urbanas realizadas
--	---	---	---	---

Fonte: O próprio autor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Intervenções urbanas em territórios periféricos

O presente estudo tem como foco de análise as intervenções em áreas periféricas de cidades brasileiras. Tal recorte se justifica pelo fato de que as áreas periféricas urbanas convivem com problemas estruturais históricos, que permitem caracterizá-las como áreas vulneráveis do ponto de vista socioambiental.

No entanto, torna-se importante salientar que a demarcação de uma área periférica em relação ao centro é considerada no presente estudo, como rótulo simbólico, uma vez que, segundo Fernandes & Mata (2015), dinâmicas urbanas dão lugar a formas mais híbridas de espacialização, dificultando a definição e a demarcação da área periférica no espaço urbano. Segundo os mesmos autores, esforços voltados para a demarcação de áreas periféricas no espaço são altamente falíveis, tendo em vista que as distinções não se apresentam de maneira clara nos espaços concretos das cidades.

Fernandes & Mata (2015) apresentam uma sistematização dos sentidos abordados pela categorização “periferia”. Para eles esse termo tem primeiramente um sentido de escala macro, ao que eles designam de “Sistema-Mundo”, ou seja, há os países centrais e os países periféricos, que não é o foco da análise desta revisão de literatura; por outro lado, ainda segundo estes autores, existe um sentido de periferia enquanto escala de análise mais local, a escala do urbano, que os autores denominam periferia enquanto insistência discursiva, que normalmente é referida por “zonas problemáticas”, “bairros das drogas”, “áreas críticas”, etc., que os autores intitulam de “periferia desqualificada”; mas, segundo eles, há também um sentido de periferia como disposição espacial em relação ao centro, que não indica necessariamente uma distância espacial, aponta para uma distância simbólica, posto que é constituída majoritariamente por populações economicamente desfavorecidas, em situações designadas pela “exclusão social”. É sobre essas duas dimensões de escala local urbana e sobre essa população habituada com a precariedade das condições de vida, que o presente estudo se pautará.

O processo tardio, acelerado e sem o devido planejamento que marcou a urbanização dos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, gerou realidades urbanas marcadas por desigualdades socioambientais profundas, as quais ampliam as variadas formas de segregação e exclusão socioambiental existentes, bem como se colocam como obstáculos à construção de cidades mais justas, humanas e equânimes (Quaresma et al., 2017).

Diante desse contexto, intervenções urbanas têm sido adotadas por parte do poder público e pela iniciativa privada em áreas urbanas vulneráveis, com vias para a minimização das problemáticas socioespaciais em prol da garantia do direito à cidade.

Entende-se por “intervenção urbana”, uma ação humana de intervir no espaço geográfico estritamente urbano, à exemplos de manifestações artísticas e culturais (De Tommasi, 2013; De Oliveira, 2020), projetos de “combate à violência” (Machado, 2017), atuação de assistentes sociais (De Oliveira, 2017), movimentos sociais compostos apenas por mulheres ou um grupo de jovens políticos atuantes em causas sociais (Moreno, 2018), entre outros. Entretanto, para a realização desta pesquisa, decidiu-se tratar especificamente da “intervenção urbana” relacionada à arquitetura e ao urbanismo, ou seja, ligada à transformação, produção e reprodução do espaço urbano construído.

Entretanto, observando a literatura acadêmica sobre o tema, verifica-se a existência de uma série de trabalhos que analisam intervenções urbanas em áreas periféricas, mas que, por se encontrarem dispersos, necessitam de uma revisão de literatura capaz de sintetizar o estado da arte existente, bem como que permita aproximar esses trabalhos e apontar direções para futuras pesquisas.

Desse modo, o objetivo desta pesquisa foi o de realizar uma revisão sistemática de literatura estruturada de produções acadêmicas, na língua portuguesa, que analisam intervenções urbanas relacionadas às áreas periféricas de cidades brasileiras, a partir de publicações de artigos dos últimos dez anos, janeiro de 2011 a janeiro de 2021, com base em busca realizada no Portal de Periódicos criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES], do governo federal brasileiro.

4.1.1 Ação do Estado e especulação imobiliária

Com base na análise dos artigos selecionados, e citados na Tabela 4, dos procedimentos metodológicos, foi possível identificar três categorias, fruto desta análise realizada, que apontam similaridades de foco de pesquisa entre os estudos acadêmicos desenvolvidos, na língua portuguesa, para cidades brasileiras. Sendo a primeira categoria relacionada ao tema da ação do Estado e da especulação imobiliária.

A introdução deste tema inicia-se com os autores Nascimento & Matias (2011), sobre o município de Ponta Grossa, Paraná, Brasil. Neste artigo os autores avaliaram a expansão do perímetro urbano e da sua área urbanizada, cujo estudo revelou que a valorização fundiária foi o principal mecanismo de produção de novas áreas urbanas, impulsionando um crescimento urbano “desordenado”, e segundo eles, socialmente injusto, pois afetou os preços dos imóveis, onerando-se a dotação pelo poder público ao ter que levar a infraestrutura às áreas mais afastadas, de maneira a contribuir com o acirramento da segregação socioespacial e da “periferização” das parcelas sociais mais empobrecidas.

Além disso, os autores Nascimento & Matias (2011) destacaram a disparidade social no uso do espaço urbano com o aumento das submoradias em áreas de risco em Ponta Grossa/PR, ressaltando um cenário de desigualdade socioespacial, com as classes de alta renda em localizações privilegiadas na cidade, paralelamente à “periferização” em loteamentos carentes em infraestrutura e serviços básicos das classes de baixa renda.

Os autores Nascimento & Matias (2011) citam que o Estado, em especial o poder público municipal, dispõe dos instrumentos jurídicos para combater a especulação em detrimento de uma gestão do uso do espaço urbano socialmente mais justa, e que em nível federal, há o estabelecimento da garantia da função social da propriedade urbana, no artigo 182 da Constituição Federal de 1988, que trata da política urbana. No entanto, para estes autores, o que se assistiu no município de Ponta Grossa/PR, foi uma prática especulativa banalizada com a manutenção de glebas ociosas entre áreas loteadas no limite do perímetro urbano, onde as aglomerações intermediárias e circunvizinhas ficam à espera de que tais terras se valorizem devido à densificação e por benfeitorias do poder público, como a implantação de redes de esgoto, melhorias das vias e a criação de novas linhas de transporte público coletivo. Ilustrando assim que o capital imobiliário fica à espera dos benefícios advindos das intervenções urbanas que partem do poder público.

No município de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil, o cenário colocado pelas intervenções urbanas pelo autor Esdras (2012) não é diferente, segundo ele a distribuição das favelas da cidade “seguiu a lógica mercadológica do solo urbano do período em que cada favela surgiu, ou seja, todas as favelas da cidade surgiram na periferia pobre, na qual há uma deficiência de infraestrutura urbana” (Esdras, 2012, p. 197). Para este autor, a carência de infraestrutura está associada à condição precária das construções, destacando-se que muitas estão em situação de risco ambiental, seja pela proximidade com os cursos de água, com a possibilidade de enchentes, ou em relação às características do relevo, com as submoradias ocupando terrenos em áreas de maior declividade, podendo-se levar ao desabamento das edificações.

Em Montes Claros/MG, segundo Esdras (2012), a partir do processo de industrialização do município mineiro, a intensidade da migração à cidade resultou na formação de novas áreas ilegais concentradas nas periferias, que dificultou a adoção de políticas públicas para a fiscalização da ocupação do solo, bem como para a criação de alternativas de moradias legalizadas. Segundo este autor, apenas 5 favelas estão localizadas em áreas mais centrais, porque são as mais antigas, correspondendo à década de 1930, e, atualmente, no espaço urbano de Montes Claros, existem 21 favelas, onde apenas quatro se formaram entre 1990 e 2005. Desse modo, todas as ocupações ilegais restantes se originaram nas décadas de 1970 e 1980, período de aumento da valorização da terra urbana, por causa da maior procura por imóveis.

Para o Município de Viçosa, Minas Gerais, Brasil, foram selecionados dois artigos que abordaram o tema da ação do Estado e da especulação imobiliária, dos autores Coelho & de Jesus Chrysostomo (2015) e de Bastos Filho et al. (2020).

A pesquisa de Coelho & de Jesus Chrysostomo (2015) teve como objetivo principal identificar o papel dos sujeitos responsáveis pelo nascimento dos bairros periféricos de Amoras e Nova Viçosa (1970-1990), ou seja, responsáveis pelas transformações urbanas de áreas periféricas do município.

“Os casos de Nova Viçosa e Amoras, que elegeremos para nossa reflexão, resultam desses mecanismos sociais: uma mescla entre clientelismo, personalismo, propaganda, crescimento econômico dos setores de construção civil e imobiliária e apropriação oligopolista do solo. Esses processos, que se espraiam de forma violenta nas pequenas cidades, marcam a paisagem dos *espaços periféricos* [grifo nosso], assinalando como os efeitos das políticas urbanas excludentes geram desigualdades sociais de toda ordem – econômica, política e cultural.” (Coelho e de Jesus Chrysostomo, 2015, p. 280).

Segundo Coelho & de Jesus Chrysostomo (2015), a expansão dos núcleos urbanos e a formação das periferias decorrem da atuação direta ou indireta do Estado. Trata-se de um fenômeno social, que por um lado ignora e por outro apoia o uso especulativo da terra urbana, praticado pelos proprietários fundiários e promotores imobiliários, agentes que têm a intenção de extrair renda da terra. E para estes autores, as periferias em Viçosa/MG caracterizam-se por serem áreas sem infraestrutura destinadas às camadas populares da sociedade.

O artigo de Bastos Filho et al. (2020) teve como objetivo analisar de forma comparativa as condições de vida de famílias residentes em três regiões urbanas em Viçosa/MG, mais especificamente, em 2 bairros periféricos (Nova Viçosa e Santa Clara) em comparação ao Centro, descrevendo os efeitos do fenômeno da segregação socioespacial, que foram resultados da atuação e investimentos do poder público municipal.

Nessa pesquisa, Bastos Filho et al. (2020) observaram que a partir das análises de 4 categorias (socioeconômica, acessibilidade, infraestrutura e violência), o direcionamento dos recursos municipais para intervenções urbanas, acompanhado pela segregação socioespacial, produziram efeitos negativos nos bairros periféricos frente à região central de Viçosa/MG. Neste sentido, os autores observam ser possível identificar semelhanças entre os bairros periféricos, em oposição à região do centro, quanto ao tipo de violência, acessibilidade, pela falta de investimentos em infraestrutura pelo poder público. Os autores concluem que o centro possui as melhores características socioeconômicas e é o mais equipado em termos urbanísticos, quando comparado às áreas periféricas. Além do mais, na análise quanto à renda, como escreveu Bastos Filho et al. (2020, p. 8), “com base no IBGE (2015), esses dados das regiões periféricas de Viçosa-MG são piores, inclusive, que os dados nacionais, o que revela o alto grau de vulnerabilidade das famílias que vivem nessas regiões”.

Na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, os autores Moretti & Campos (2016) realizaram uma pesquisa, em 2011, com vistas a compreender as alterações ocorridas na dinâmica do mercado urbano de terras, decorrente da ampliação do perímetro urbano. Essa análise demonstra a existência de novas dinâmicas na ocupação de áreas periféricas, pois segundo estes autores, no mesmo tempo-espço em que manifestam novos focos de ocupações irregulares, há o lançamento dos condomínios residenciais de “muro fechado”.

Segundo Moretti & Campos (2016), a retenção privada de grande parcela da terra incorporada na última ampliação do perímetro do município de Dourados/MG, em 2011, assim como os desencadeamentos deste monopólio nas etapas seguintes da produção habitacional e investimentos em infraestrutura, com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento [PAC] do governo federal brasileiro, evidenciaram que a falta de moradia nas cidades brasileiras não se deve a insuficiência de terras disponíveis para fins de urbanização. Para Moretti & Campos (2016, p. 443) a “propriedade privada e a lógica de mercado é o que regula a produção habitacional e as demais ações referentes à urbanização, firmando-se, deste modo, como a condicionante central do maior ou menor acesso à cidade”.

Os aspectos do processo de urbanização de Dourados/MS demonstram que caráter público da ampliação do perímetro urbano municipal foi desfigurado pela especulação imobiliária, por exemplo, segundo Moretti & Campos (2016), as novas Zonas Especiais de Interesse Ambiental [ZEIA's], que são as áreas situadas próximas aos fundos de vale que foram incorporadas ao núcleo urbano, transformaram-se no principal alvo dos condomínios residenciais de “muro fechados”, seguindo-se uma lógica que vende o contato com a natureza saudável e o verde como belo, ao mesmo tempo em que emergiram novos focos de ocupações irregulares em áreas como essas pela cidade. Sendo assim, ambas as situações configuram a existência de conflitos entre diferentes tipos de uso e funções relacionadas à coletividade urbana e a ineficiência do Estado na gestão do espaço urbano.

O último artigo dessa categoria analisada “ação do Estado e especulação imobiliária” tem como foco territorial o Jardim Piratininga, região periférica da cidade de São Paulo/SP, Brasil, onde os autores Antonucci & Gobbi (2018) abordaram acerca dos instrumentos de um projeto participativo na forma de um “Plano de Bairro”. A partir destes estudos, que tiveram como intuito acompanhar a realidade da periferia de São Paulo pela evolução de uma favela (1985 a 2015), verificou-se a existência de um grupo social muito mais heterogêneo, com a presença de moradores de origens muito distintas, de imigrantes a refugiados de diferentes países, desse modo, segundo os próprios autores, a pesquisa identificou mudanças de padrões de ocupação ‘periférica’.

Ainda segundo Antonucci & Gobbi (2018), o padrão de urbanização que avançou durante a segunda metade do século XX em São Paulo/SP, seguiu um modelo periférico de crescimento, ou seja, afastado do centro da cidade, marcado pela autoconstrução e carência de infraestrutura. Segundo estes autores, a produção habitacional foi insuficiente e o estímulo à propriedade privada e à autoconstrução por parte do Estado colaboraram com o espraiamento da cidade, resultando na ocupação da classe de baixa renda em cortiços, favelas e loteamentos periféricos, associando-se diretamente a vulnerabilidade e a precariedade urbana.

De acordo com Antonucci & Gobbi (2018), as estratégias de políticas públicas de intervenção em assentamentos precários ao longo século XX partiram desde uma omissão tolerante por parte do Estado, passando por uma política de remoção das ocupações e chegando a realocação dos moradores em unidades habitacionais novas. No contexto atual, segundo estes autores, as políticas públicas envolvem a urbanização dos assentamentos por meio da atuação em diversas frentes, desde infraestrutura urbana até ações sociais junto aos moradores.

Por fim, o resultado da pesquisa de Antonucci & Gobbi (2018) indica que apesar da participação popular na elaboração do “Plano de Bairro” no Jardim Piratininga de São Paulo/SP, o engajamento é limitado devido ao desconhecimento deste instrumento e sua capacidade de articulação pela população. O objetivo final do plano não foi atingido, pois infelizmente as ações de urbanização não foram efetuadas, mas os moradores conseguiram retomar o processo de regularização fundiária que estava parado desde o final da década de 1990, que era um dos objetivos do plano.

Um dos motivos pelo insucesso do projeto “Plano de Bairro” no Jardim Piratininga de São Paulo/SP, colocado pelos autores, foi a descontinuidade da implantação dos planos regionais nas trocas de gestão da prefeitura, ilustrando assim que mesmo quando há um esforço da população de baixa renda em se organizar para a melhoria do espaço urbano da periferia, ainda assim há a dificuldade do Estado em gerir o espaço urbano de uma maneira socialmente mais justa, pela disputa de recursos públicos com o mercado imobiliário.

4.1.2 Equipamento público, infraestrutura, habitação social e mobilidade

Nesta seção, o cerne dos estudos sobre intervenções na periferia foram as transformações do espaço urbano derivadas da construção de equipamentos públicos, infraestrutura, habitação de interesse social [HIS] e obras de mobilidade urbana, uma vez que a revisão bibliográfica indicou que a existência ou a carência destas intervenções urbanas relacionam-se diretamente com o processo de urbanização de territórios periféricos. Entenda-se que a infraestrutura corresponde ao calçamento, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação asfáltica, rede água e esgoto, etc.

Para exemplificar, o primeiro artigo analisado, dos autores Leal-Lahorgue & Cabette (2013), teve como objetivo descrever e discutir o conjunto de intervenções no espaço urbano promovidos pelo poder público municipal na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, que foram realizadas com as verbas federais oriundas da “Copa do Mundo de 2014”. Resumidamente, as intervenções consistiram em: modernização do estádio Beira-Rio; obras de mobilidade e infraestrutura urbana; urbanização, reassentamento e construção de unidades habitacionais para áreas carentes.

As principais transformações urbanas consequentes das obras em Porto Alegre/RS, segundo Leal-Lahorgue & Cabette (2013), com exceção da reforma do estádio Beira-Rio, foram as obras relacionadas à mobilidade, pois a maioria dos investimentos foram em reformas, alargamentos e extensões de ruas e avenidas na região central da cidade. Desse modo, a maior parte dos investimentos beneficiaram à locomoção individual e à classe média em detrimento do transporte coletivo para moradores de áreas afastadas.

De acordo com Leal-Lahorgue & Cabette (2013), maiores investimentos em áreas abundantes de infraestrutura e pouco em áreas carentes reforçam a dinâmica centro-periferia e ignoram os preceitos de um bom planejamento urbano que atende a todos os cidadãos da cidade. No caso analisado, segundo estes autores, a proposta para a Copa nitidamente não integrou mobilidade e a habitação, ao contrário, segundo eles, a habitação foi um entrave às obras de mobilidade com o reassentamento de ocupações para áreas distantes, priorizando desta maneira o deslocamento dos visitantes pela cidade e não o de seus moradores.

Ainda sobre Porto Alegre/RS, para Leal-Lahorgue & Cabette (2013), algo que chamou a atenção foi que o poder público municipal escolheu predominantemente áreas periféricas para intervenções de regularização fundiária e construção de habitações populares, pois a grande maioria das Áreas Especiais de Interesse Social [AEIS] do município está afastada das áreas centrais da cidade, para estes autores este padrão se repete nas cidades brasileiras, onde os pobres ficam em áreas periféricas, e por outro lado, as classes de média e alta renda ficam em áreas centrais providas de infraestrutura, considerando-se calçamento, serviços de iluminação, rede água e esgoto, etc.

Em Ponta Grossa, Paraná, Brasil, os autores Lombardi & Sahr (2015) avaliaram o Programa “Minha Casa Minha Vida” [PMCMV] de habitação social, do governo federal brasileiro, que teve como um dos objetivos aferir a articulação dos conjuntos habitacionais produzidos com a cidade que, por sua vez, indicou novamente a predominância da construção de HIS em áreas periféricas:

“As habitações populares do ‘PMCMV’ em Ponta Grossa foram erguidas fora da malha urbana consolidadas tendo como justificativa o barateamento dos custos. Em sua maior parte situam-se em terrenos desprovidos ou com baixa oferta de infraestrutura, equipamentos públicos, serviços essenciais e emprego” (Lombardi e Sahr, 2015, p. 20).

Segundo estes autores, os conjuntos do ‘PMCMV’ para a população de baixa renda têm como característica a expansão caracterizada por eles como “densa” em territórios periféricos da malha urbana, além disso, no caso de Ponta Grossa/PR, nenhum dos conjuntos analisados foi integrado diretamente na malha viária pré-existente e, em sua maioria, foram produzidos em áreas de antigas fazendas de famílias tradicionais da cidade, seguindo-se a lógica do mercado imobiliário (discutida na seção anterior).

Sendo assim, de acordo com Lombardi & Sahr (2015), nos conjuntos de HIS mencionados, há mais evidências de exclusão da população residente do que inclusão socioespacial, uma vez que estão localizadas em áreas afastadas da malha urbana consolidada, distantes da infraestrutura existente, sem serviços e equipamentos públicos no interior dos conjuntos, sem integração com outras vilas e bairros, por fim, que obrigam os seus habitantes a realizar grandes deslocamentos para terem acesso ao comércio, educação, lazer e saúde.

O seguinte artigo analisou as mudanças no espaço urbano ocasionadas por uma intervenção urbanística, a partir da instalação de um equipamento público na zona norte do município de São Paulo/SP, em uma área considerada periférica, caracterizada pela existência de muitos núcleos irregulares. Trata-se do Centro Educacional Unificado [CEU], unidade Paz, construído em 2004, onde os autores Campos & de Queiroz Filho (2017), a partir de técnicas de interpretação de imagens de satélite e ortofotos dos anos de 2002, 2004, 2007 e 2010, que geraram matrizes de transição que, nesse período, indicaram expressivamente um crescimento total de Assentamentos Urbanos Precários [AUP] de 40,8%, e 31,18% de redução de áreas de mata.

Para Campos & de Queiroz Filho (2017), o CEU Paz em São Paulo/SP funcionou como um polo atrativo na região, pois ele possibilitou um aumento de empregos diretos e indiretos, ampliação do comércio informal e valorização dos imóveis no entorno do equipamento público, desse modo, também influenciou o crescimento dos núcleos irregulares, demonstrando que uma intervenção urbana na periferia pode induzir a transformação do uso e ocupação das áreas adjacentes, aumentando até mesmo o mercado ilegal de terras à população de baixa renda.

Em Goiânia, Goiás, Brasil, de Melo Borges et al. (2017) analisaram o conjunto de transformações ocorridas no espaço urbano, desde a construção da “cidade moderna” (1933), até a instituição da jovem região metropolitana ao final dos anos 1990, transformações que de acordo com estes autores foram insustentáveis pelo crescimento demográfico extraordinário, evidenciando-se um enorme passivo ambiental e social, principalmente, de HIS.

Para de Melo Borges et al. (2017), foi marcante e problemática a questão da moradia social no espaço urbano de Goiânia, e sua região metropolitana, pelos seguintes motivos:

“proliferação de posses urbanas, loteamentos periféricos e intenso processo de “invasões”; ocupações irregulares em áreas verdes, fundos de vale, áreas de preservação permanente [APP] e em áreas de risco; com comprometimento dos recursos hídricos, elevado déficit habitacional e construção de empreendimentos habitacionais populares em “espaços segregados”, distantes do centro da cidade, com parca infraestrutura, carência de equipamentos urbanos, serviços e dificuldade de acesso ao transporte urbano precário” (de Melo Borges, Barreira e da Silva Marques, 2017. pp. 124-125).

Sendo assim, mais uma vez percebe-se que a dinâmica de crescimento de loteamentos populares e clandestinos se dá de forma distante da malha urbana central, representando um processo de periferação da cidade. Segundo de Melo Borges et al. (2017), o crescimento urbano acelerado de Goiânia/GO demonstrou que, no fim da década de 1950, o projeto urbanístico original da cidade já estava totalmente desconfigurado.

Um exemplo da situação de precarização de conjuntos de habitação social em territórios periféricos que os autores de Melo Borges et al. (2017) trazem é o Jardim Ipê, localizado em Aparecida de Goiânia, município adjacente e conurbado à Goiânia, pois após 7 anos da entrega do empreendimento imobiliário, em 2016, de acordo com estes autores, o Jardim Ipê permanecia exatamente igual, não tinha calçamento, pavimentação asfáltica e rede de esgoto. Por outro lado, havia muito mato e lixo, muitas casas abandonadas, muitas ocorrências de roubos e tráfico de drogas.

Em Maceió, Alagoas, Brasil, Barros Cavalcanti (2017) explora a dinâmica da integração social e espacial através da análise do cotidiano de moradores de três assentamentos precários. Para esta autora, a construção de habitação social por programas oficiais e por iniciativa própria faz com que vários municípios apresentem propostas de aumento ao perímetro urbano, por conta da especulação imobiliária que afasta os pobres do centro das atividades econômicas, discussão que foi bastante explorada na seção anterior. No entanto, de acordo com esta autora, a localização segregada dos pobres tem sido pouco estudada, mesmo sendo muito ocorrente, para ela, as pesquisas acadêmicas não têm destacado as implicações da exclusão, da segregação e desigualdade dos habitantes pobres suficientemente.

Um exemplo de intervenção urbana na periferia por provisão de habitação social, em Maceió/AL, que a autora Barros Cavalcanti (2017) traz é o Conjunto Denisson Menezes. Esse conjunto está localizado em uma área de difícil acesso, onde a distância do novo núcleo até a avenida mais próxima é de aproximadamente dois quilômetros, em uma via de terra, demonstrando a dificuldade de transporte para os seus moradores. Segundo esta autora, há apenas uma linha de ônibus, que leva duas horas para chegar ao centro da cidade e não segue um horário determinado. Desse modo, evidencia-se que o projeto não foi capaz de integrar a população e resultou no aumento da situação de exclusão social e espacial, caracterizado pela autora como um território de pobreza “difícil de sair”.

O trabalho desenvolvido por Jesus & Denaldi (2018), para a Região do Grande ABC do Estado de São Paulo, Brasil, formada pelos municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, que abriga 2,5 milhões de habitantes, discute os aspectos da regulação urbana e analisa a experimentação da regulamentação dos instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei nº 10257/2001), que ordenam o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, a partir da identificação da localização dos conjuntos do PMCMV de habitação social, de vazios urbanos e Zonas Especiais de Interesse Social [ZEIS], por volta dos anos de 2009 a 2014.

De acordo com Jesus & Denaldi (2018), apesar de não ser uma regra, observou-se que muitas ZEIS se localizam em áreas próximas de zonas de proteção ambiental. Ademais, na Região do Grande ABC, segundo estes autores, as ZEIS e os conjuntos habitacionais não estão localizados somente em áreas de extrema periferia e pouco consolidadas, ou seja, não seguem uma tendência linear, isto porque foram identificados empreendimentos bem localizados, em áreas centrais, do PMCMV de baixa renda.

Quanto à aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, os autores Jesus & Denaldi (2018) notaram uma dificuldade de aplicação de instrumentos como o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios [PEUC], que dentre os municípios analisados são aplicados somente em Santo André, Diadema e São Bernardo do Campo. Em São Bernardo do Campo, inclusive, há áreas demarcadas como ZEIS de vazios urbanos notificados para o PEUC, destinados à produção de HIS, no âmbito do PMCMV.

Mas de maneira geral, os autores Jesus & Denaldi (2018) identificaram que há entre os municípios uma grande diferença na capacidade institucional, quanto à regulação da atuação das construtoras e à localização dos empreendimentos do PMCMV. Dessa maneira, os autores concluíram que a aplicação de instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades influencia positivamente nas localizações dos empreendimentos PMCMV e na regulação urbana das prefeituras, entretanto não foram aplicados pela maioria dos municípios. Ainda segundo estes autores, os fatores que ajudam a impedir a periferização dos conjuntos PMCMV são a combinação da disponibilidade de infraestrutura, de equipamentos e serviços, tanto públicos quanto privados na região, assim como a conurbação dos municípios da região metropolitana, pois diminuem as distâncias em relação às regiões centrais das cidades adjacentes.

No caso da legislação brasileira, nota-se que ainda é pequena a utilização de instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades ao ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. A partir da revisão bibliográfica levantada, os resultados demonstram que são raras as intervenções na periferia onde foi tratado de maneira conjunta e integrada a construção de equipamentos públicos, habitação social, infraestrutura e mobilidade urbana, cujo público alvo é a população de baixa renda.

4.1.3 Arquitetura e urbanismo para territórios periféricos

O ponto de partida desta última categoria de análise, foi a percepção da existência de um propósito no ensino e na atuação da arquitetura e urbanismo relacionados com as melhorias das condições de vida dos moradores de áreas periféricas precárias e vulneráveis socialmente, ou seja, por intervenções urbanas oriundas da relação universidade-sociedade, visando-se a equidade do espaço urbano nos contextos plurais das cidades contemporâneas, tendo em vista o enfrentamento do conteúdo social pelo exercício dos profissionais dessas carreiras.

Para a cidade de São Paulo/SP, Brasil, Bortoluci (2016) tratou da relação entre arquitetos paulistanos com as questões do “povo” e “habitação popular”. De acordo com este autor, não existe uma arquitetura popular por excelência, ou progressista, conservadora, ou outra adjetivação de caráter político. Pelo contrário, segundo o mesmo, as práticas de projeto, construção e ocupação do espaço construído servem como intermediação entre as atuações políticas com o tipo de espaço construído.

Segundo Bortoluci (2016), desde a década de 1940, a ocupação das periferias de São Paulo/SP se deu sobretudo por loteamentos irregulares e informais, de territórios gradualmente mais distantes do centro e destituídos de infraestrutura, onde as habitações eram produzidas por meio da autoconstrução das famílias, sem qualquer apoio técnico especializado, obedecendo-se frequentemente a uma lógica populista em relação ao poder público, por exemplo, com a criação de associações que pressionavam os “seus vereadores” em troca de compromissos eleitorais.

De acordo com Bortoluci (2016), uma marca da escola dominante da arquitetura paulistana, foi a conexão do campo arquitetônico às experiências vividas das populações de bairros populares, a partir de rotinas de visita às regiões periféricas da cidade.

Além disso, segundo Bortoluci (2016), as tensões políticas, técnicas e sociais impactam diretamente na produção do espaço urbano e, devido aos dilemas oriundos da articulação entre mercado imobiliário, Estado e movimentos sociais, os programas públicos de HIS acabam por desconsiderar, quase por completo, outras vertentes do direito à cidade, que vão além do acesso à moradia própria, por exemplo, o PMCMV. Segundo este autor, o programa foi fundamentalmente orientado pela concepção de que o problema da habitação social era somente quantitativo, relacionado ao “déficit habitacional”.

Desse modo, esse exemplo colabora com a ilustração prática de intervenções urbanas realizadas na periferia em uma escala do habitante e da moradia, a partir da colaboração de estudantes, arquitetos e urbanistas com os moradores destas áreas, que não possuem poder aquisitivo para contratação destes profissionais. No entanto, por haver apenas um resultado nesta categoria, este estudo também apontou uma lacuna nas publicações acadêmicas relacionadas às experiências práticas de projetos arquitetônicos e urbanísticos, elaborados pelas universidades brasileiras em conjunto com os moradores destas áreas periféricas.

4.1.4 Síntese dos resultados obtidos a partir das três categorias de análise

Neste estudo foi verificado que o papel do Estado é fundamental na regulação do espaço urbano e que, inclusive, dispõe dos instrumentos jurídicos para uma gestão mais justa e equitativa da cidade, seja pela aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, da legislação brasileira, como, por exemplo, o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios - PEUC (Jesus & Denaldi, 2018); ou pela ação do poder público municipal através de sucessivas ampliações do perímetro urbano (Nascimento & Matias, 2011); ou por instrumentos de projeto participativo na forma de um Plano de Bairro (Antonucci & Gobbi, 2018); entre outros.

No entanto, o que se percebe nas cidades brasileiras é a dificuldade no controle e planejamento do poder público face à especulação imobiliária, que implica nos efeitos da segregação socioespacial e “periferização” das parcelas sociais mais empobrecidas (Nascimento & Matias, 2011; Esdras, 2012; Moretti & Campos, 2016; Bastos Filho et al., 2020), uma vez que o uso especulativo da terra urbana praticado drena os recursos públicos para áreas abundantes de infraestrutura, reforçando assim a dinâmica centro-periferia (Leal-Lahorgue & Cabette, 2013; Coelho & de Jesus Chrysostomo, 2015). Esse uso especulativo do espaço urbano é agravado pela descontinuidade da implantação dos planos regionais nas trocas de gestão das prefeituras (Antonucci & Gobbi, 2018) e pelas práticas eleitoreiras e populistas de clientelismo (Coelho & de Jesus Chrysostomo, 2015; Bortoluci, 2016).

Uma nova vertente encontrada no processo de urbanização de áreas periféricas é a disputa pelos territórios de interesse ambiental, situadas próximas aos fundos de vale, que foram transformados em alvos dos condomínios horizontais isolados, pela aproximação com a natureza, e alvos de novos focos de ocupações irregulares (Moretti & Campos, 2016), prejudicando a sustentabilidade das cidades, visto que estão localizados em áreas cada vez mais distantes, deficientes de infraestrutura, desprovidas de equipamentos urbanos, serviços e transporte (Melo Borges et al.; 2017).

No contexto das intervenções urbanas na periferia, foi verificado que estas se relacionam frequentemente com a carência de equipamentos públicos (Campos & de Queiroz Filho, 2017), infraestrutura e moradia social (De Melo Borges et al., 2017; Barros Cavalcanti, 2017, Jesus & Denaldi; 2018) e, obras de mobilidade (Leal-Lahorgue & Cabette, 2013), destacando-se a falta de integração com a cidade e, conseqüentemente, os grandes deslocamentos das populações desses núcleos para terem acesso ao comércio, educação, lazer e saúde (Lombardi & Sahr, 2015). Mas, é importante destacar que as intervenções urbanas específicas de Habitação Social não estão necessariamente localizadas em áreas de extrema periferia e pouco consolidadas (Jesus & Denaldi, 2018).

Foi identificado que a periferia também está sujeita às especulações imobiliárias oriundas das intervenções urbanas realizadas pelo Estado, ou seja, até mesmo em territórios periféricos caracterizados pela ocupação predominante de população de baixa renda. Nesse sentido, uma intervenção urbana, como um equipamento público, pode provocar o aumento do mercado fundiário ilegal e redução das áreas de mata e, conseqüentemente, o aumento do valor da terra, beneficiando a especulação imobiliária (Campos & de Queiroz Filho, 2017).

Por último, esse trabalho apontou que a relação e atuação de profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo com moradores e associações de áreas periféricas, podem contribuir à melhoria das habitações e dos espaços públicos, considerando-se as diversas vertentes do direito à cidade, que vão além do acesso à moradia (Bortoluci, 2016). No entanto, estes resultados indicaram que existe uma lacuna referente à publicação de experiências práticas de intervenções urbanas, a partir de processos participativos e colaborativos entre estes profissionais e estudantes, de arquitetura e urbanismo, com os ocupantes da periferia.

4.2. As Intervenções Urbanas na periferia de Santana de Parnaíba

Este capítulo tem o objetivo de descrever as intervenções urbanas inerentes ao contexto do condomínio "Vila Parque", realizadas na região dos loteamentos Chácaras do Solar, setores 02 e 03, na periferia de Santana de Parnaíba, de maneira a demonstrar como se deu o processo das intervenções urbanas realizadas nesta área periférica do município, pela utilização de instrumentos urbanísticos na gestão do território pelo poder público municipal.

4.2.1 O município de Santana de Parnaíba-SP/Brasil

Segundo a Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, a cidade conserva um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos do estilo colonial do Estado de São Paulo em seu centro histórico (Figura 7). Tal conjunto é composto por mais de 209 edificações, tombadas em 1982 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico [CONDEPHAAT]. A cidade é conhecida como o "Berço dos Bandeirantes" e a sua fundação às margens do Rio Tietê é datada de 1580, sendo marcada pela construção de uma capela em honra de Sant'Ana, de onde saíram as expedições para explorar o território brasileiro, na busca por riquezas naturais, escravos e novas terras (PMSP, 2020c).



Figura 7: Centro histórico do município de Santana de Parnaíba.

Fonte: PMSP (2020b).

Nas últimas décadas, o município de Santana de Parnaíba vem sofrendo com o impacto sócio espacial em consequência do crescimento da metrópole paulista. Essa urbanização acelerada tem resultados prejudiciais do ponto de vista urbanístico nas áreas periféricas analisadas. Como exemplo, pode ser citada a proliferação de núcleos irregulares, em áreas de preservação permanente [APP] e áreas de encostas.

Esse crescimento acentuado da população do município de Santana de Parnaíba é comprovado pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], que demonstram que o município obteve a maior taxa de crescimento populacional entre 1991 a 2018 (262%), em comparação com os municípios pertencentes à Sub-Região Oeste da RMSP (Tabela 9).

Tabela 9.

Crescimento populacional dos Municípios da Sub-Região da RMSP.

Sub-Região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo [RMSP]					
CIDADE	EVOLUÇÃO POPULACIONAL				Crescimento de 1991 a 2018
	1991	2000	2010	2018	
Barueri	130.799	208.281	240.749	271.306	107%
Carapicuíba	283.661	344.596	369.584	398.611	41%
Itapevi	107.976	162.433	200.769	234.352	117%
Jandira	62.697	91.807	108.344	123.481	97%
Osasco	568.225	652.593	666.740	696.850	23%
Pirapora do Bom Jesus	7.956	12.395	15.733	18.604	134%
Santana de Parnaíba	37.762	74.828	108.813	136.517	262%
Sub-Região Oeste	1.199.076	1.546.933	1.710.732	1.879.721	57%
São Paulo	9.646.185	10.434.252	11.253.503	12.176.866	26%
Estado de São Paulo	31.588.925	37.032.403	41.262.199	45.538.936	44%
Brasil	146.825.475	169.799.170	190.755.799	208.494.900	42%

Fonte: Próprio autor, dados IBGE.

Oriundo desse crescimento vertiginoso indicado na Tabela 9, foi observado no município de Santana de Parnaíba o processo de "conurbação" da mancha urbana nas regiões periféricas, ocupadas tanto por camadas de alta renda como de baixa renda. Ou seja, na região analisada por esta pesquisa há o processo de "conurbação" da mancha urbana com o município de Cajamar e, por outro lado, é verificado a proliferação de loteamentos fechados das camadas de alta renda, principalmente nas regiões de Alphaville e Aldeia da Serra, que também estão em áreas periféricas do município de Santana de Parnaíba, conurbadas com o município de Barueri.

Desse modo, segundo o levantamento bibliográfico e documental na Prefeitura de Santana de Parnaíba (PMSP, 2021d), foi constatado que o município contém a parte expandida da região de Alphaville, fundada no município de Barueri, que foi um dos primeiros e mais conhecidos conjuntos de loteamentos fechados do Brasil. E, Santana de Parnaíba também abriga a região da Aldeia da Serra, onde há a predominância de população de alta renda e igualmente foi observada a proliferação de condomínios e loteamentos fechados.

Além disso, Santana de Parnaíba é um município que se destacou por estar em 14º lugar no ranking nacional em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano [IDH], e em 9º lugar do Estado de São Paulo, conforme levantamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010).

No entanto, segundo Guerra (2013), em relação à distribuição de renda, aumentou o índice de desigualdade/concentração, entre 1991 a 2000, de acordo com o Plano Diretor do Município de Santana de Parnaíba.

"Todavia, os setores que apresentam maior renda domiciliar coincidem exatamente com os limites de Alphaville, que, por suas características físicas e sociais próprias, pode ser visto como uma "cidade dentro da cidade" separado dos municípios sede por muros e equipamentos de segurança, numa alusão a apartheid urbano" (Guerra, 2013, p. 74).

De acordo com Guerra (2013), essa notável diferença entre ricos e pobres é expressa pelo fato de Santana de Parnaíba ocupar o 35º lugar no ranking de maior nível de desigualdade social, segundo o Índice de Gini, entre todos os municípios no Censo de 2000, do IBGE. E segundo esta autora, em relação a rede de água, esgotamento sanitário e lixo coletado, as condições mais precárias estão presentes no norte de Santana de Parnaíba, onde há muitas favelas e núcleos precários, e esta região indicada é, justamente, o local onde está localizada a área de estudo desta dissertação.

Então, como foi observado, a região estudada faz parte da periferia do município de Santana de Parnaíba, mas também pode ser analisada como zona periférica da Região Metropolitana de São Paulo [RMSP], pois o seu crescimento acelerado foi impulsionado pelo crescimento populacional da região metropolitana paulista. Essa situação pode ser verificada na Figura 8, onde se verificou que a região central do território de Santana de Parnaíba, que também é conhecida como o centro histórico da cidade, é uma área urbana com menos densidade de edificações que as regiões periféricas conurbadas com os municípios de Cajamar e Barueri.

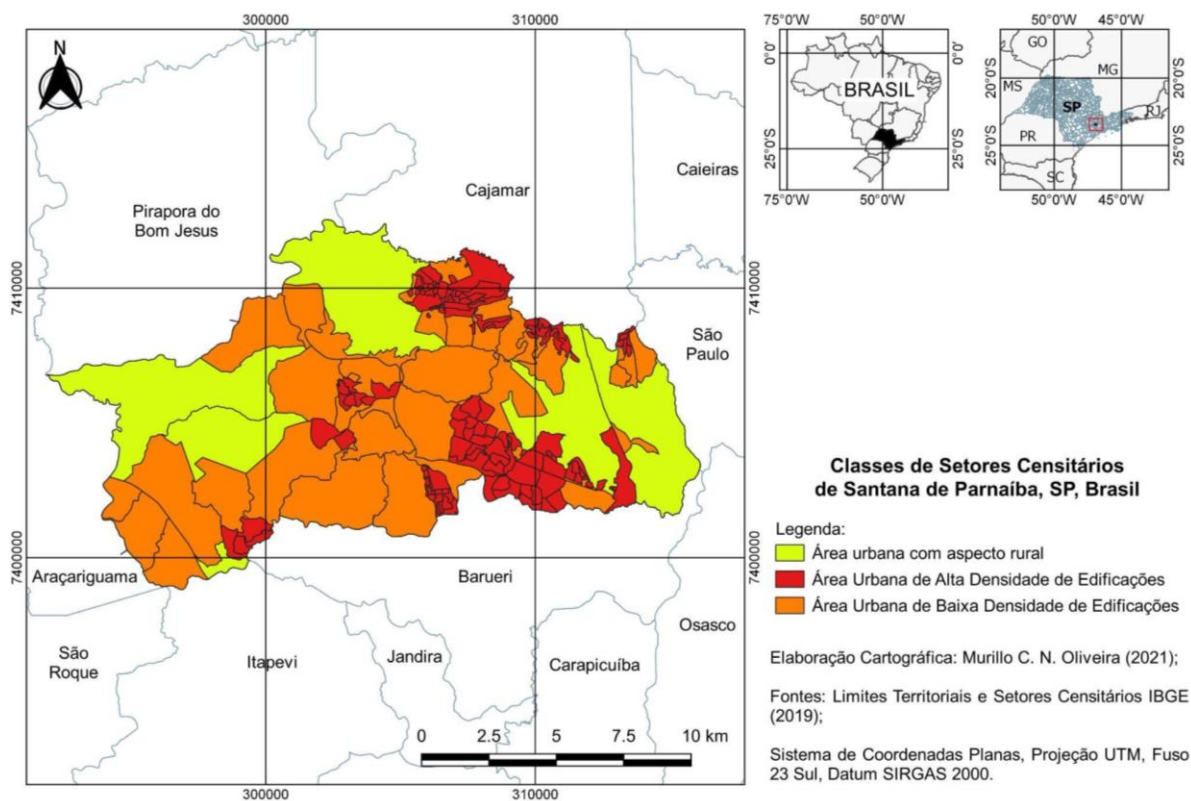


Figura 8: Mapa das Classes de Setores Censitários de Santana de Parnaíba, SP, Brasil.

Fonte: Elaboração própria com base em Limites Territoriais e Setores Censitários IBGE (2019).

Dessa maneira, a Figura 8 demonstra que a região ao norte da cidade, onde estão localizadas as áreas periféricas analisadas neste estudo, constitui-se de uma região que é “conurbada” com o município de Cajamar, composta por uma alta densidade de domicílios.

Segundo Salgueiro (1998), o surgimento de novos estratos consumistas em situações suburbanas resultam em uma multiplicação de centralidades nos municípios, que a autora conceituou como “espaços urbanos fragmentados”, e estas circunstâncias foram observadas em Santana de Parnaíba, pela diversidade de ocorrências urbanísticas nas distintas áreas periféricas do município. Observou-se assim, também na Figura 8, que os adensamentos de Santana de Parnaíba não têm uma continuidade territorial e a área mais adensada do município é justamente a região de Alphaville, já mencionada, ao sudeste da cidade, uma região que é “conurbada” com o município de Barueri.

Além disso, essa região analisada ao norte do município é composta por galpões empresariais, comércios, equipamentos públicos e uma série de núcleos irregulares, em áreas particulares e públicas, ocupados predominantemente por população de baixa renda. A maioria desses núcleos irregulares estão demarcados como Zona Especial de Interesse Social [ZEIS], conforme Anexo 05 da Lei de Zoneamento do município nº 2462/2003 (mapa original conforme a Lei nº 3192/2012), que será apresentado na seção seguinte.

4.2.2 A Região periférica dos loteamentos "Chácaras do Solar"

As remoções das moradias em áreas de risco, analisadas nesta dissertação, estavam localizadas na divisa entre o loteamento denominado “Chácaras do Solar Setor 03” com o loteamento denominado “Vila Poupança”, que foi uma área objeto de Regularização Fundiária Urbana de interesse Social [REURB-S], classificada como Zona Especial de Interesse Social [ZEIS].

Segundo o levantamento documental realizado, essa região periférica analisada foi oriunda da criação dos loteamentos Chácaras do Solar Setores 01, 02 e 03 (Figura 9), que foram loteamentos aprovados e registrados no fim da década de 1970 (PMSP, 2021d). Os parcelamentos Chácaras do Solar foram idealizados como loteamentos de chácaras de lazer e veraneio, com metragens de 1.000,00 m² à 5.000,00 m², implantados sobre um território marcado por uma topografia acidentada, permeada por cursos d'águas.

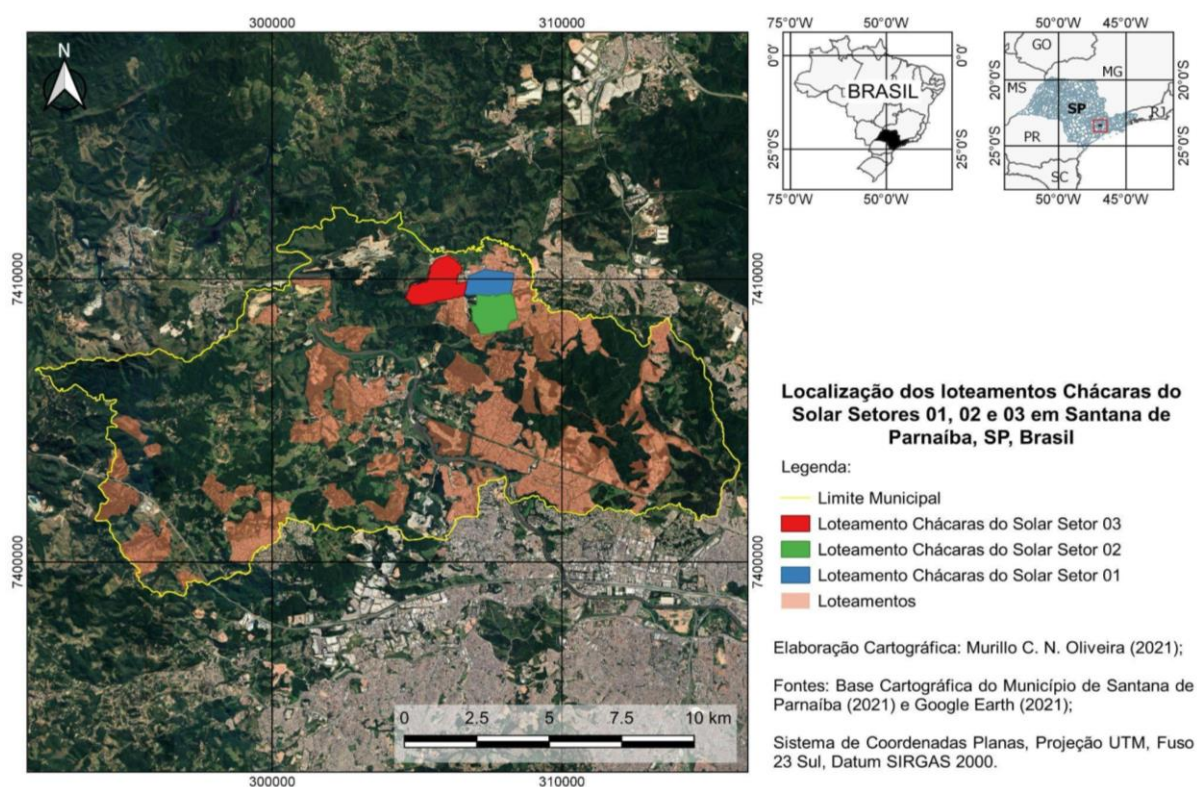


Figura 9: Localização dos loteamentos Chácaras do Solar Setores 01, 02 e 03.

Fonte: Elaboração própria com Base Cartográfica do Município (2021) e Google Earth (2021).

Para melhor compreensão espacial, na Figura 9 foram indicadas as localizações dos loteamentos Chácaras do Solar, Setores 01, 02 e 03, dentro do limite municipal, ao norte do território de Santana de Parnaíba. É importante salientar que a Figura 9 foi elaborada a partir da base cartográfica do município (2021), sobre a imagem do Google Earth (2021).

De acordo com PMSP (2021d), as áreas doadas ao poder público destes loteamentos Chácaras do Solar, Setores 01, 02 e 03, denominadas Sistemas de Recreio, foram ocupadas irregularmente pela população de baixa renda e, quase em sua totalidade, são consideradas áreas de risco. Um problema grave observado, que foi derivado da aprovação urbanística daquele período, foi a não localização e a não indicação dos cursos d'águas na planta do loteamento, o que conseqüentemente promoveu poluição dos corpos d'águas e ocupação humana em áreas impróprias, com risco de inundação.

Ademais, segundo PMSP (2021d), esses loteamentos são cortados por uma única via arterial denominada “Avenida Tenente Marques”, uma via que faz a ligação direta ao centro histórico de Santana de Parnaíba, e na outra direção ela percorre a região conhecida como “Polvilho”, do município de Cajamar, e termina na Rodovia Anhanguera.

Novamente, com referência no levantamento bibliográfico e documental feito na Prefeitura de Santana de Parnaíba (PMSP, 2021d), é importante apontar que estes territórios periféricos analisados estão conurbados com o município de Cajamar (Polvilho), e foi verificado que essa região apresenta dinâmicas econômicas próprias por estarem distantes geograficamente dos centros administrativos de ambos os municípios. Além disso, ao longo das décadas de 1980 e 1990, foi constatado que as chácaras de lazer dos loteamento Chácaras do Solar deram origem a muitos pequenos loteamentos, que foram aprovados pela municipalidade com lotes menores, de 250,00 m², seguindo o zoneamento vigente. No entanto, em seguida, a maioria desses imóveis foi vendida com desdobros irregulares, sem aprovação, com lotes de 125 m², o padrão de lote popular da Lei nº 6.766/1.979.

Dessa forma, a maioria dos núcleos irregulares dessa região periférica foram mapeados como Zonas Especiais de Interesse Social [ZEIS], e as áreas públicas invadidas tornaram-se núcleos favelados, conforme indicado na Figura 10, que contém o zoneamento aprovado pelo município em 2003, com as indicações destas ZEIS mencionadas.

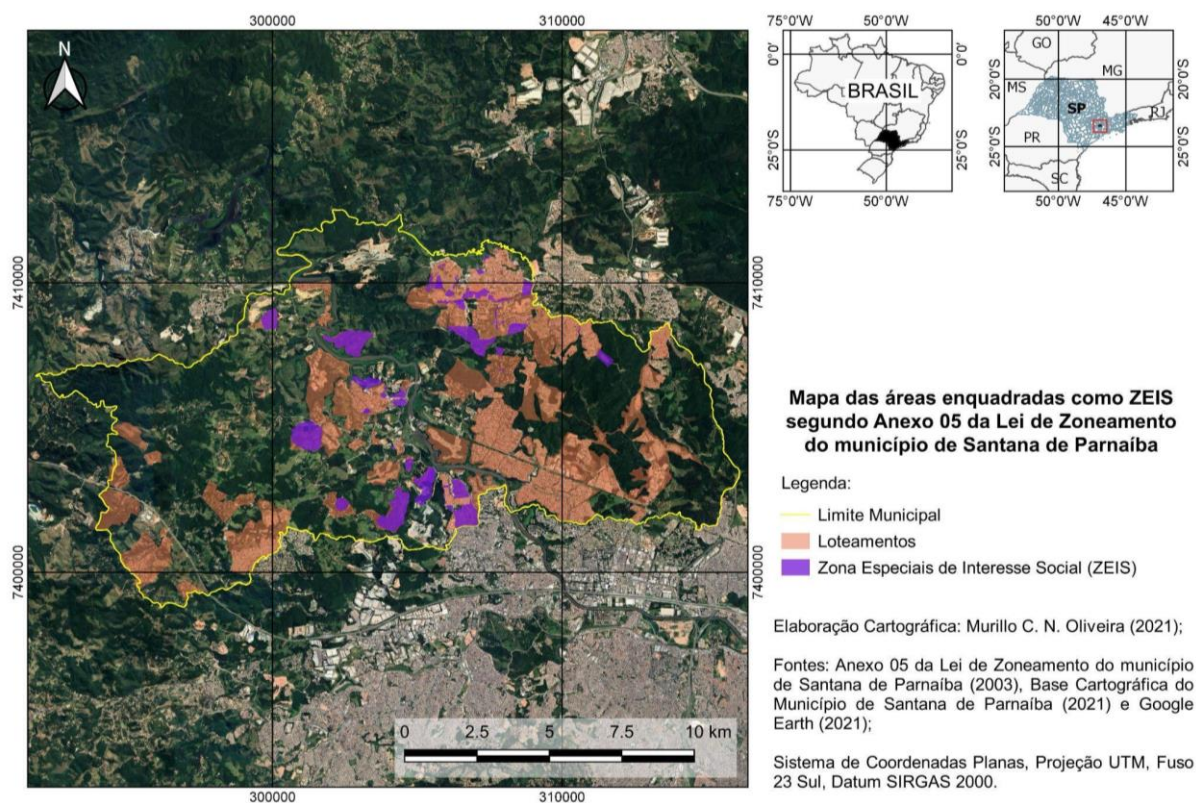


Figura 10: Mapa das áreas enquadradas como ZEIS no município de Santana de Parnaíba.

Fonte: Anexo 05 da Lei de Zoneamento do município de Santana de Parnaíba (2003), Base Cartográfica do Município de Santana de Parnaíba (2021) e Google Earth (2021).

Dessa forma, a Figura 10 ilustra a disposição espacial das áreas irregulares ocupadas pelas populações de baixa renda e vazios urbanos estratégicos de Santana de Parnaíba, que foram demarcadas a partir da criação de Zonas Especiais de Interesse Social [ZEIS], demonstrando que o município utilizou de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (Lei nº 10257/2001) para a sua regulação urbana. Neste sentido, os autores Jesus & Denaldi (2018), apontam que a aplicação de instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades influencia positivamente na regulação urbana das prefeituras, e a sua utilização ajuda a impedir a periferação de conjuntos populares, pela combinação da disponibilidade de infraestrutura, de equipamentos e serviços, tanto públicos quanto privados na região.

É importante ressaltar que nos loteamentos Chácaras do Solar, Setores 01, 02 e 03, conforme PMSP (2021d), houve a ocupação irregular massiva nas áreas públicas (Figura 11), em locais de relevo acidentado e nas áreas de preservação permanente [APP] pela população de baixa renda, dificultando a questão fundiária e o processo de urbanização.

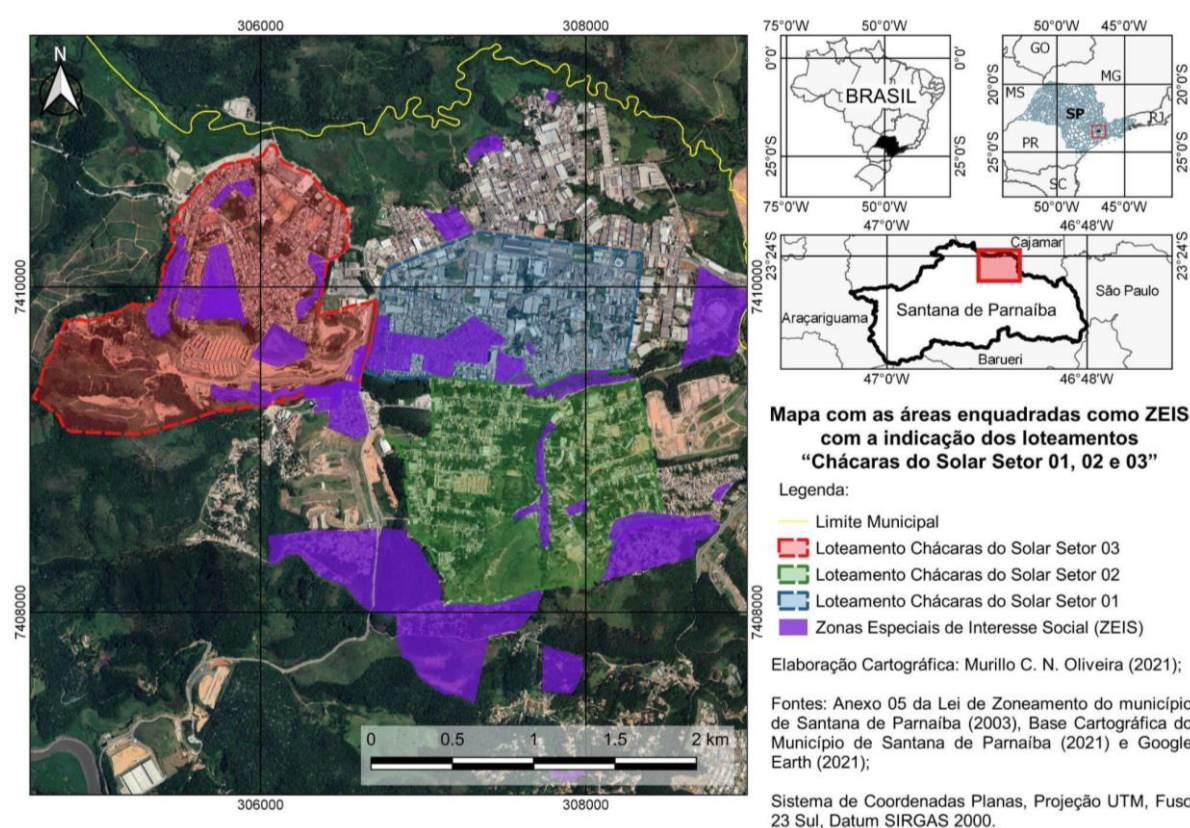


Figura 11: Mapa com recorte das áreas enquadradas como ZEIS com a indicação dos loteamentos "Chácaras do Solar Setor 01, 02 e 03".

Fonte: Elaboração própria com base no Anexo 05 da Lei de Zoneamento do município de Santana de Parnaíba (2003), Base Cartográfica do Município de Santana de Parnaíba (2021) e Google Earth (2021).

A Figura 11 contém a indicação dos loteamentos Chácaras do Solar, Setores 01, 02 e 03, e das ZEIS dessa região, na qual, conforme PMSP (2021d), é possível observar que estas ZEIS correspondem aos núcleos irregulares que são objetos de processos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S). Muitos destes assentamentos já foram regularizados a partir da atuação da Secretaria Municipal de Habitação [SMH] de Santana de Parnaíba, e outros estão em andamento.

Por fim, é importante indicar que este foi o cenário de pano de fundo da construção do condomínio “Vila Parque”, feito pela empresa “RZK Empreendimentos”, uma vez que a empreendedora imobiliária adquiriu algumas quadras ainda não implantadas do loteamento “Chácaras do Solar Setor 03”. Segundo PMSP (2021d), como mencionado, essas quadras adquiridas ainda não possuíam infraestrutura e eram cercadas por áreas de risco invadidas pelas populações de baixa renda. E, para além destes fatores, esta região periférica possuía acesso direto para a principal via da região, a Avenida Tenente Marques.

4.2.3 O empreendimento "Vila Parque"

Como mencionado anteriormente, o condomínio "Vila Parque" foi idealizado em uma área ainda desocupada do loteamento “Chácaras do Solar Setor 03”, adquirida pela empresa “RZK Empreendimentos”, onde está construído mais de 750 unidades habitacionais, estabelecidas entre unidades unifamiliares e multifamiliares (Figura 12).



Figura 12: Sobrados geminados do condomínio "Vila Parque".

Fonte: Vila Parque (2021).

A partir da Figura 12, é possível observar qual é o padrão construtivo do condomínio Vila Parque. A Figura demonstra que o condomínio foi idealizado para comportar uma demanda habitacional de outros setores econômicos desta região, ou seja, o público alvo do empreendimento imobiliário não foi a população de baixa renda.

Segundo a página eletrônica da empresa “RZK Empreendimentos”, o empreendimento é vendido como “ideal para quem faz questão de espaço, contato com a natureza e conforto, mas não dispensa a comodidade das grandes cidades (...) um condomínio fechado que tem seu próprio shopping” (Vila Parque, 2021).

Na Avenida Tenente Marques, principal via pública de toda essa região, está sendo construído pela “RZK Empreendimentos” o “*Shopping Open Mall*” (Figura 13), que abrigará salas de cinema, salas comerciais, entre outros.

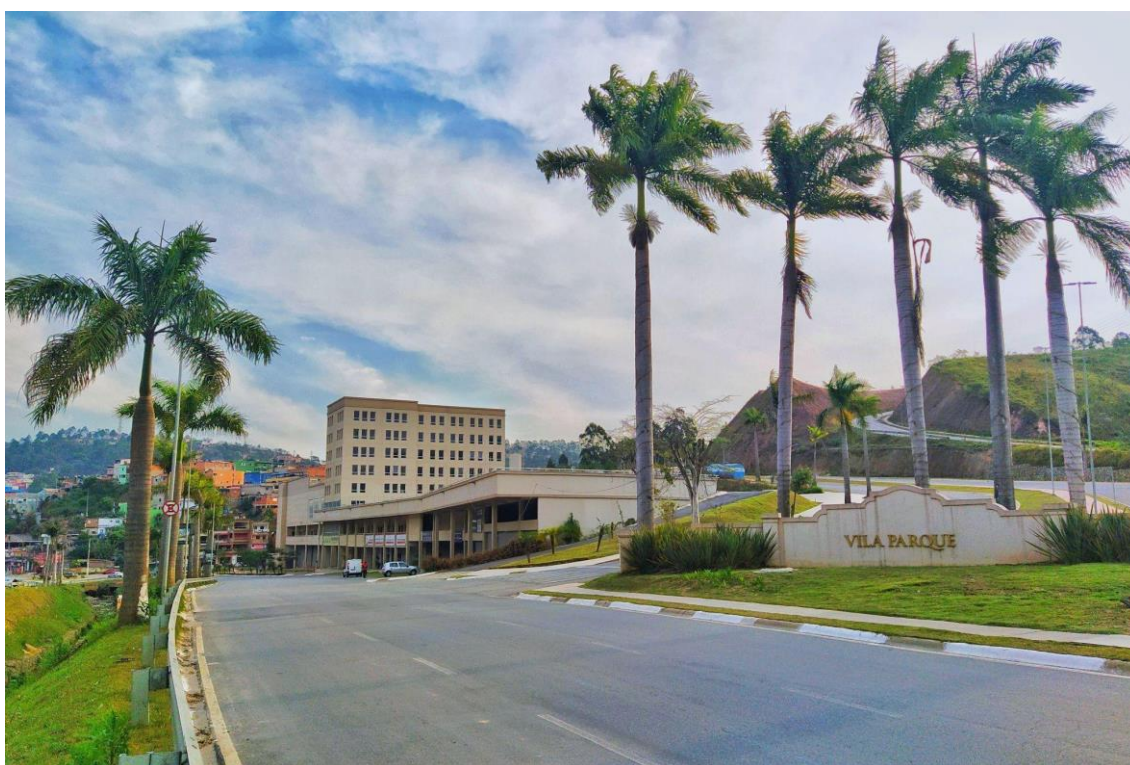


Figura 13: Fachada do empreendimento “*Shopping Open Mall*” e entrada do Vila Parque.

Fonte: Elaboração própria (2021).

A figura 13 ilustra a entrada do condomínio “Vila Parque” e o “Shopping Open Mall”, localizados na Avenida Tenente Marques, em faixas do sistema viário que também foram construídas pela empresa “RZK Empreendimentos”. Na figura também se vê, no lado esquerdo, parte do córrego do Vacanga, que foi objeto de melhorias e de obras hídricas pela empresa, devido às compensações urbanísticas presentes no Estudo de Impacto de Vizinhança [EIV], necessário à aprovação e construção do empreendimento imobiliário. Estes fatores demonstram que o “Shopping Open Mall”, assim como as compensações ambientais e de mobilidade, impactam em toda essa região periférica de Santana de Parnaíba.

Além disso, o condomínio possui um clube de lazer exclusivo (Figura 14) aos seus moradores, que segundo Vila Parque (2021), que contém: *lounge gourmet*; piscina coberta climatizada; piscina externa com borda infinita; estúdio de pilates; academia; 2 quadras poliesportivas; 1 quadra de vôlei; 1 campo de futebol *society*; salão de festas; e, *playground*.



Figura 14: Clube do condomínio "Vila Parque".

Fonte: Vila Parque (2021).

A Figura 14 ilustra, novamente, como o padrão construtivo das áreas do condomínio Vila Parque são contrastantes com as ocupações irregulares do entorno. Esse contraste também foi verificado na constituição da malha urbana do parcelamento do condomínio Vila Parque, em comparação aos loteamentos do entorno, que são ocupados predominantemente por população de baixa renda (Figura 15).

Desse modo, na Figura 15, foi indicado na imagem Google Earth de 2021 a localização do condomínio “Vila Parque”, do clube de lazer e do “*Shopping Open Mall*”, que foram responsáveis pelas intervenções urbanas compensatórias analisadas no próximo tópico.

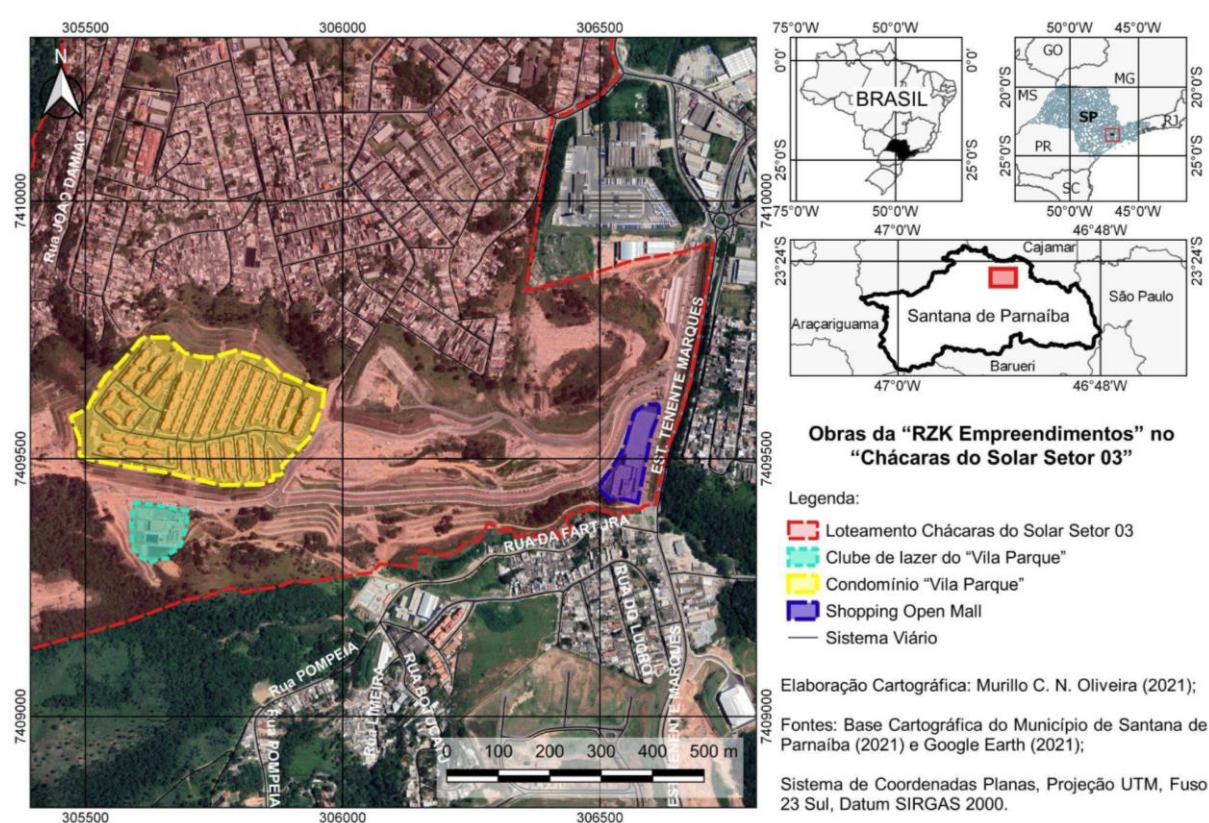


Figura 15: Obras da “RZK Empreendimentos” no “Chácara do Solar Setor 03”.

Fonte: Elaboração própria com Base Cartográfica do Município de Santana de Parnaíba (2021) e Google Earth (2021).

A Figura 15 também reforça uma situação mencionada no capítulo anterior, referente às intervenções urbanas em territórios periféricos, que diz respeito a existência de uma nova vertente encontrada no processo de urbanização de áreas periféricas, composta pela disputa das áreas situadas próximas aos fundos de vale e onde há interesse ambiental, pois, estas áreas são alvos de condomínios, pela aproximação com a natureza, e por ocupações irregulares das populações de baixa renda (Moretti & Campos, 2016).

Por último, ainda sobre a implantação do condomínio Vila Parque, de acordo com a página eletrônica da “RZK Empreendimentos” (Vila Parque, 2021), para a comercialização das unidades a empresa enalteceu o fato de que município de Santana de Parnaíba tem destaque quanto ao alto Índice de Desenvolvimento Humano [IDH], o 9º melhor IDH do Estado de São Paulo, segundo o Censo IBGE de 2010; e, foi exaltada a localização do empreendimento, que segundo o empreendedor imobiliário, está ao lado de grandes pólos econômicos do estado, citando Barueri, Osasco e São Paulo, com acesso ao interior e à capital a partir da Rodovia Castelo Branco e Rodovia Anhanguera.

4.2.3 O processo das intervenções urbanas analisadas

É importante destacar que o empreendimento imobiliário “Vila Parque” constituiu em uma grande transformação da paisagem urbana da região, para se adequar ao relevo acidentado. Desse modo, foram necessárias uma série de obras de terraplanagem e de escoamento hidráulico, interferindo nos cursos d’águas da planta de Hidrografia das Cartas de Hidrografia da “Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A [EMPLASA]”, datadas de 1980 a 1981. Neste sentido, foi necessário o licenciamento ambiental na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo [CETESB].

Devido a esse alto impacto urbano, o município exigiu da empresa “RZK Empreendimentos” o cumprimento do instrumento urbanístico do “Estudo de Impacto de Vizinhaça [EIV], que exigiu compensações urbanísticas que resultaram na duplicação de um trecho da Avenida Tenente Marques e na recuperação do córrego do Vacanga, já mencionados na seção anterior, cuja obra hídrica foi realizada com a canalização aberta, para eliminação do risco de inundação.

Como visto na fundamentação teórica, incorporadoras imobiliárias apoiadas pelo Estado podem atuar como agentes de produção do espaço urbano forçando a desobstrução dos bairros pobres, negando a estes qualquer direito à cidade, em nome da acumulação de capital pela valorização de uma determinada área (Harvey, 2012). No entanto, em Santana de Parnaíba, a partir das intervenções urbanas analisadas, foi possível verificar que as experiências realizadas a partir da utilização de instrumentos urbanísticos tiveram um efeito progressista na regulação do espaço urbano, e essa observação se aproxima do comentado pelos autores Maricato e Ferreira (2002), de que com a aplicação correta dos instrumentos urbanos, feita poder público, pode garantir e assegurar os interesses da maioria, não apenas das classes dominantes.

É importante salientar que a “Quadra 50” do loteamento Chácaras do Solar Setor 03, que faz divisa com o loteamento Vila Poupança e foi adquirida pela incorporadora imobiliária, para a construção do “Vila Parque”, continha trechos mapeados como áreas de médio e alto risco de deslizamentos (R02 e R03), devido à declividade acentuada, segundo mapeamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas [IPT] em 2014 para o município (PMSP, 2021d). E esta quadra 50 mencionada, continha lotes particulares adquiridos pela “RZK Empreendimentos” e áreas públicas do município, denominadas de Sistema de Recreio, conforme a planta antiga da aprovação do loteamento “Chácaras do Solar Setor 03”. Sendo assim, as Figuras 16 e 17 correspondem a esta quadra indicada, que foi objeto das remoções das populações de baixa renda das áreas de risco de desabamento, realocadas para Habitações de Interesse Social [HIS], pelas intervenções urbanas realizadas.

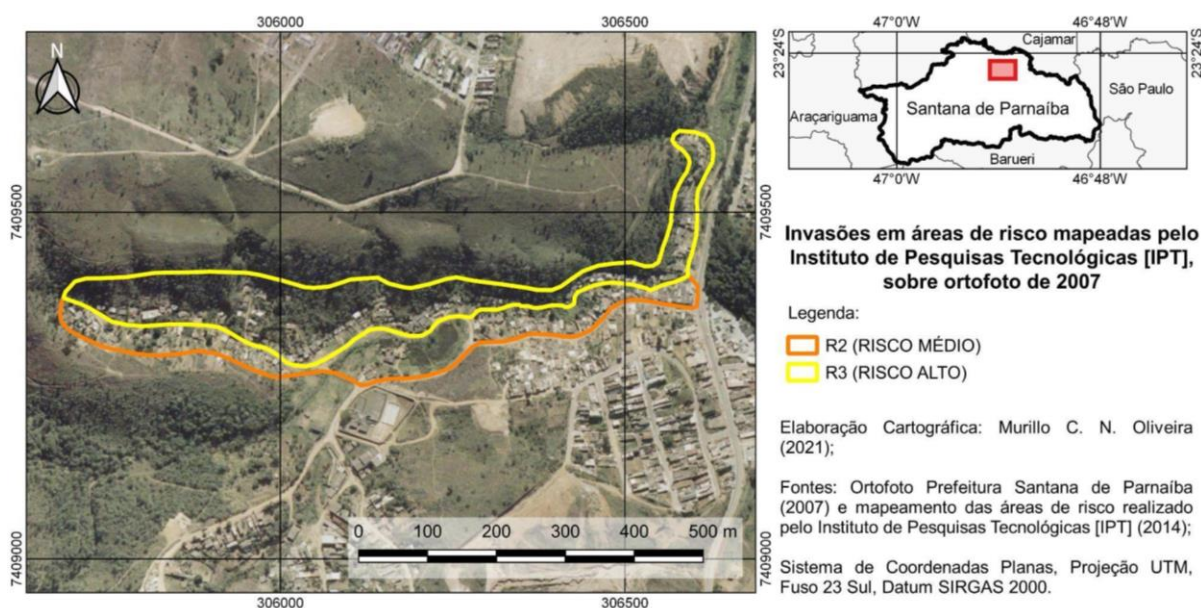


Figura 16: Invasões em áreas de risco mapeadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas [IPT], sobre ortofoto de 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em Ortofoto Prefeitura Santana de Parnaíba (2007) e mapeamento das áreas de risco realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas [IPT] (2014).

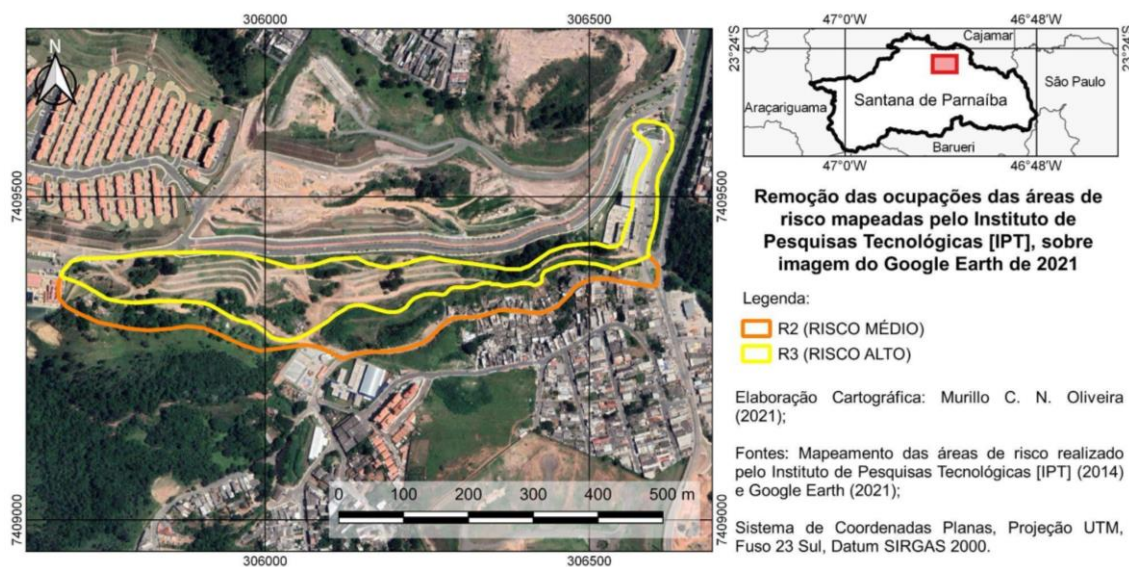


Figura 17: Remoção das ocupações das áreas de risco mapeadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas [IPT], sobre imagem do Google Earth de 2021.

Fonte: Elaboração própria com base em mapeamento das áreas de risco realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas [IPT] (2014) e Google Earth (2021).

Desse modo, a Figura 16 mostra a situação anterior às remoções realizadas, em 2007, e a Figura 17 destaca a situação após a desocupação, em 2021. Nelas, pode-se observar que a partir das intervenções urbanas realizadas, foi possível a realocação de inúmeras famílias que estavam em áreas vulneráveis ambientalmente. Ademais, vale destacar que na área mapeada pelo IPT em 2014 como R3, de risco alto, houve 100% de remoção das famílias.

É importante ressaltar que as características desta área, objeto de intervenção em Santana de Parnaíba, era muito semelhante ao apontado por Esdras (2012), quando este autor analisou as favelas da periferia de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. Nesta análise, este autor destacou que havia uma relação entre a carência de infraestrutura destas ocupações com a condição precária das construções em situação de risco ambiental, seja pela proximidade com os cursos de água, com a possibilidade de enchentes, ou em relação às características do relevo, com as submoradias ocupando terrenos em áreas de maior declividade, podendo-se levar ao desabamento das edificações. Isto significa, segundo este autor, que a distribuição das favelas, em Montes Claros, seguiu uma lógica mercadológica do solo urbano, onde todas as favelas surgiram na periferia pobre, na qual há uma deficiência de infraestrutura urbana (Esdras, 2012, p. 197).

Dessa forma, é possível afirmar que o cenário indicado por Esdras (2012), na periferia do município de Montes Claros, também foi observado no objeto de pesquisa desta dissertação, uma vez que o local das remoções se tratava de ocupações irregulares compostas por moradias precárias, sem infraestrutura, que estavam parcialmente em áreas de risco devido à declividade acentuada, e parcialmente em Áreas de Preservação Permanente [APP], localizadas às margens do córrego do Vacanga, que foi recuperado pela empresa “RZK Empreendimentos”, na divisa com o loteamento Vila Poupança. Ou seja, na área analisada havia ocupação irregular pela população vulnerável também em áreas sujeitas à inundações, conforme indicado nas Figuras 18 e 19.

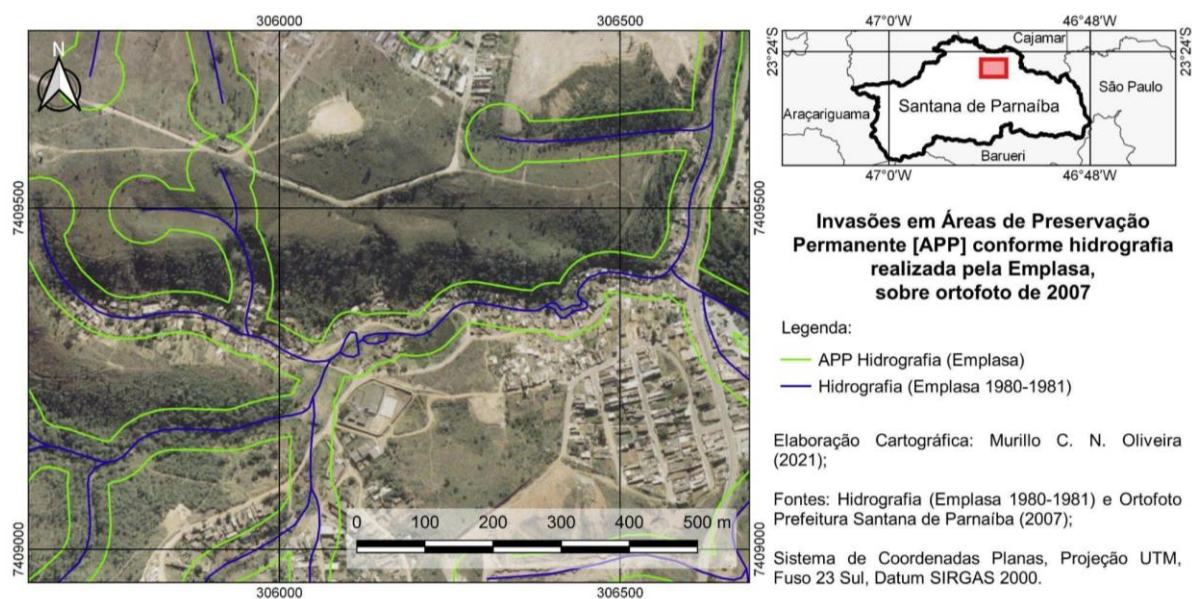


Figura 18: Invasões em áreas de preservação permanente [APP] conforme hidrografia realizada pela Emplasa, sobre ortofoto de 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em Hidrografia (Emplasa 1980-1981) e Ortofoto Prefeitura Santana de Parnaíba (2007).

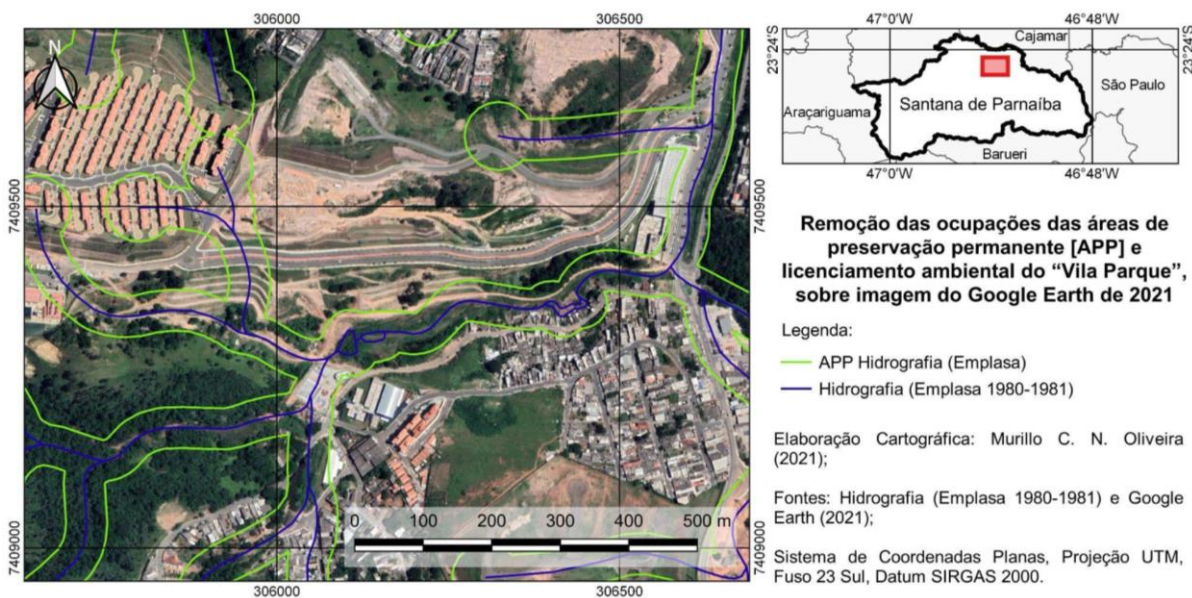


Figura 19: Remoção das ocupações das áreas de preservação permanente [APP] e licenciamento ambiental do "Vila Parque", sobre imagem do Google Earth de 2021.

Fonte: Elaboração própria com base em Hidrografia (Emplasa 1980-1981) e Google Earth (2021).

Portanto, em relação às APPs, a Figura 16 mostra a situação anterior às remoções realizadas, em 2007, e a Figura 17 destaca a situação após a desocupação destas áreas de risco de inundações, em 2021, conforme hidrografia realizada pela EMPLASA.

Segundo o material coletado no levantamento bibliográfico e documental na Prefeitura de Santana de Parnaíba (PMSP, 2021d), foi verificado no processo administrativo da Secretaria Municipal de Habitação [SMH] de Santana de Parnaíba, um documento firmado entre a administração pública e o empreendedor imobiliário do Vila Parque, o grupo “RZK Empreendimentos”, intitulado “Instrumento Particular de Regulamentação da Comunhão de Interesses e Outras Avenças para implantação de Nova Urbanização e Ações de Mitigação em prol do Meio Ambiente e Sociedade Civil”. Esta documentação indica que, a princípio, tal remoção não foi planejada, foi resultado do processo administrativo vinculado às compensações necessárias à implantação do empreendimento imobiliário.

Além disso, essas intervenções urbanas analisadas foram publicadas no relatório local voluntário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS], que foi concluído pela prefeitura de Santana de Parnaíba em Junho de 2019 (Figura 20).

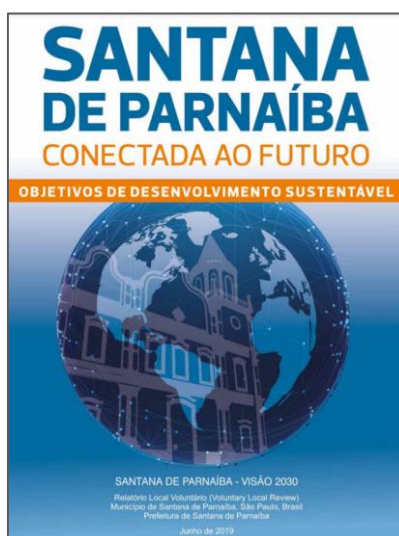


Figura 20: Capa do relatório local voluntário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS].

Fonte: PMSP (2019a).

Na Figura 20, há a capa do relatório que o município entregou à Organização Mundial das Nações Unidas [ONU], que foi o primeiro relatório sobre ODS do Brasil, cujo título foi “Santana de Parnaíba conectada ao futuro”. Neste documento, no anexo 02 (PMSP, 2019a, p. 46), referente às “Parcerias da Secretaria Municipal de Habitação”, encontra-se o objeto de estudo desta dissertação, que consistiu na remoção das moradias das áreas de risco e a construção de HIS pela parceria do setor imobiliário com a gestão pública, conforme texto original a seguir:

“Objetivo: Estudo de Impacto de Vizinhança para recomposição do córrego do Vacanga, eliminação de risco de inundação, realocação 236 famílias, construção de 236 unidades habitacionais (horizontais / verticais); construção de Escola Municipal “João de Barro”, valor da obra: um milhão e duzentos reais; 600m de duplicação da Av. Tenente Marques; recuperação do córrego na Av. Tenente Marques com canalização aberta” (Anexo 02, Prefeitura Municipal De Santana De Parnaíba, 2019).

Conforme é citado, a remoção foi concluída em duas fases, concretizadas nos anos de 2015 e 2018. Na primeira fase foram contempladas 156 famílias, realocadas para casas geminadas construídas no loteamento Chácaras do Solar Setor 02 (Figura 21).



Figura 21: Primeira fase da entrega de moradia social no Conjunto Municipal Júpiter.

Fonte: Imprensa Oficial de Santana de Parnaíba, Edição 108 (2015).

A Figura 21 mostra as casas que foram ocupadas sequencialmente por grupos de 52 famílias (em média) por vez, conforme as remoções das famílias em 2015. Os lotes que deram origem a esse conjunto de HIS foram desapropriados pela prefeitura de Santana de Parnaíba, e esse núcleo habitacional foi nomeado “Conjunto Municipal Júpiter” (PMSP, 2021d).

Na segunda fase, foram entregues 80 unidades de HIS, sendo 20 casas e 60 apartamentos, dispostos em três torres com 05 pavimentos cada, conforme Figura 22, e este núcleo habitacional foi nomeado “Conjunto Vila Poupança II” (PMSP, 2021d).

Prefeitura vai entregar mais de 80 moradias populares na Vila Poupança dia 05 de maio

Unidades habitacionais beneficiarão famílias em condição de vulnerabilidade social da região



Figura 22: Segunda fase da entrega de moradia social no Conjunto Vila Poupança II.

Fonte: Imprensa Oficial de Santana de Parnaíba, Edição 225 (2018).

Desse modo, conforme ilustrado pelas Figuras 21 e 22, ambas fases das realocações realizadas, de 2015 e 2018, foram publicadas na Imprensa Oficial do município de Santana de Parnaíba. Nelas, pode-se observar qual foi o padrão construtivo e as tipologias das HIS produzidas, cujo público alvo foi a população de baixa renda, realocada da área de risco.

Como visto na fundamentação teórica desta dissertação, segundo o Estatuto da Cidade, no Artigo 2, tem-se a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer” (Lei n. 10257, 2001), e estes “direitos” se aproximam do direito à vida urbana mencionado por Lefebvre (2001), de maneira a desfazer as estratégias e as ideologias dominantes da sociedade, de forma a combater a segregação que é dirigida, por exemplo, às classes de menor poder aquisitivo.

E, sob este ponto de vista, foi verificado, nas intervenções urbanas realizadas na periferia de Santana de Parnaíba, que houve um aperfeiçoamento no que tange a implantação das moradias populares, por estas estarem localizadas em áreas próximas às remoções, providas de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos e lazer, conforme Figura 23.

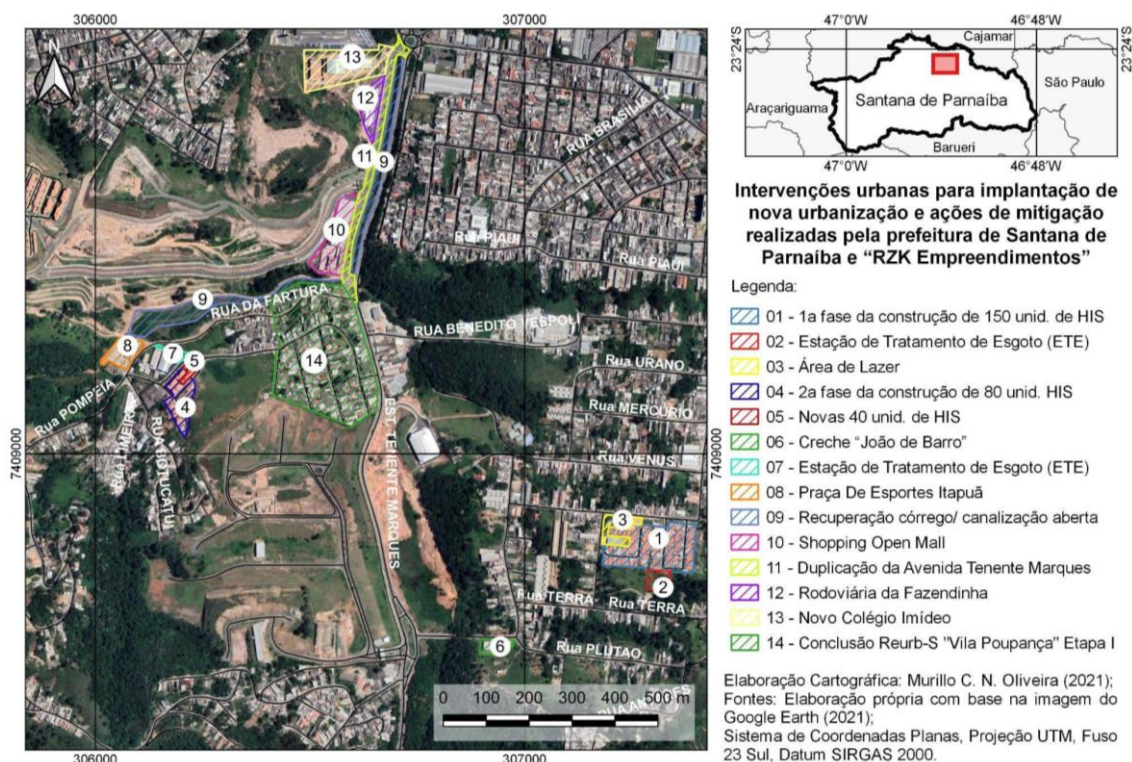


Figura 23: Intervenções urbanas para implantação de nova urbanização e ações de mitigação realizadas pela prefeitura de Santana de Parnaíba e “RZK Empreendimentos”.

Fonte: Elaboração própria com base na imagem do Google Earth (2021).

Dessa forma, a Figura 23 ilustra todas as intervenções urbanas que são posteriores à construção do condomínio "Vila Parque". Nela, pode-se observar que o empreendimento imobiliário impulsionou profundamente as transformações do espaço urbano do seu entorno. E, conforme PMSP (2021d), as compensações e intervenções do poder público municipal citadas na Figura 23, levantadas por esta dissertação, indicaram as seguintes realizações: Habitação de Interesse Social [HIS]; Estação de Tratamento de Esgoto [ETE]; áreas de lazer; creche; praça de esportes; recuperação e canalização aberta do córrego; *Shopping Open Mall*; duplicação da Avenida Tenente Marques; terminal rodoviário; novo Colégio Imideo; e conclusão da Reurb-S do Vila Poupança I.

Conforme mencionado, entre as medidas compensatórias do Vila Parque, tem-se a construção, pela "RZK Empreendimentos", do Colégio Municipal João de Barro (Figura 24), construído em uma área pública do loteamento Chácaras do Solar Setor 02.



Figura 24: Colégio Municipal João de Barro construído pela "RZK Empreendimentos".

Fonte: Elaboração própria (2021).

Desse modo, a Figura 24 foi inserida para demonstrar a construção da creche, que foi mencionada no Anexo 2 do relatório local voluntário (Figura 20), dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS], realizado pela prefeitura de Santana de Parnaíba para Organização Mundial das Nações Unidas [ONU].

De acordo com Lombardi & Sahr (2015), conforme observado por estes autores em Ponta Grossa, Paraná, Brasil, nos conjuntos de HIS, há mais evidências de exclusão da população residente do que inclusão sócio espacial, uma vez que estão localizadas em áreas afastadas da malha urbana consolidada, distantes da infraestrutura existente, sem serviços e equipamentos públicos no interior dos conjuntos, sem integração com outras vilas e bairros. No entanto, o mesmo não é observado nas intervenções urbanas analisadas em Santana de Parnaíba, pois, em ambas as fases da construção de HIS, a prefeitura realizou a pavimentação, a colocação de guias e sarjetas, a construção dos passeios públicos e equipamentos de drenagem das vias públicas; e em ambos conjuntos habitacionais a empresa “RZK Empreendimentos” doou o material para a drenagem e para a construção das Estações de Tratamento de Esgoto [ETE], construídas pela municipalidade.

Há, todavia, segundo PMSP (2021d), a pendência da titulação dos ocupantes dos conjuntos habitacionais, que estão em fase de projeto urbanístico de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social [Reurb-S] pela Secretaria Municipal de Habitação [SMH]. Dessa maneira, foi dado o prazo de 2022, pela SMH, para a conclusão da Reurb-S do Conjunto Vila Poupança II, pois já se encontra depositado no Cartório de Registro de Imóveis [CRI]. E, foi dado o prazo de 2023 para a conclusão da Reurb-S do Conjunto Municipal Júpiter, uma vez que este possui pendências jurídicas no andamento das desapropriações realizadas.

Em ambos processos de Reurb-S, mais uma vez as famílias reassentadas não arcarão com nenhum custo, pois receberão os títulos de propriedade pela legitimação fundiária gratuita, conforme Lei Federal nº 13.465/17.

Quanto ao loteamento Vila Poupança I, confrontante do Vila Parque, este teve o processo de Reurb-S concluído pela SMH. Este núcleo, que está localizado em área caracterizada pelo município como Zona Especial de Interesse Social [ZEIS], faz parte das intervenções urbanas realizadas na região e a sua população já recebeu o título de propriedade pela prefeitura de Santana de Parnaíba em agosto de 2021 (PMSP, 2021d).

Como visto, também podem ser consideradas como parte destas intervenções urbanas no entorno do Vila Parque, a partir da aplicação do instrumento de planejamento e de gestão urbana denominado “Estudo de Impacto de Vizinhança [EIV]”, a realização da duplicação de um trecho de 700 m da via arterial Avenida Tenente Marques, construída pela empreendedora imobiliária, cujas obras que foram implantadas como ações de mitigação do impacto urbanístico do empreendimento que é entendido como um pólo gerador de tráfego.

Há também outras parcerias realizadas pela atual gestão municipal em paralelo a estas intervenções urbanas apresentadas (PMSP, 2021d). Por exemplo, através da utilização do programa "Transformando Consumidores em Clientes" da concessionária de energia “Enel”, que é voltado ao público de baixa renda. Por esse programa a própria concessionária custeou a implantação de posteamento e colocação de relógios de leitura nas moradias populares, e, em contrapartida, o município realizou a colocação de Lâmpadas de LED na iluminação das vias públicas, mediante o programa “Ilumina Parnaíba”, ou seja, todas essas ações em conjunto corroboram com a sustentabilidade urbana e diminuem os gastos públicos.

Após essas obras, a Prefeitura de Santana de Parnaíba também construiu a “Rodoviária da Fazendinha” ao lado da entrada do condomínio “Vila Parque”, que está construindo sem relação com a “RZK Empreendimentos”; e está construindo mais 40 novos apartamentos no Conjunto Vila Poupança II, com previsão de entrega para 2022; está construindo a Praça De Esportes Itapuã; e, o novo Colégio Imídeo (citados na Figura 23).

Por fim, a vinda do empreendimento imobiliário Vila Parque à essa região poderia trilhar um caminho que normalmente está atrelado a segregação sócio espacial, uma vez que foi idealizado como um conjunto de condomínios verticais e horizontais de uso exclusivo e excludente, no entanto, por outro lado, a partir da aplicação dos instrumentos urbanísticos pela prefeitura de Santana de Parnaíba e pela parceria realizada com o grupo “RZK Empreendimentos”, possibilitou-se a realização de intervenções urbanas que foram transformadoras a estes territórios periféricos, de maneira a melhorar a infraestrutura regional, de promover a construção de Habitação de Interesse Social [HIS], da criação de emprego e renda à população local.

Segundo Levy e Nalini (2017), alguns dos desafios regulatórios para uma cidade inteligente e sustentável, entre outros, são: o de garantir o desenvolvimento urbano com a inclusão sócio territorial; que haja adensamento onde há infraestrutura; que a governança consiga promover ações conjuntas e integradas. Sendo assim, pode-se afirmar que estes aspectos foram abrangidos nas intervenções urbanas analisadas, nos territórios periféricos de Santana de Parnaíba, orientadas pela ação do poder público municipal, que entre outras características, embasaram a análise da sustentabilidade urbana realizada na seção posterior.

4.3. Análise da sustentabilidade urbana na periferia de Santana de Parnaíba

Como visto nos procedimentos metodológicos, este estudo trata da avaliação dos aspectos das dimensões da sustentabilidade urbana inerentes às intervenções urbanas compensatórias realizadas na periferia de Santana de Parnaíba, a partir da aplicação de questionários junto a moradores e entrevistas junto a funcionários públicos, tratados no item 3.3 dos procedimentos metodológicos.

A fundamentação teórica corroborou com a análise dos conceitos de desenvolvimento sustentável, observando-se que as três dimensões conceituais - ambientais, econômicas e sociais - ainda são as mais habituais e difundidas. Contudo, observa-se que, no âmbito do presente estudo, tais dimensões foram expandidas.

Entre as principais contribuições, nota-se que na atualidade há uma forte conexão entre a inteligência e a sustentabilidade das cidades, cujos conceitos são indissociáveis (Alexandre, De Alexandria e Braga, 2020). Verifica-se um cenário abrangente de métodos e indicadores em relação às dimensões conceituais da sustentabilidade urbana, que é observado pela extensa lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de 2015, pelos diversos eixos temáticos da ISO 37.120 de 2017, e, por fim, pelos inúmeros índices e indicadores criados por organizações internacionais para classificar o desenvolvimento inteligente e sustentável.

Segundo o Relatório Local Voluntário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (PMSP, 2019a), o município de Santana de Parnaíba demonstra o intuito de melhorar e contribuir para o planejamento urbano, modernização tributária, regularização fundiária, programa de eficiência energética, entre outros.

Sendo assim, verifica-se o interesse da gestão atual de Santana de Parnaíba por uma governança eficiente impulsionada pela tecnologia, que é uma iniciativa que tem uma forte ligação com o entendimento dos autores Levy e Nalini (2017) sobre a “cidade inteligente”:

“(...) é uma cidade capaz de criar estruturas de gestão capazes de serem ativadas para atender a demandas próprias do caráter problemático que o espaço urbano, enquanto sistema complexo, (re)produz continuamente. Essas estruturas visualizam a cidade como um sistema complexo que deve ser todo interligado por redes de comunicação, as quais podem detectar problemas, emitir alarmes e, principalmente, direcionar fluxos de trabalho humano com foco na eficiência dos serviços públicos e controlar remotamente dispositivos e equipamentos das mais variadas interfaces.” (Levy e Nalini, 2017, p. 188).

Segundo Levy e Nalini (2017), não se pode esquecer da necessidade das abordagens da sustentabilidade econômica e social nestas iniciativas, ao enfrentamento da exclusão territorial e das vulnerabilidades civis e econômicas.

É importante ressaltar que a partir da conceituação feita por Levy e Nalini (2017), verifica-se que o Estado está atrasado com a regulação da inovação à ideia de “Cidades Inteligentes e Sustentáveis [CIS]”, para definição das regras e estímulo aos avanços destes fatores no planejamento das cidades. Neste sentido, o presente estudo buscou contribuir com esse tema.

Em consonância a este quadro, as dimensões da sustentabilidade, propostas nesta dissertação, foram realizadas a partir do agrupamento das dimensões de referências presentes nos modelos conceituais dos autores Shmelev e Shmeleva (2019), Marchetti, Oliveira e Figueira (2019) e Moschen et al. (2019), os quais envolviam o Brasil em diferentes escalas: megacidade globais (com São Paulo e Rio de Janeiro), da América Latina e do Brasil, respectivamente.

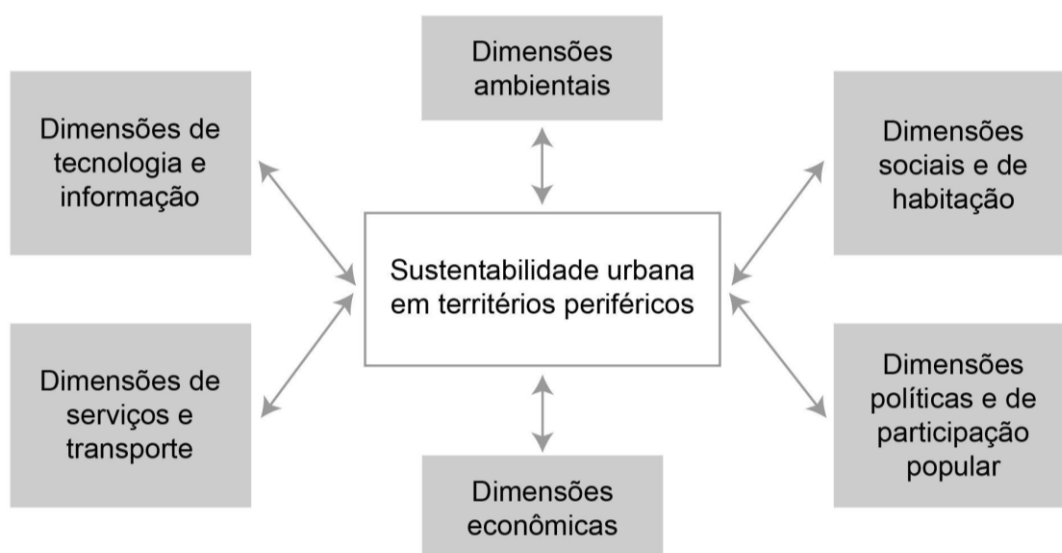


Figura 25: Proposta de dimensões da sustentabilidade criados para análise dos territórios periféricos de Santana de Parnaíba - SP.

Fonte: Elaboração própria.

Em suma, a elaboração do modelo exposto na Figura 25 foi criado para avaliação na área de influência das intervenções urbanas geradas no contexto da implantação do condomínio "Vila Parque", a partir de uma análise de conteúdo focada na comparação entre o cenário anterior e posterior às ações realizadas, cujos resultados foram extraídos da aplicação de questionários com os moradores dos conjuntos habitacionais e de entrevistas com os funcionários públicos municipais.

É importante destacar que, considerando-se somente as dimensões de sustentabilidade, há a falsa percepção que há mais divergências que similaridades em seu conteúdo. No entanto, ao se comparar o indicadores apresentados para cada uma delas, foi possível a realização de agrupamentos entre os eixos temáticos e a proposição de perguntas relacionadas à estas sub categorias de avaliação, conforme metodologia apresentada na seção 3.3, referente à criação de questionários para análise da sustentabilidade, a partir dos modelos conceituais de referência.

Por fim, a partir da análise em um recorte focado nos territórios periféricos, há a intenção de colaborar com novos estudos em escalas locais voltados à sustentabilidade urbana e, considerando-se as intervenções urbanas pontuais deste objeto de estudo, cada uma das dimensões de sustentabilidade urbana propostas foram avaliadas nas seções seguintes.

4.3.1 Dimensões sociais e urbanísticas

Esta seção tem como princípio de investigação o contexto social e urbanístico da população residente nos conjuntos habitacionais construídos, que foram realizados para a realocação das famílias removidas das áreas de risco. Os resultados apresentados foram obtidos a partir dos procedimentos metodológicos descritos no item 3.3, da criação das dimensões da sustentabilidade urbana para avaliação das intervenções urbanas.

A princípio, acerca dos aspectos sociais investigados, a aplicação do questionário com os moradores das Habitações de Interesse Social [HIS] deu início com um questionamento sobre o grau de escolaridade dos respondentes (Figura 26).

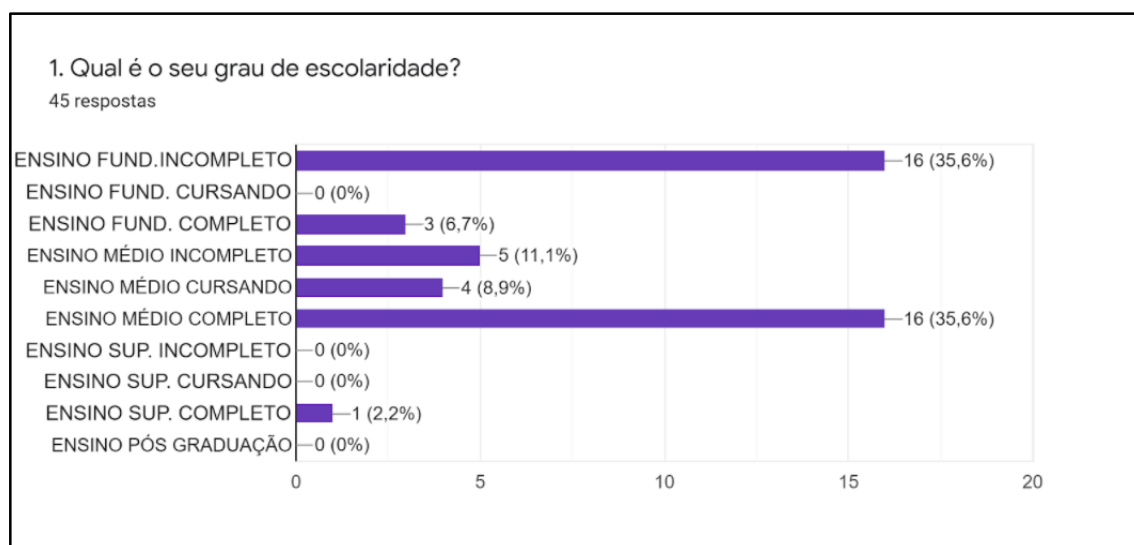


Figura 26: Grau de escolaridade dos moradores respondentes.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Desse modo, de acordo com a Figura 26, quanto ao grau de escolaridade dos moradores respondentes, a maioria dos moradores das HIS não completaram o ensino médio, pois esta somatória equivale a 28 respondentes (62,3%), e houve a incidência de apenas 1 ocupante (2,2%) com ensino superior completo.

O resultado encontrado condiz com a análise das dimensões sociais, feita pelos autores Shmelev e Shmeleva (2019) utilizados como referência, pois, quando estes autores analisaram a cidade de Rio de Janeiro, o resultado também foi um baixo nível de ensino superior da população. E, ao realizar a pergunta seguinte, também referente ao ensino superior (Figura 27), novamente esse quadro se repete.



Figura 27: Moradores com Ensino Superior.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Como mencionado, a Figura 27 indica, novamente, uma baixa incidência de moradores com curso superior residentes nas HIS, pois, quando questionados sobre alguém da família que morava com os respondentes e que havia completado algum curso superior, a maior parte deles (97,8%) respondeu que não.

No entanto, para se ter o ponto de vista dos moradores sobre este tema, foi perguntado a eles quanto à avaliação da qualidade de ensino da região em que residem (Figura 28).

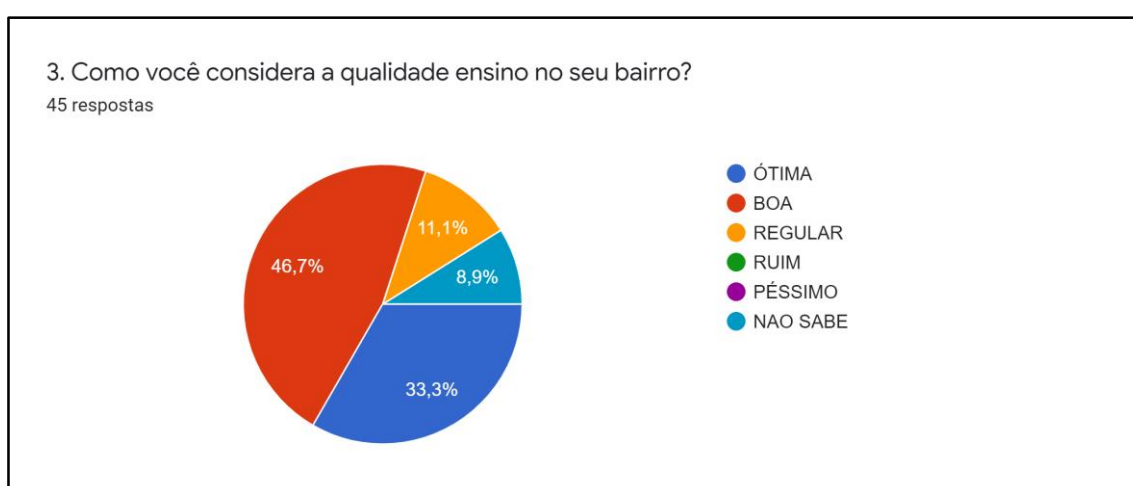


Figura 28: Avaliação dos moradores sobre a qualidade de ensino.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

E, segundo a Figura 28, na percepção dos moradores das HIS acerca da qualidade do ensino no seu bairro, 36 entrevistados (80%) consideram a educação ótima e boa, 5 deles (11,1%) consideram regular e 4 (8,9%) não souberam responder, e não houve a ocorrência de avaliações ruins e péssimas. Esse resultado demonstra que, apesar do baixo nível de ensino superior da população, os moradores não estão descontentes com a educação gratuita e pública fornecida.

É importante ressaltar que não houve alteração significativa da distância entre os conjuntos de HIS em relação ao acesso dos equipamentos públicos de educação, lazer e saúde, uma vez que a moradia anterior removida estava na mesma região da moradia atual, recebida por eles após a realocação das áreas de risco, conforme exposto na seção “4.2.”, referente às intervenções urbanas na periferia de Santana de Parnaíba.

Para complementação desta avaliação, acerca dos aspectos habitacionais, as perguntas direcionadas aos moradores a seguir, nas Figuras 29 e 30, foram realizadas para se ter uma melhor compreensão da avaliação dos moradores quanto à comparação da moradia anterior que foi removida, com a atual recebida, a partir das ações compensatórias do Vila Parque.

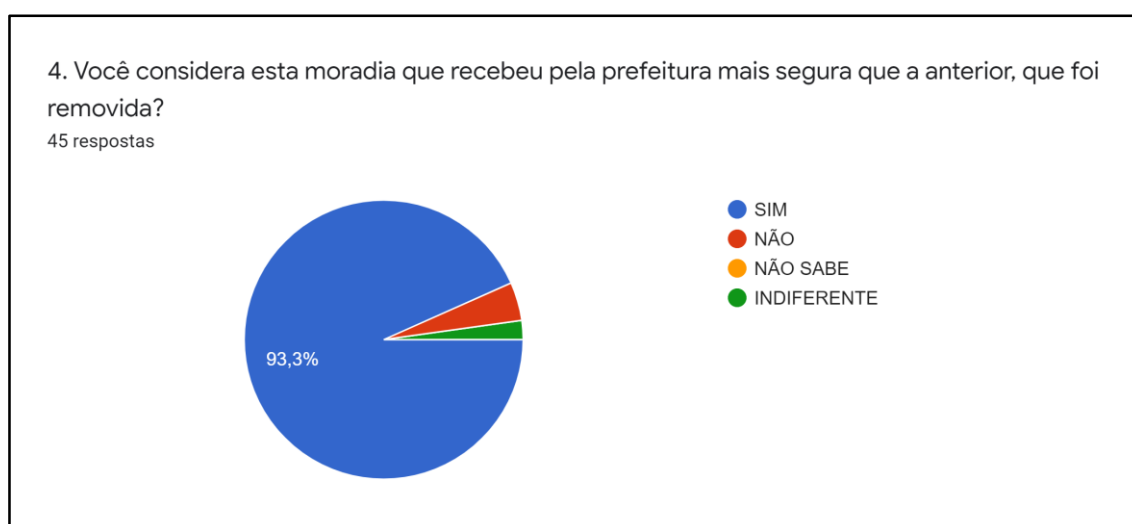


Figura 29: Sentimento de segurança dos moradores na comparação da moradia atual com a anterior, removida.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Em relação ao sentimento de segurança dos moradores das HIS na comparação da moradia atual com a anterior, removida, a Figura 29 aponta que a maioria (42 moradores, 93,3%) considera a nova habitação mais segura que a anterior. Há a incidência de apenas 2 entrevistados (4,4%) que não consideram a moradia recebida mais segura e teve 1 um morador que foi indiferente (2,2%).

Novamente, a partir de uma análise focada na comparação entre o cenário anterior e posterior às ações realizadas, a figura 30 demonstra que 43 residentes (95,6%) das HIS consideram que a atual moradia é mais salubre/saudável que a anterior, que foi removida, e apenas 2 entrevistados (4,4%) consideram que não.



Figura 30: Avaliação da salubridade dos moradores na comparação da moradia atual com a anterior, removida.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Desse modo, os resultados das Figuras 29 e 30 validam a ocorrência de um alto índice de aprovação dos moradores com as unidades habitacionais recebidas neste processo de remoção, e essa validação reitera a avaliação positiva dada pelos funcionários públicos acerca das ações da prefeitura e das intervenções urbanas realizadas no entorno do Vila Parque, ao opinar sobre a remoção das famílias que vivem em áreas sujeitas a riscos.

Neste sentido, o entrevistado E2 considera que a execução de casas populares dá mais valor e mais dignidade para as pessoas, e o participante E5 apontou que esta área que foi objeto das ações de remoção, era a pior área do município, porque além do risco de soterramento, dado pela proximidade à encosta, havia o risco de inundação, pois as moradias removidas estavam praticamente em cima do córrego. E, segundo o relatado por E1, foi apontado a preocupação do poder público com os moradores nesse processo de remoção:

“É de suma importância que esse processo de remoção seja muito bem coordenado, para que não seja um processo traumático para a comunidade, para que pessoas aceitem essa situação e tenham consciência de que o melhor para elas é a remoção”.

Em relação às questões urbanísticas, outra concordância entre todos os funcionários públicos entrevistados foi em relação à importância dos imóveis com títulos legais registrados com as ações regularizações fundiárias realizadas. Para E3, E4 e E5 a segurança jurídica é o maior impacto social ao se ter o título de propriedade, pois amplia o leque de possibilidades dos imóveis que passam a ter valor comercial agregado e garantia de financiamento, que também resulta em uma valorização econômica; para o entrevistado E2 o principal avanço é o ganho da infraestrutura e a conscientização dos moradores; e o participante E1 informa que “a regularização fundiária abrange não só a questão jurídica, mas a social, urbanística e ambiental”, impulsionando o processo de urbanização.

Uma última pergunta dentro deste subtema das dimensões sociais e urbanísticas, que foi direcionada aos funcionários públicos, foi no que diz respeito aos benefícios sociais e habitacionais gerados à população a partir das ações de remoção e regularização fundiária no entorno do Vila Parque. Neste segmento, E1 aponta:

“A questão social está muito ligada a essas áreas vulneráveis, porque você tem aí toda uma questão de violência, segregação das pessoas, até para os serviços da cidade, essas pessoas não tem um endereço, ela não tem um CEP para receber uma encomenda que é feita pela internet, que foi algo tão corriqueiro na pandemia, utilizado por todos nós”.

O entrevistado E2 apontou que essas ações trouxeram dignidade para os moradores removidos, pois receberam uma casa estruturada sem a incidência dos riscos. Esse olhar foi consonante ao do participante E3, que mencionou que estas ações trouxeram conforto para as famílias, na questão de saúde e de segurança contra os riscos de alagamento e deslizamento de terra. E4 e E5 também apontaram que os maiores benefícios foram as remoções das pessoas de uma situação precária e de risco, encaminhando-os às unidades habitacionais, garantindo o seu direito à moradia.

Segundo o entendimento de Lefebvre (2001), de que o direito à cidade só pode ser formulado como direito à vida urbana transformada e renovada, se estes estão inter-relacionados e se afirmam como um apelo social por educação, trabalho, cultura, repouso, saúde, habitação, natureza, entre outros, que culminam no direito à cidade. Nesta perspectiva, a partir dos resultados obtidos, somando-se ao fato de que as unidades habitacionais atuais possuem acesso aos equipamentos públicos de educação, lazer e saúde, entre outros, é possível realizar uma avaliação positiva dos aspectos sociais e urbanísticos analisados, de maneira a abranger as vertentes do direito à cidade.

4.3.2 Dimensões políticas e de participação popular

Nesta seção, indagou-se a respeito do sentimento de pertencimento à comunidade e da participação dos moradores dos conjuntos de Habitação de Interesse Social [HIS], durante as ações de remoção oriundas das medidas compensatórias do empreendimento do Vila Parque, assim como, das questões relacionadas ao planejamento urbano desta região, através do olhar dos funcionários públicos municipais.

De acordo com as autoras De Castro e Rizek (2016), nos processos de transformação dos territórios urbanos periféricos, é importante avaliar as relações sociais-simbólicas, como por exemplo a sensação de pertencimento ao novo bairro e a construção de novas relações de vizinhança, não apenas no que tange às relações físico territoriais.

Desse modo, esta seção tem como objetivo contribuir com essa análise imaterial, relacionada à percepção dos moradores dos conjuntos habitacionais, ao indagar, por exemplo, como eles avaliam a relação deles com os outros moradores, que também foram removidos das áreas de risco (Figura 31).

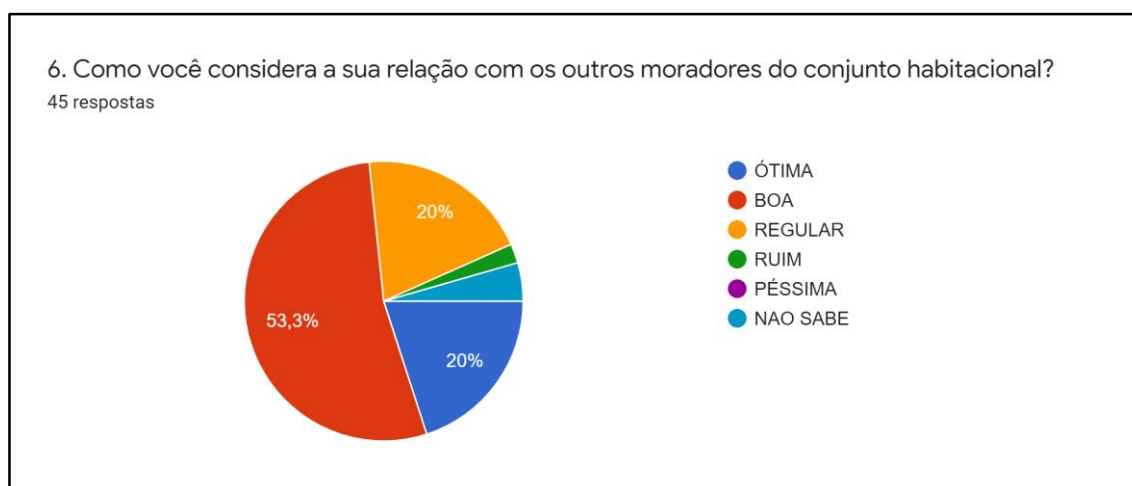


Figura 31: Avaliação da relação entre os moradores dos conjuntos habitacionais.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

E, em relação à convivência entre os moradores das HIS, a Figura 31 aponta como resultado uma boa relação entre eles, pois a maioria dos respondentes, 33 moradores (73,3%), consideram essa relação ótima e boa, 9 respondentes (20%) consideram que têm uma relação regular, somente 1 (2,2%) considera que tem uma relação ruim e 2 deles (4,4%) não sabem.

No que diz respeito ao sentimento de pertencimento dos moradores com a sua comunidade, a Figura 32 também demonstra que a maioria dos respondentes consideram que fazem parte da coletividade, ou seja, 32 moradores (71,1%), além disso, 5 entrevistados (11,1%) responderam que não têm esse sentimento de pertencimento e 8 deles (17,8%) não souberam responder.

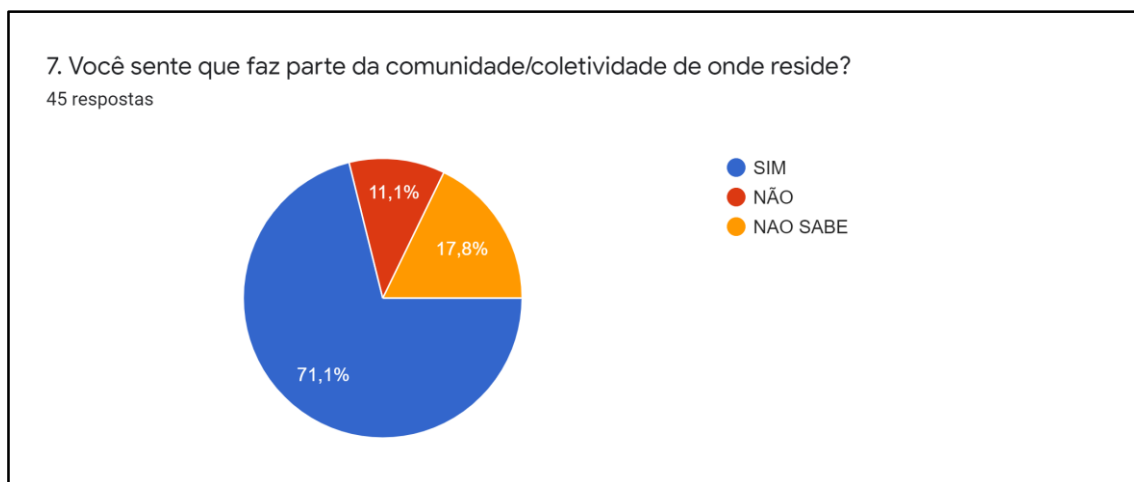


Figura 32: Sentimento de pertencimento dos moradores com a comunidade.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Desse modo, as Figuras 31 e 32 demonstram que a maioria dos ocupantes dos conjuntos habitacionais tem uma boa relação entre eles e se sentem parte da comunidade, 73,3% e 71,1%, respectivamente. E, para complementar essa análise, foi direcionado aos moradores uma pergunta sobre a percepção deles em relação aos seus vizinhos, comparando a situação anterior à remoção das áreas de risco, com a atual, nos conjuntos habitacionais (Figura 33).

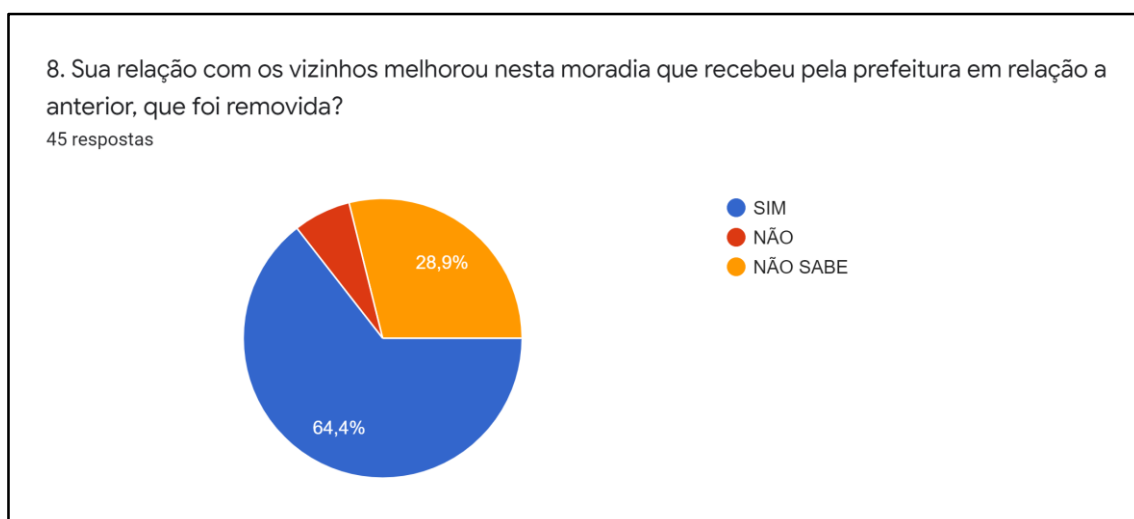


Figura 33: Avaliação da relação de vizinhança atual em comparação com a moradia anterior, removida.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Dessa maneira, a partir da Figura 33, quanto à comparação entre a moradia atual com a anterior, removida, foi verificado que houve uma melhora da relação vizinhança para a maioria, pois, 29 respondentes (64,4%) disseram que sim, 13 moradores (28,9%) não souberam responder e somente 3 ocupantes (6,7%) acham que a sua relação com a vizinhança piorou.

Conforme foi visto na fundamentação teórica, segundo Fuini (2017), o autor Haesbaert traz ao conceito de território um sentido de pertencimento, uso e vivência. Essa compreensão colabora com a análise do território periférico realizado por esta dissertação, uma vez que, segundo Haesbaert, o território também é um espaço de identidade cultural que, entre outros aspectos (materiais e de relações de poder), possui uma dimensão imaterial, de identidade e apropriação simbólica. E sobre esta formulação, os resultados aqui apresentados demonstram que há sentimento de pertencimento dos moradores com a comunidade, uma boa relação entre eles e uma melhoria da relação de vizinhança, após as remoções e realocações realizadas. Dessa forma, esses resultados indicam a existência de uma coesão entre as práticas realizadas com a literatura apresentada.

Outro aspecto importante a ser analisado, é em relação a percepção dos moradores quanto às questões de participação popular e política. Segundo Villaça (2012), os problemas urbanos são altamente manipulados pela ideologia dominante das camadas de mais alta renda, indicando a importância da representação política aos moradores das áreas periféricas das cidades brasileiras e, segundo este autor, estes fatores impactam na sustentabilidade urbana ao se considerar, por exemplo, a “participação popular”. Desse modo, uma das perguntas realizadas aos moradores, foi se eles achavam a prefeitura transparente, considerando-se as experiências vividas por eles com o poder público municipal (Figura 34).

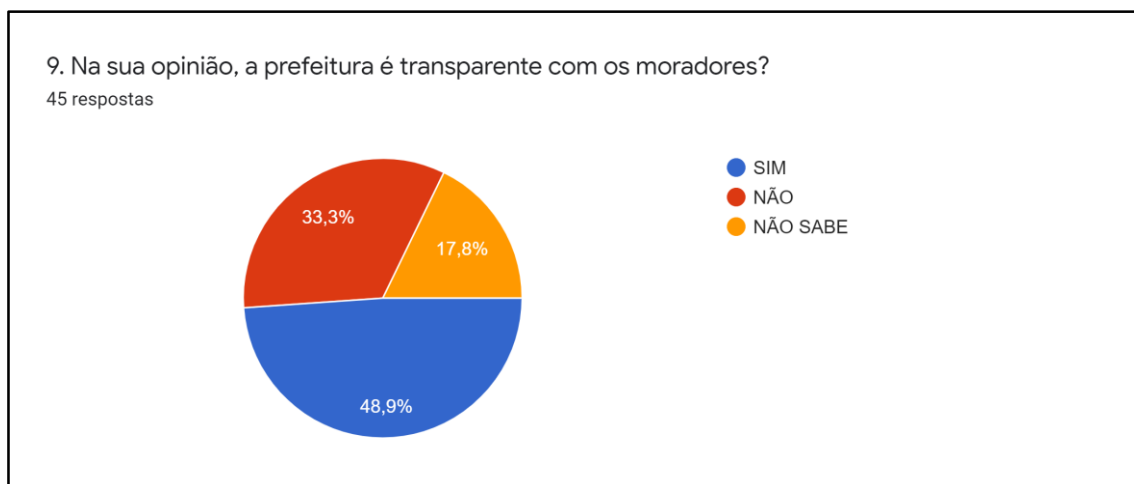


Figura 34: Percepção dos moradores sobre a transparência do governo municipal.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

E, na Figura 34, em referência a percepção dos moradores sobre a transparência do governo municipal, o resultado aponta que menos da metade acha que a prefeitura é transparente, pois 22 pessoas (48,9%) responderam que sim. No entanto, os moradores demonstraram estar divididos, pois 15 deles (33,3%) responderam que não e 8 deles (17,8%) ficaram indecisos. Em seguida, questionou-se aos moradores no que diz respeito ao sentimento deles com o processo de remoção realizado (Figura 35).

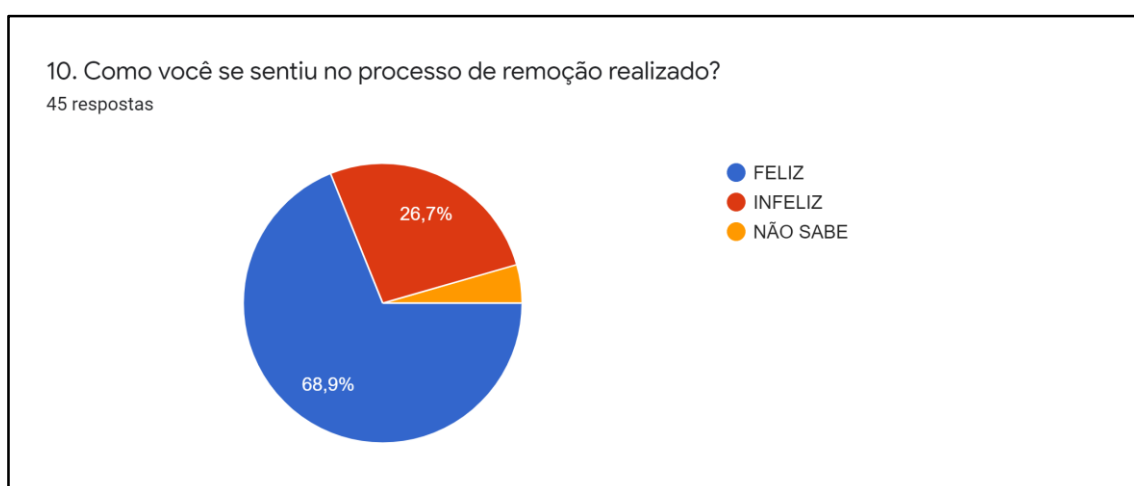


Figura 35: Sentimento dos moradores durante a ação de remoção das áreas de risco.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Acerca do sentimento dos moradores durante a ação de remoção das áreas de risco, de acordo com a Figura 35, o resultado evidencia que 31 moradores (68,9%) dos conjuntos habitacionais se sentiram felizes durante essas ações, 12 respondentes (26,7%) foram infelizes durante as remoções e 2 deles (4,4%) não souberam opinar.

Em contrapartida, questionou-se aos respondentes acerca do sentimento deles na atualidade, para fazer uma comparação entre a situação anterior à remoção com a atual, após o processo de realocação das famílias das áreas de risco às moradias sociais (Figura 36).

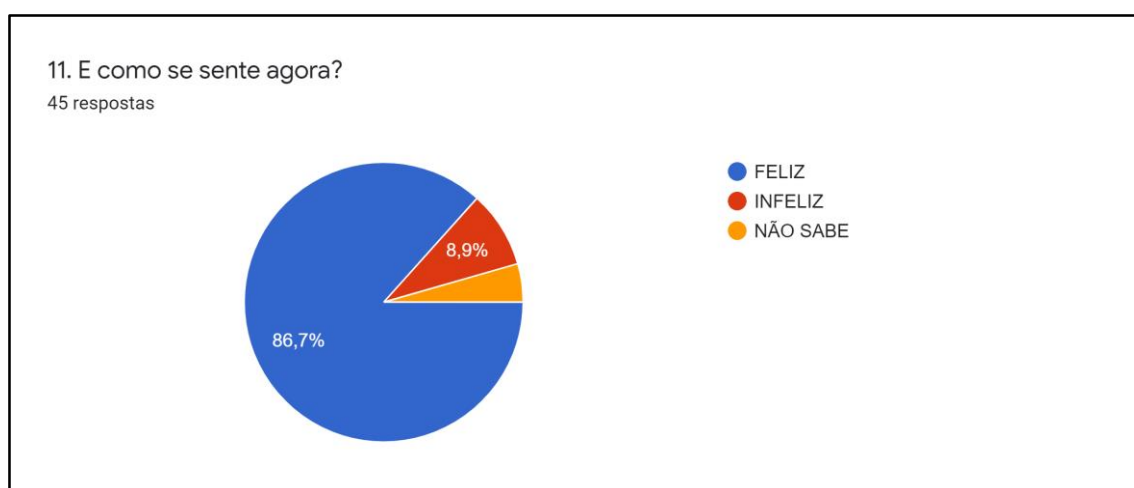


Figura 36: Sentimento atual dos moradores, após o recebimento da Habitação de Interesse Social.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Pela Figura 36, após a realocação dos moradores às HIS, o número de respondentes que se sentem felizes aumentou para 39 (86,7%), os descontentes se reduziram para 4 (8,9%) e, novamente, 2 deles (4,4%) não souberam opinar.

Esse resultado é muito interessante, pois muitas vezes há um julgamento equivocado de que as pessoas não querem ser removidas. Por este ângulo, os autores Marchetti, Oliveira e Figueira (2019) ressaltam a importância dos indicadores de percepção dos moradores dentro dos domínios temáticos que investigam a sustentabilidade, como por exemplo, percepção da qualidade dos moradores sobre: a infraestrutura das cidades; os serviços primários da cidade; os serviços sustentáveis da cidade; a participação das pessoas; e, transparência do governo.

E, uma última pergunta realizada aos moradores, dentro desta temática relacionada à participação política e popular, é se os respondentes sentiram que foram ouvidos neste processo de remoção realizado (Figura 37).

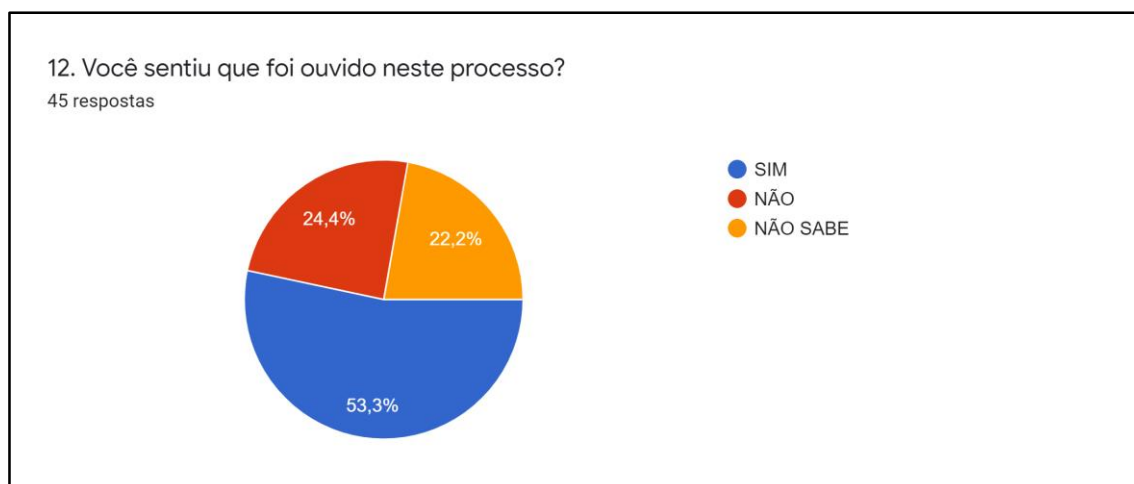


Figura 37: Percepção sobre a participação dos moradores no processo de remoção.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

De acordo com a Figura 37, considerando-se a percepção dos moradores sobre a participação deles no processo de remoção, o resultado aponta que 24 moradores (53,3%) entendem que participaram, 11 (24,4%) responderam que não e 10 (22,2%) não sabem.

O resultado da Figura 37 é congruente ao da Figura 34, referente à percepção dos moradores sobre a transparência do governo municipal, pois ambos os resultados transitaram em torno de 50% dos respondentes que se sentiram engajados e participantes das ações tomadas. Essa avaliação também está de acordo com a percepção do funcionário público E2, que ao ser questionado se a população foi ouvida no processo de remoção e realocação no âmbito da ação no entorno do Vila Parque, respondeu o seguinte:

“Eu vou dizer que as pessoas foram ouvidas 50%, porque teve algumas pessoas que reclamaram e teve gente do lado de cá que não ouvia. Eu lembro que o trabalho que foi feito pela Secretaria de Habitação foi muito intenso, eles batalharam muito, de dia e de noite, dando bastante atenção para os moradores. Mas na hora que precisou retirar os moradores de lá, houve uma dificuldade com alguns deles, que não queriam sair, então em alguns pontos foi necessário uma imposição, pela necessidade da desocupação da área de risco”.

O entrevistado E1 mencionou que a população sempre foi informada sobre o que estava acontecendo, que foram várias secretarias envolvidas nesse trabalho, a Secretaria de Habitação, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Segurança Urbana, e que ensinavam a população sobre o risco. O participante E3 indicou que uma parte da população tinha uma expectativa de que iriam receber dinheiro com indenização, que foram 3 moradores que questionaram a compensação que a construtora e a prefeitura estavam promovendo e entraram com recurso no poder judiciário, e ainda estão aguardando a decisão do Poder Judiciário. E o entrevistado E5 esclareceu um pouco mais esse processo:

“Eu participei de uma reunião que é um comunicado às pessoas, eles são comunicados sobre as ações, é apresentado o processo, tudo que vai acontecer, como se fosse uma primeira aula de um professor que fala tudo que vai acontecer durante o curso.”

E, em complementação, o entrevistado E5 acredita que o diálogo referente à remoção da população das áreas de risco ainda é mínimo, que não saberia avaliar se pode ser considerado participativo.

Essa percepção do entrevistado E5 tem relação com outra pergunta feita aos funcionários públicos, acerca da opinião deles sobre a existência de incentivos aos debates locais do poder público com os moradores destas regiões periféricas analisadas. Sobre essa indagação, os participantes E1, E2, E4 e E5, convergiram no entendimento de que não existem estímulos aos debates locais. E4 foi mais incisivo ao apontar que não tem muita comunicação entre as partes, e E5 foi mais maleável ao indicar que existe na atual gestão uma tentativa de debate, mas que ainda é muito fraco.

E3 foi o único que se opôs a esse discurso, para ele, utilizando-se do exemplo das remoções das famílias das áreas de risco analisadas, as ações da prefeitura indicam que houve incentivo ao debate, porque os moradores foram ouvidos, pois segundo ele, conversou-se com as famílias em grupos ou individualmente.

A última pergunta deste bloco, a respeito das dimensões políticas e de participação popular, que foi endereçada aos funcionários públicos, foi no que tange a existência de uma estratégia explícita de planejamento urbano de longo prazo para essa região. E, mais uma vez, os entrevistados, E1, E2, E4 e E5, convergiram no entendimento de que não há um plano nítido de planejamento urbano a longo prazo para essa região.

Para o entrevistado E3 a estratégia explícita é o plano diretor, com as questões de mobilidade, saneamento e crescimento da cidade, e que a prefeitura tem um Plano Local de Habitação de Interesse Social [PLHIS], feito em 2012 para todas as regiões do município. No entanto, o participante E1 discordou desta perspectiva, citando a desatualização do próprio plano diretor do município:

“Eu acho que tem que estudar melhor o plano diretor, estamos com plano desatualizado, a última versão é de 2004, e o estatuto da cidade fala que a Participação Popular é fundamental para a construção de um plano diretor, a nossa revisão precisa, inclusive, enfrentar os problemas sociais a dívida das grandes aglomerações urbanas para essa região”.

O entrevistado E5 relatou que há um descaso com o plano diretor no município e que no Brasil não são feitas políticas públicas e planejamentos de longo prazo, mas programas de governo, que duram o tempo que os governantes estão no poder.

Esse entendimento do entrevistado E5 é consonante ao do autor Lefebvre (2001), que menciona que os problemas urbanos poderiam ser solucionados por iniciativas revolucionárias referentes a uma “reforma urbana”, elaborados sobre duas proposições, um programa político de reforma urbana e projetos urbanísticos, a partir de estratégias urbanas de curto, médio e longo prazo.

Desse modo, no que se refere às questões das dimensões políticas e de participação popular, verificou-se que a avaliação destes aspectos foram medianos nas práticas realizadas pelo município de Santana de Parnaíba. É importante pontuar que, em todas as dimensões da sustentabilidade urbanas avaliadas nesta dissertação, existem contribuições e debilidades, que podem ser melhoradas e mais exploradas em estratégias urbanas futuras.

4.3.3 Dimensões econômicas

O recorte de análise desta seção está focado nos aspectos das dimensões econômicas. Esta avaliação, em um primeiro momento, foi relacionada a situação financeira e de condições de trabalho das famílias dos conjuntos de Habitação de Interesse Social [HIS] e, em um segundo momento, foi comparado à percepção dos funcionários públicos municipais, acerca do ambiente econômico e competitivo desta região abrangida pelos loteamentos Chácaras do Solar Setores 01, 02, 03, e entorno.

Dessa forma, em relação aos aspectos econômicos, inicialmente, foi realizado um questionamento quanto ao número de famílias dos respondentes que possuíam algum dos seus integrantes desempregados, conforme Figura 38.

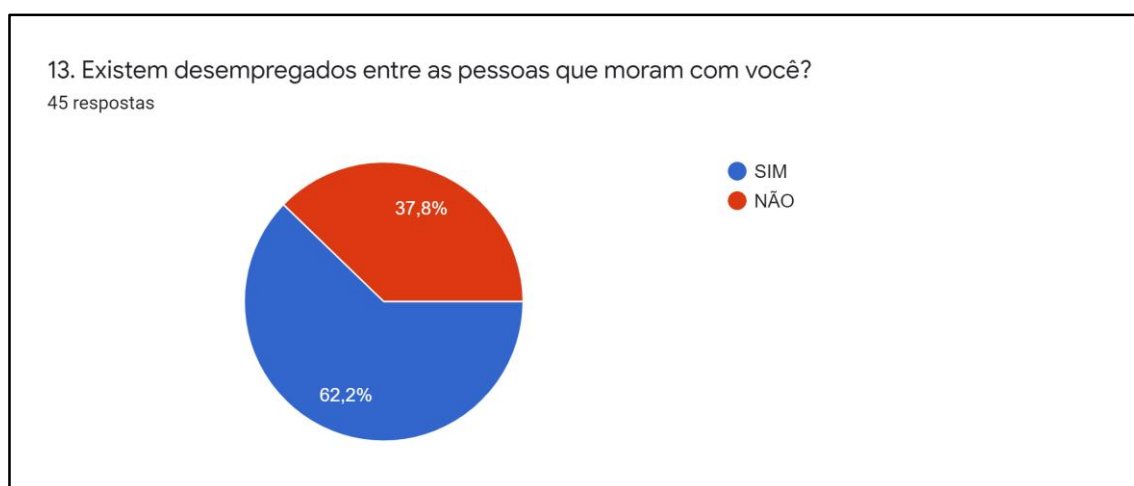


Figura 38: Taxa de unidades habitacionais com moradores desempregados.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

E, a partir da Figura 38, é possível afirmar que existe uma alta taxa de desempregados nas famílias dos conjuntos de HIS, uma vez que mais da metade das moradias analisadas estão nessa condição, pois 28 respondentes (62,2%) possuem algum desempregado em seu núcleo familiar e 17 dos moradores (37,8%) responderam que não há.

Também foi questionado se estas famílias possuem integrantes menores de idade trabalhando, conforme Figura 39.



Figura 39: Taxa de unidades habitacionais com menores trabalhando.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

E, a partir da Figura 39, foi verificado que em apenas em 1 domicílio (2,2%), entre os respondentes, há menores de 18 anos trabalhando, e este é associado ao Programa de Jovens Aprendizizes da prefeitura de Santana de Parnaíba, por outro lado, nas 44 moradias restantes (97,8%), não há ocorrência de menores que trabalham.

Para complementação desta análise econômica, é importante destacar que estas famílias dos conjuntos de HIS, a princípio, já eram consideradas como predominantemente de baixa renda e, neste sentido, foi questionado aos respondentes, qual é a renda familiar deles, conforme Figura 40.

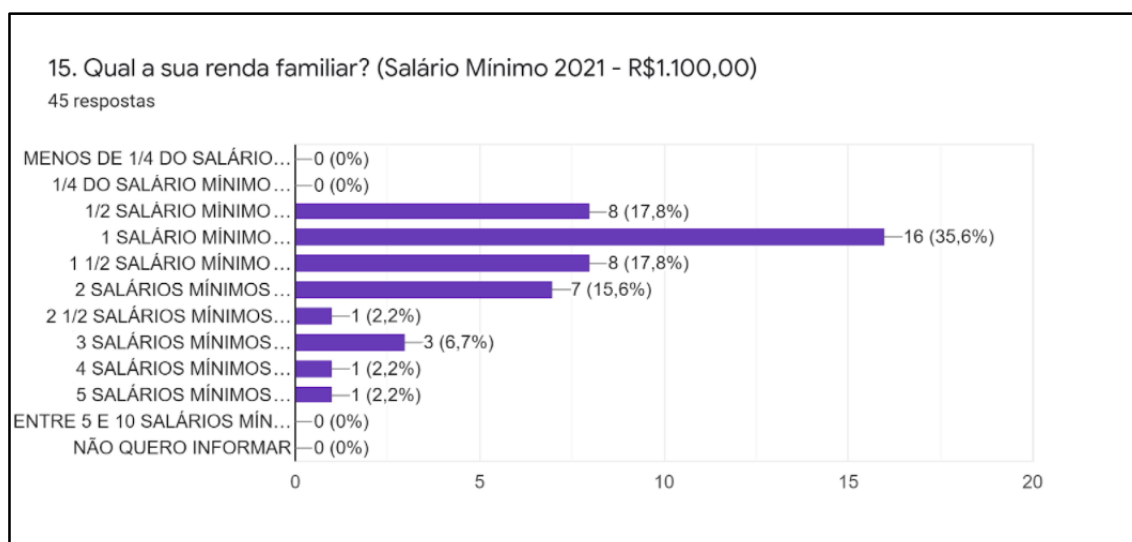


Figura 40: Renda familiar dos moradores respondentes.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Dessa forma, quanto à renda familiar dos moradores respondentes, na Figura 40, considerando-se o valor do Salário Mínimo [SM] de R\$1.100,00, na época da aplicação do questionário (outubro de 2021), o resultado indicou que 53,4% dos respondentes têm renda familiar de 1 SM ou menos (24 domicílios), ou seja, mais da metade; 42,3% (19 domicílios) dos respondentes têm renda familiar acima de 1 SM até 3 SM; e, 4,4% (2 domicílios) dos respondentes têm renda familiar acima de 3 SM.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2017), existem diversas linhas da pobreza nacionais e internacionais, entre elas, uma linha nacional é a do Benefício de Prestação Continuada [BPC] que é definida como o rendimento domiciliar per capita abaixo de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, conforme Lei Federal n. 8.742/93. E, segundo esse critério de $\frac{1}{4}$ do SM, não há na amostra realizada famílias nesta situação de extrema pobreza.

Em continuação, para se ter uma ideia acerca das condições de trabalho dos respondentes, foi perguntado a eles acerca do vínculo empregatício que possuem na atualidade, conforme Figura 41.

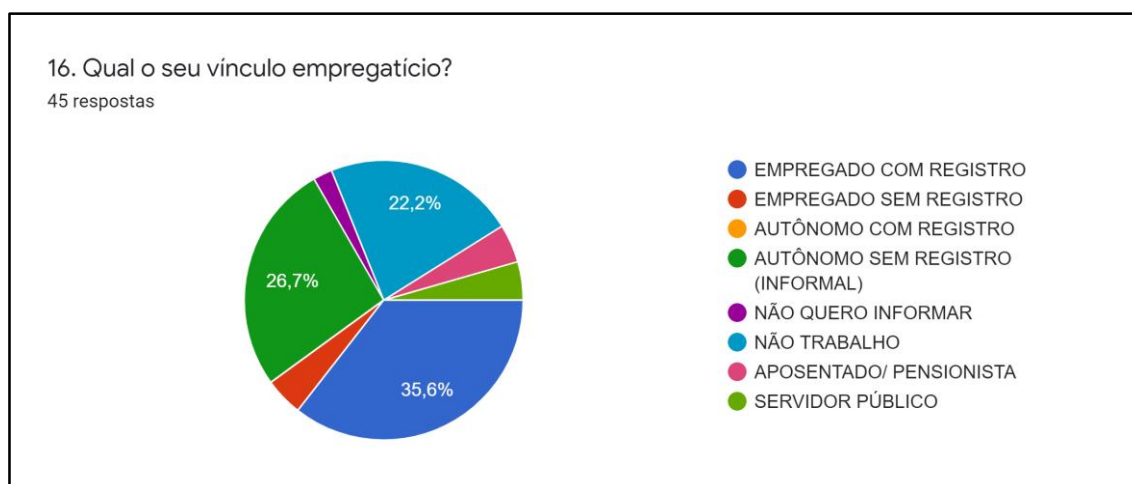


Figura 41: Vínculo empregatício dos moradores respondentes.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

De acordo com a Figura 41, quanto ao vínculo empregatício dos moradores respondentes, conforme ordem crescente dos dados analisados, tem-se que: 1 morador (2,2%) não quis informar a sua situação; 2 moradores (4,4%) são empregados sem registro; 2 moradores (4,4%) são aposentados/pensionistas; 2 moradores (4,4%) são servidores públicos; 10 moradores (22,2%) não trabalham; 12 moradores (26,7%) são autônomos sem registro (informal); e, 16 moradores (35,6%) são empregados com registro.

Desse modo, esse resultado demonstra a maioria dos moradores tem registro na carteira de trabalho, no entanto, essa taxa de 35,6% pode ser considerada baixa, pois corresponde a cerca de $\frac{1}{3}$ dos respondentes.

Segundo Barros Cavalcanti (2017), acerca da habitação social, esta autora observou que vários municípios apresentem propostas de construção de moradia popular em áreas afastadas, aumentando o perímetro urbano, por conta da especulação imobiliária que afasta os pobres do centro das atividades econômicas. E, de acordo com esta autora, as pesquisas acadêmicas não têm destacado as implicações da exclusão, da segregação e desigualdade dos habitantes pobres suficientemente.

Neste sentido, em sequência, questionou-se aos respondentes, se eles trabalham na mesma região onde residem (Figura 42), com o objetivo de se ter uma avaliação acerca do afastamento deles às atividades econômicas, conforme observado em muitos municípios pela autora Barros Cavalcanti (2017).

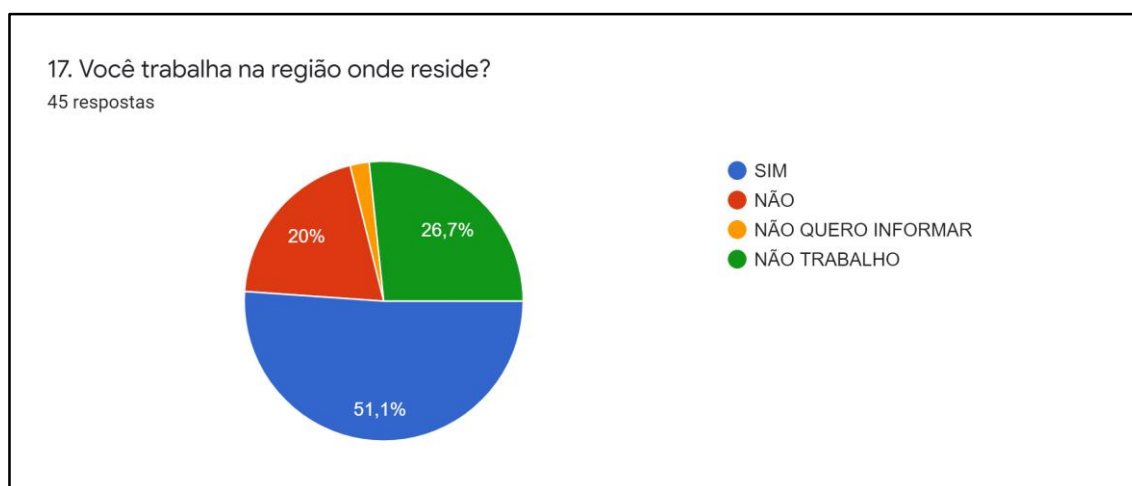


Figura 42: Moradores que trabalham na mesma região onde residem.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

E, ao se indagar se os moradores trabalham na mesma região onde residem, visto na Figura 42, o resultado demonstra que mais da metade respondeu que sim, que foi equivalente a 23 moradores (51,1%). Ademais, 9 moradores (20%) responderam que não trabalham na região onde reside, 12 moradores (26,7%) não trabalham (2 deles são aposentados/pensionistas), e, novamente, 1 morador (2,2%) não quis informar a sua situação.

Sendo assim, esse resultado demonstra que a oferta de trabalho na região analisada é mediana, uma vez que abrange aproximadamente 50% dos respondentes. Dentro de um contexto mais amplo, nacional, marcado por exclusão, segregação e desigualdade dos habitantes (Barros Cavalcanti, 2017), o observado nas intervenções nos territórios periféricos de Santana de Parnaíba é que trouxeram contribuições à sustentabilidade, no entanto, podem ser melhoradas em planejamentos urbanos posteriores.

E, a respeito dos aspectos econômicos, uma última pergunta realizada aos moradores dos conjuntos habitacionais, foi quanto a sua carga horária semanal de trabalho, conforme Figura 43.

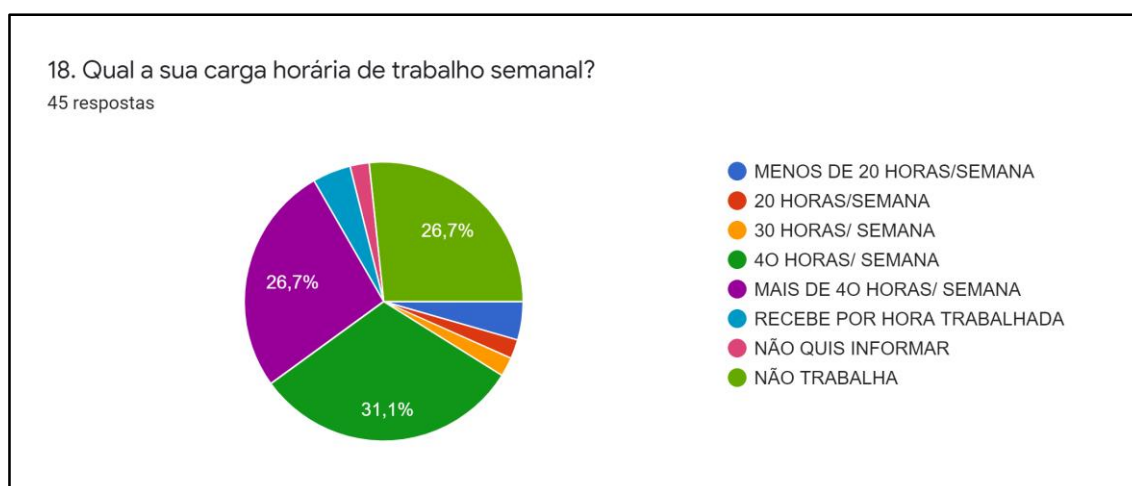


Figura 43: Carga horária semanal dos moradores respondentes.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Em relação à carga horária semanal dos moradores respondentes, conforme Figura 43, tem-se o seguinte resultado em ordem crescente: 1 morador (2,2%) não quis informar a sua situação; 1 morador (2,2%) trabalha 20 horas por semana [h/sem]; 1 morador (2,2%) trabalha 30 h/sem; 2 moradores (4,4%) recebem por hora trabalhada; 2 moradores (4,4%) trabalham menos de 20 h/sem; 12 moradores (26,7%) não trabalham (2 deles são aposentados/pensionistas); 12 moradores (26,7%) trabalham mais de 40 h/sem; e, 14 moradores (31,1%) trabalham de 40 h/sem.

É importante ressaltar, que a partir das perguntas direcionadas aos respondentes acerca das questões econômicas, os resultados demonstram a existência de uma taxa considerável de moradores desempregados, moradores autônomos e que trabalham mais de 40 h/sem, dessa maneira, preliminarmente à exposição da percepção dos funcionários públicos, com respeito às informações das dimensões econômicas, acredita-se que as contribuições encontradas são medianas.

Em contraponto, acerca das entrevistas com os funcionários públicos, foi perguntado a respeito da opinião deles sobre se há incentivos do poder público incentiva a "indústria criativa" e se houve uma melhora para este setor econômico nesta região. Segundo E1, há incentivos e melhora econômica, como mencionado a seguir:

“Nós temos várias ações que fomentam a parte criativa, tem vários eixos com a própria Secretaria de Emprego, trazendo uma série de *Startups* e oficinas, e tem a questão de trabalhar com jovens, eu acho que o município incentiva bastante isso para essa região, mas também para a cidade como todo”.

Os entrevistados E2, E3 e E5, também concordam que houve uma melhora na economia da região, por exemplo, E5 comentou que nessa região tem uma concentração grande de empresas e tem um comércio intenso, segundo ele é o terceiro principal polo econômico do município, perdendo somente para as regiões do centro histórico e Alphaville. No entanto, o participante E4 se opôs a esse discurso, e apontou a seguinte situação:

“Eu acho que não teve incentivo para a "indústria criativa" naquela região porque, por exemplo, seria a implantação de coisas voltadas para tecnologia, e ali naquela região não teve, eu só vi construção de escola, mas escola é o básico, coisas assim eu acho que não tem”.

Outra pergunta feita aos funcionários públicos sobre os indicadores econômicos, é se na percepção deles houve uma melhora na economia da região após as ações das intervenções urbanas realizadas. E nesse recorte mais específico a resposta foi unânime entre os entrevistados, todos eles responderam que sim. O participante E1 foi mais enérgico em sua resposta, tecendo o seguinte comentário:

“Com certeza houve uma melhora na economia, por exemplo com a duplicação da Avenida Tenente Marques, que agora vai se estender até o centro, essa principal via de interligação entre os bairros está sendo expandida, e vários equipamentos públicos foram instalados nessa região para atender essa demanda da população, e nós tivemos em um crescimento de postos de saúde e escolas”.

Para o entrevistado E3, essa região teve um crescimento bem expressivo na questão de acesso, de serviços e empregos. O participante E4 citou que a melhora do sistema viário em conjunto com as Regularizações Fundiárias em andamento na região gerará uma melhora econômica. O entrevistado E5 afirmou que se não fosse a pandemia haveria uma melhora muito maior e que, por exemplo, se não fosse essa situação, o *Shopping Open Mall* teria mais lojas em funcionamento. Por fim, E5 também comentou que a região já teve uma melhora urbanística que incentiva as produções e agrega valor às residências.

Apesar da aparente melhora econômica desta região citada pelos funcionários públicos, a partir dos resultados obtidos, ainda não se pode afirmar que houve uma melhora econômica expressiva às famílias dos conjuntos habitacionais em comparação à situação anterior às remoções, essa análise tem como base o alto índice de desempregados e a baixa renda familiar dos entrevistados (Figuras 38 e 40).

No entanto, o cenário econômico encontrado nas intervenções dos territórios periféricos de Santana de Parnaíba não causa estranhamento, pois, ele se revela coeso em relação a situação econômica do Brasil, uma vez que as periferias enquanto insistência discursiva são compreendidas majoritariamente pelas ocupações das populações economicamente desfavorecidas, conforme mencionado por Fernandes & Mata (2015), como foi observado na seção 4.1, referente às intervenções urbanas em territórios periféricos.

4.3.4 Dimensões de serviços e transporte

Este módulo tem como propósito a investigação sobre os aspectos das dimensões de serviços prestados à população residente nos conjuntos habitacionais construídos, a partir da comparação entre o cenário da moradia atual em relação à anterior, removida. Assim como, da avaliação das condições das modalidades de transporte que atendem esta região periférica, considerando-se as regiões dos loteamentos Chácaras do Solar Setores 01, 02, 03, e entorno.

A partir desta seção, foi possível a realização de uma comparação mais clara entre o cenário anterior e posterior às ações realizadas, uma vez que o principal produto das intervenções realizadas foi a provisão de Habitação de Interesse Social [HIS] e a urbanização destas áreas, e do entorno. Neste sentido, o primeiro questionamento realizado aos moradores dos conjuntos habitacionais, foi quanto aos serviços que as moradias deles possuíam na situação de risco, anterior às remoções, conforme Figura 44.

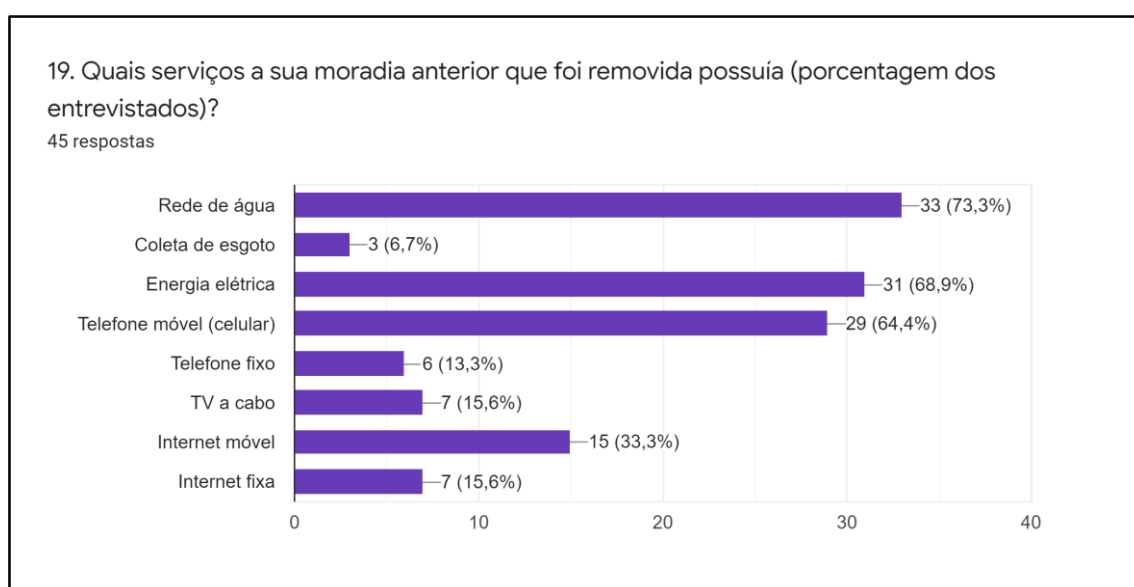


Figura 44: Serviços que as moradias anteriores, removidas, possuíam.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Então, no que diz respeito ao atendimento da infraestrutura e serviços que as moradias anteriores possuíam (Figura 44), obteve-se o seguinte resultado: 33 moradores (73,3%) responderam que a moradia removida era atendida pela rede de água; 3 moradores (6,7%) responderam que a moradia tinha coleta de esgoto; 31 moradores (68,9%) responderam que a moradia tinha energia elétrica; 29 moradores (64,4%) responderam que tinham rede de telefonia móvel; 6 moradores (13,3%) responderam que tinham rede de telefonia fixa; 7 moradores (15,6%) responderam que tinham TV a cabo; 15 moradores (33,3%) responderam que tinham internet móvel; e, 7 moradores (15,6%) responderam que tinham internet fixa.

Por outro lado, na Figura 45, em relação à infraestrutura e serviços que os moradores possuem atualmente, verificou-se o seguinte resultado: 45 moradores (100%) responderam que a moradia atual é atendida pela rede de água; 44 moradores (97,8%) responderam que a moradia atual tem coleta de esgoto; 45 moradores (100%) responderam que a moradia atual tem energia elétrica; 41 moradores (91,1%) responderam que têm telefone móvel; 2 moradores (4,4%) responderam que têm telefone fixo; 5 moradores (11,1%) responderam que têm TV a cabo; 41 moradores (91,1%) responderam que têm internet móvel; e, 35 moradores (77,8%) responderam que têm internet fixa.

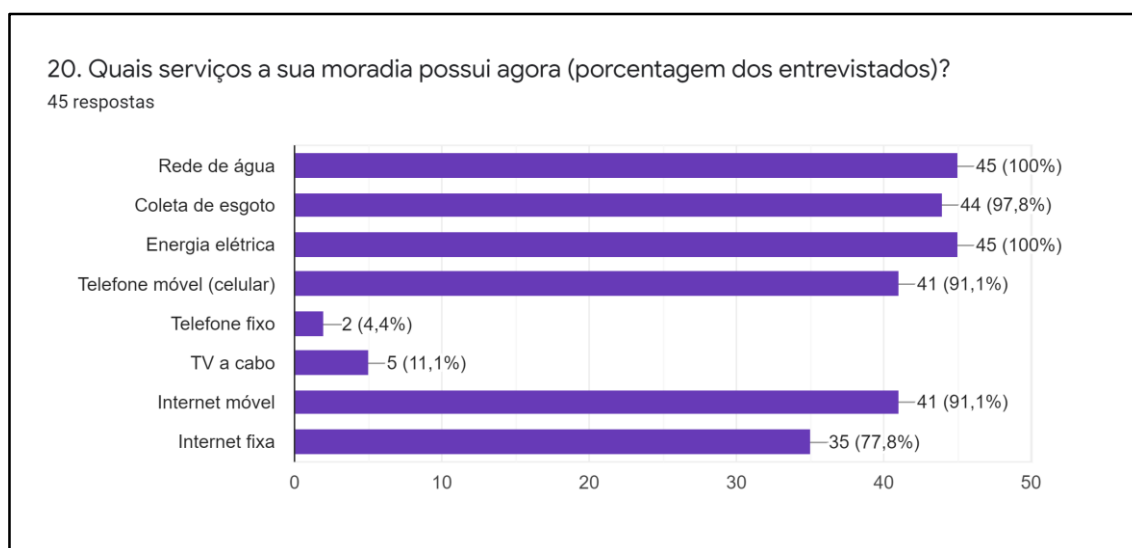


Figura 45: Serviços que as unidades habitacionais atuais possuem.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Dessa forma, ao se comparar as Figuras 44 e 45, foi expressivo o aumento dos serviços que as moradias atuais possuem em relação à anterior, removida, pois praticamente 100% dos domicílios passaram a ter rede de água, esgoto e energia elétrica; mais de 90% deles passaram a ter telefone e internet móvel; e, por outro lado, observa-se uma redução dos serviços de telefonia fixa e TV a cabo, podendo ser consequência de uma mudança cultural causada pela substituição destes por serviços equivalentes que são oferecidos via internet.

Na sequência, foi questionado aos moradores respondentes, se eles achavam que a infraestrutura da sua nova moradia melhorou em relação à anterior, conforme Figura 46.



Figura 46: Comparação entre a infraestrutura da moradia atual com a anterior, removida.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

E, em relação a comparação entre a moradia atual com a anterior, removida, a partir da Figura 46, verifica-se a impressionante marca de 100% de concordância dos moradores com a afirmação que a unidade habitacional recebida no processo de realocação das famílias removidas da área de risco é melhor atendida ao se considerar a infraestrutura urbana.

Segundo Bortoluci (2016), devido aos dilemas oriundos da articulação entre mercado imobiliário, Estado e movimentos sociais, os programas públicos de HIS acabam por desconsiderar, quase por completo, outras vertentes do direito à cidade, que vão além do acesso à moradia própria e, segundo este autor, a construção de habitação social deveria ir além das questões quantitativas, relacionadas ao “déficit habitacional”.

Desse modo, a partir do observado nas ações de Santana de Parnaíba, os resultados obtidos demonstram que houveram grandes avanços acerca das vertentes relacionadas às dimensões de serviços urbanos, que indicaram uma melhora qualitativa expressiva em relação à infraestrutura urbana.

Em contrapartida, também foram investigados, do ponto de vista dos moradores dos conjuntos habitacionais, os aspectos de mobilidade urbana e do transporte público. Dessa forma, a primeira pergunta realizada neste sentido, foi quanto aos principais meios de transporte dos moradores respondentes, conforme Figura 47.

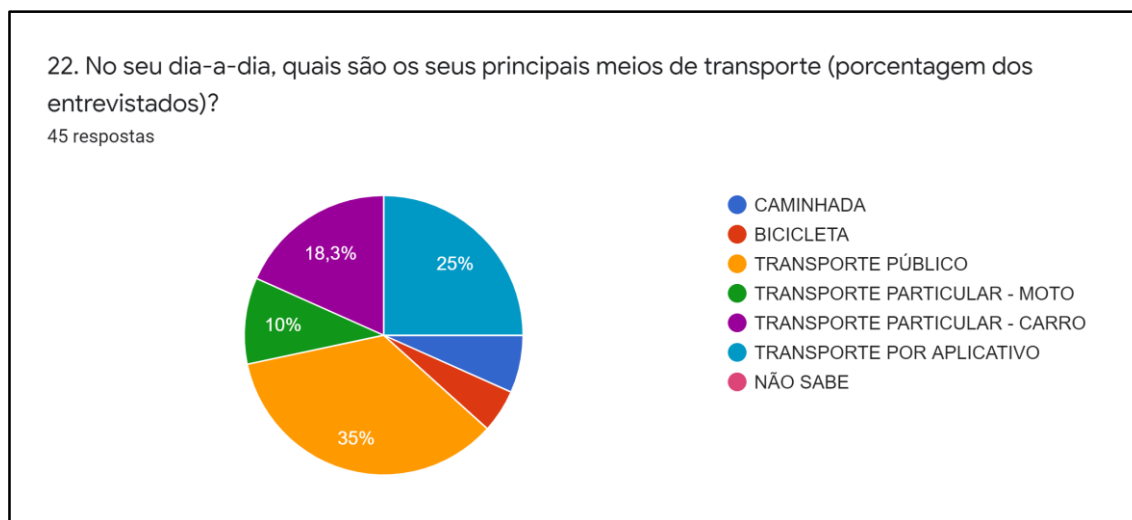


Figura 47: Principais meios de transporte dos moradores respondentes.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

No que diz respeito aos principais meios de transporte dos moradores respondentes, conforme Figura 47, obteve-se o seguinte resultado em ordem decrescente: 21 moradores (35%) responderam transporte público; 15 moradores (25%) responderam transporte por aplicativo; 11 moradores (18,3%) responderam transporte particular por carro; 6 moradores (10%) responderam transporte particular por moto; 4 moradores (6,7%) responderam caminhada; e, 3 moradores (5%) responderam bicicleta.

É importante ressaltar, que para essa pergunta foi dada a opção aos moradores de selecionar mais de uma alternativa, e a partir dos resultados obtidos, foi revelado que somente cerca de $\frac{1}{3}$ dos respondentes utilizam com frequência transporte público, no entanto, esse meio de transporte ainda é o principal entre todos os levantados.

E, em sequência, foi perguntado aos moradores dos conjuntos habitacionais a opinião dos moradores sobre o transporte público, conforme Figura 48.

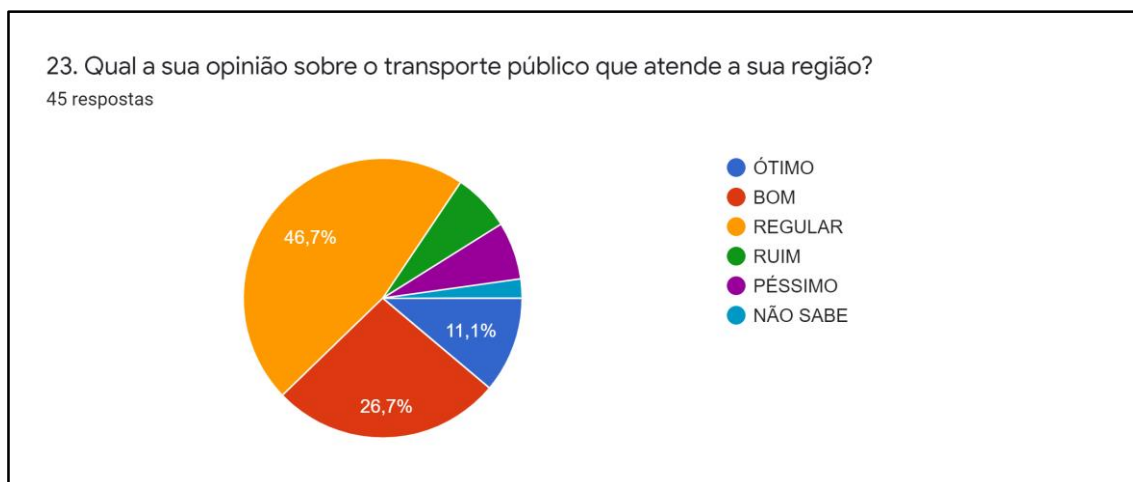


Figura 48: Opinião dos moradores sobre o transporte público.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

No que se refere à opinião dos moradores sobre o transporte público, presente na Figura 48, a maioria dos moradores considera o serviço regular, ruim ou péssimo, uma vez que 21 moradores (46,7%) consideram regular, 3 moradores (6,7%) consideram ruim e 3 moradores (6,7%) consideram péssimo. Por outro lado, 12 moradores (26,7%) consideram bom, 5 moradores (11,1%) consideram ótimo e 1 morador (2,2%) não soube opinar.

E, novamente, para se fazer uma comparação entre o cenário anterior e posterior às ações realizadas, foi perguntado aos moradores se eles achavam que o acesso ao transporte público melhorou em relação à situação anterior, conforme Figura 49.

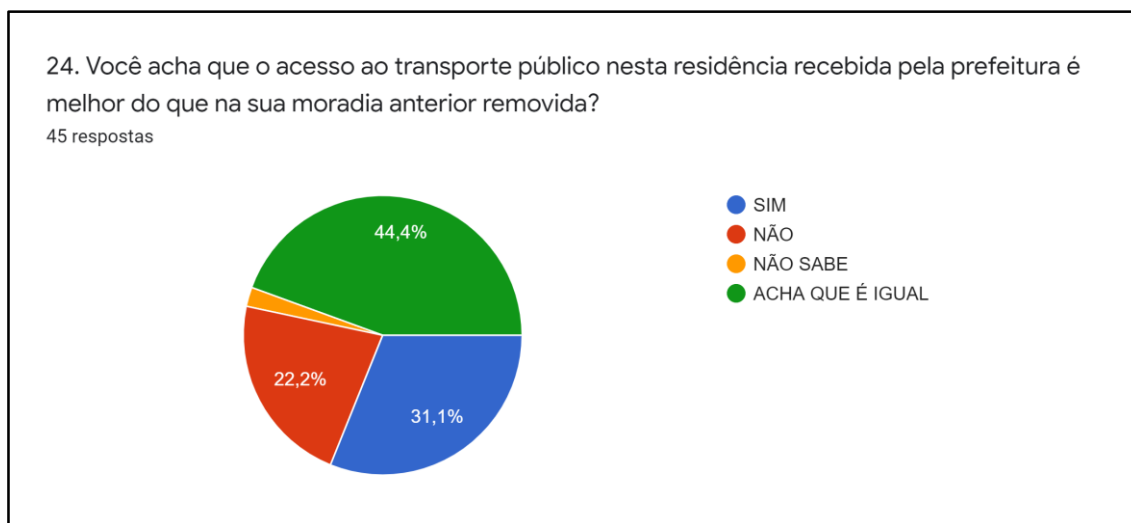


Figura 49: Comparação entre o acesso ao transporte público da moradia atual com a anterior, removida.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Como resultado da comparação entre o acesso ao transporte público da moradia atual com a anterior, removida, conforme a Figura 49, os respondentes tiveram a seguinte opinião: 20 moradores (44,4%) acham que o acesso ao transporte público é igual; 14 moradores (31,1%) acham a situação atual melhor que a anterior; 10 moradores (22,2%) acham a situação atual pior que a anterior; e, 1 morador (2,2%) não soube opinar.

Sendo assim, considerando-se as Figuras 48 e 49, nota-se que os serviços relacionados aos meios de transporte públicos não têm agradado a população dos conjuntos habitacionais e, neste sentido, diverge da opinião dos funcionários públicos E1, E2 e E3 que foram questionados sobre o que eles pensam sobre a acessibilidade do transporte público oferecido e se houve uma melhora nesta região analisada, segundo eles o transporte público eu acho que vem melhorando ao longo dos anos, que antigamente não tinha acessibilidade e atualmente tem e quase todos os ônibus têm sistemas de transporte adaptado, e que teve um programa de interligação e de melhoramento dessa malha viária no município.

O entrevistado E5 informou que esta região é muito bem atendida por causa das empresas e existe um terminal de ônibus que foi recém-inaugurado na frente da entrada do Vila Parque, no entanto, segundo E5 a rede de transporte municipal possui problemas de integração, como foi mencionado a seguir:

“Mas se você tiver que ir para outra região, por causa dessa descentralidade que tem na cidade, é muito difícil não ter que pagar duas passagens de ônibus. Eu perguntei para os engenheiros que estavam trabalhando nessa questão dos ônibus e me falaram que os terminais foram feitos para você pagar uma passagem só. Eles já foram inaugurados nas várias regiões do município, então nesses lugares as pessoas pagariam uma só passagem, mas não aconteceu ainda, não virou lei e política pública, e até hoje a gente está aguardando isso.

Outra pergunta direcionada aos funcionários públicos foi quanto ao sistema de transporte não motorizado nesta região e se há algum incentivo destas modalidades para a população dos conjuntos habitacionais construídos. Acerca desta perspectiva, as opiniões dos funcionários públicos não foram unânimes, uma vez que os entrevistados E4 e E5 não enxergaram incentivo para essa região. Para E4, as pessoas sempre têm uma grande locomoção para se chegar ao trabalho e essa região, por exemplo, poderia ter mais incentivos para o uso da bicicleta e esse é o mesmo ponto de vista do entrevistado E5, para ele há muitas pessoas que andam de bicicleta por uma necessidade econômica, mas para E5 no município eles não são incentivados, não apenas os moradores desta região.

Ainda no que tange esse assunto, os participantes E1, E2 e E3 citaram que o relevo acidentado do município, com muitos aclives e declives, dificulta bastante o sistema de transporte não motorizado, mas citaram que houve avanços para esse região como, por exemplo: o programa de construção e melhoria das calçadas; alguns trechos de ciclofaixas já executados próximo à divisa com o município de Cajamar; caminhadas incentivados por vereadores; e, a construção de parques públicos e de lazer, que incentivam as famílias a irem praticar corridas e caminhadas.

Segundo De Barros Cavalcanti (2017), os territórios da pobreza concentram uma forte combinação dos pontos de vista econômicos, físicos e sociais, que constituem os espaços dos pobres, nas cidades contemporâneas, e estes espaços, segundo esta autora, são caracterizados por um ciclo intergeracional de pobreza, gerado pelo enfraquecimento da confiança na mobilidade social, ao se considerar a localização periférica de conjuntos habitacionais, em áreas de difícil acesso, que penalizam os moradores com altos custos de transporte.

No entanto, o observado a partir da aplicação dos questionários com os moradores dos conjuntos habitacionais e das entrevistas com os funcionários públicos municipais, é que a localização das HIS não foi um problema encontrado nesta região periférica, especificamente, pois, trata-se do mesmo quadro verificado em outras regiões de Santana de Parnaíba, deste modo, em relação às vertentes relacionadas às dimensões de serviços e transporte, constatou-se que os resultados das intervenções urbanas, realizadas nos territórios da pobreza analisados, foram mais positivos que negativos.

4.3.5 Dimensões de tecnologia e informação

Nesta seção, o foco da investigação foi a respeito dos aspectos das dimensões de tecnologia e informação, levando-se em conta os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação [TICs], o acesso à internet e às informações públicas pelas vias digitais.

Segundo Morozov e Bria (2019), a dinâmica da cidade inteligente não precisa ser pautada por modelos voltados ao mercado, sendo que os esforços deveriam se voltar, por exemplo, a projetos pilotos de pequenas escalas, que permitissem a liberação de forças criativas de comunidades locais, abrangendo-se a participação popular de maneira a melhorar e impulsionar os serviços e as políticas públicas.

E, a partir desse direcionamento dado pelos autores Morozov e Bria (2019), esta seção teve como objetivo investigar os potenciais de contribuição destes aspectos, sob uma perspectiva menos pretensiosa, de maneira a verificar, inicialmente, a realidade dos moradores e, por outro lado, as forças criativas da gestão pública municipal.

Por este ângulo, a primeira pergunta realizada aos moradores dos conjuntos habitacionais, foi em relação ao qual tipo de acesso eles possuíam em sua moradia atual, conforme Figura 50.

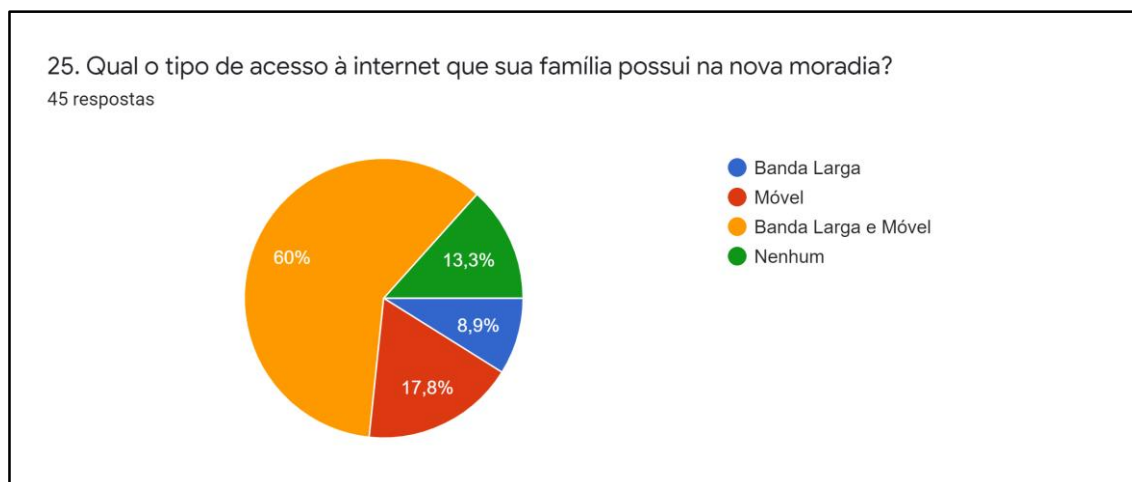


Figura 50: Infraestrutura do acesso à rede de internet pelos moradores respondentes.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

A partir da Figura 50, foi observado que, de acordo com a infraestrutura do acesso à rede de internet pelos moradores respondentes, 27 moradores (60%) utilizam banda larga e móvel, 8 moradores (17,8%) utilizam apenas internet móvel, 4 moradores (8,9%) utilizam apenas banda larga e 6 moradores (13,3%) responderam que não possuem acesso à internet.

E, para a realização de uma comparação entre o cenário anterior e posterior às ações realizadas, foi perguntado aos moradores dos conjuntos habitacionais qual era a infraestrutura do acesso à rede de internet da sua moradia anterior, que foi removida, conforme Figura 51.

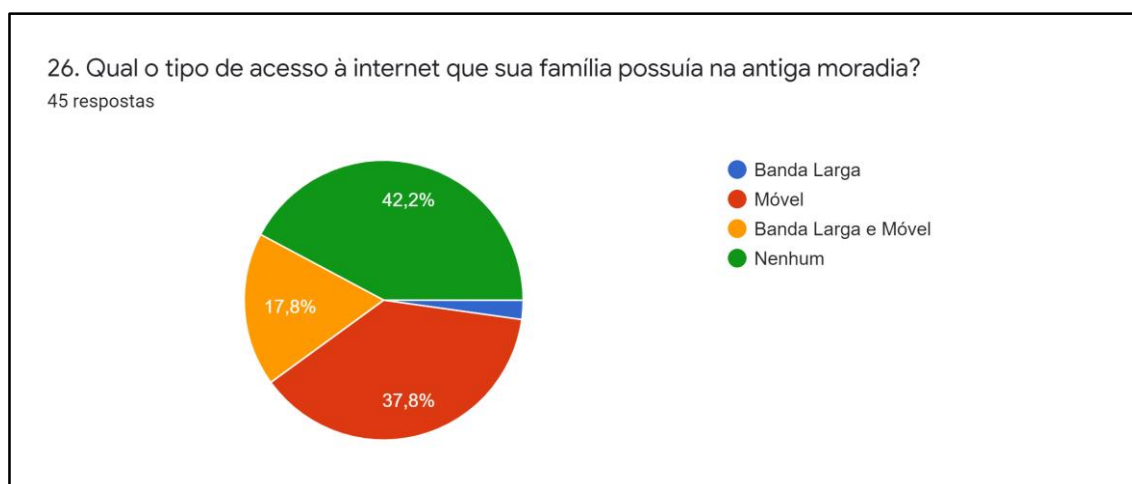


Figura 51: Infraestrutura do acesso à rede de internet na moradia anterior, removida.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Como observado na Figura 51, no que diz respeito ao questionamento realizado aos moradores dos conjuntos habitacionais acerca da infraestrutura do acesso à rede de internet da moradia anterior que foi removida, obteve-se como resultado: 19 moradores (42,2%) não tinham acesso à internet, 17 moradores (37,8%) tinham apenas internet móvel, 8 moradores (17,8%) tinham internet por banda larga e móvel, e 1 moradores (2,2%) respondeu que só tinha internet por banda larga.

Dessa forma, ao se comparar o resultado da situação de infraestrutura do acesso à rede de internet das HIS, antes das remoções e atualmente (Figuras 50 e 51), há uma melhora significativa nesse aspecto, uma vez que anteriormente apenas 37,8% dos domicílios tinham algum tipo de acesso à internet, e atualmente 86,7% dos domicílios possuem acesso à internet.

E, na sequência, conforme Figura 52, foi perguntado aos moradores se eles tinham interesse pela internet de banda larga na sua residência.

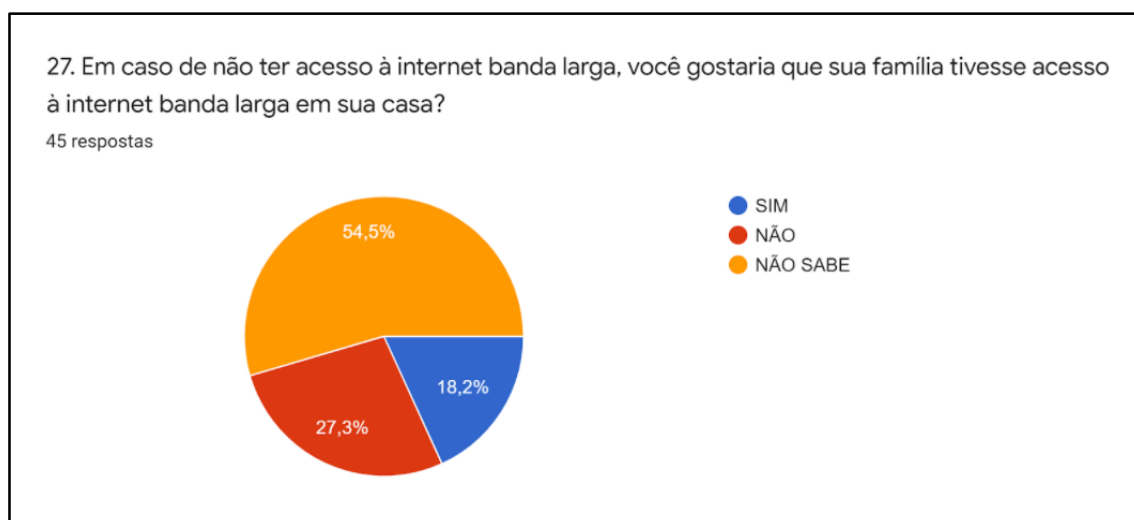


Figura 52: Interesse dos moradores por internet de banda larga na sua residência.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Quanto ao interesse dos moradores por internet de banda larga na sua residência (Figura 52), 25 respondentes (54,5%) não souberam opinar, 12 respondentes (27,3%) responderam que não possuem interesse e, a minoria, 8 respondentes (18,2%) responderam que têm interesse.

No entanto, é preciso ratificar que, conforme Figura 50, 68,9% dos respondentes já possuem banda larga em sua moradia, dessa forma, há a pendência de uma alternativa neste sentido e o resultado ficou prejudicado.

E, novamente com respeito à comparação entre o cenário anterior e posterior às ações realizadas, foi questionado aos moradores dos conjuntos habitacionais, se eles acham que o acesso à internet na nova moradia é melhor que na moradia anterior, que foi removida, conforme Figura 53.

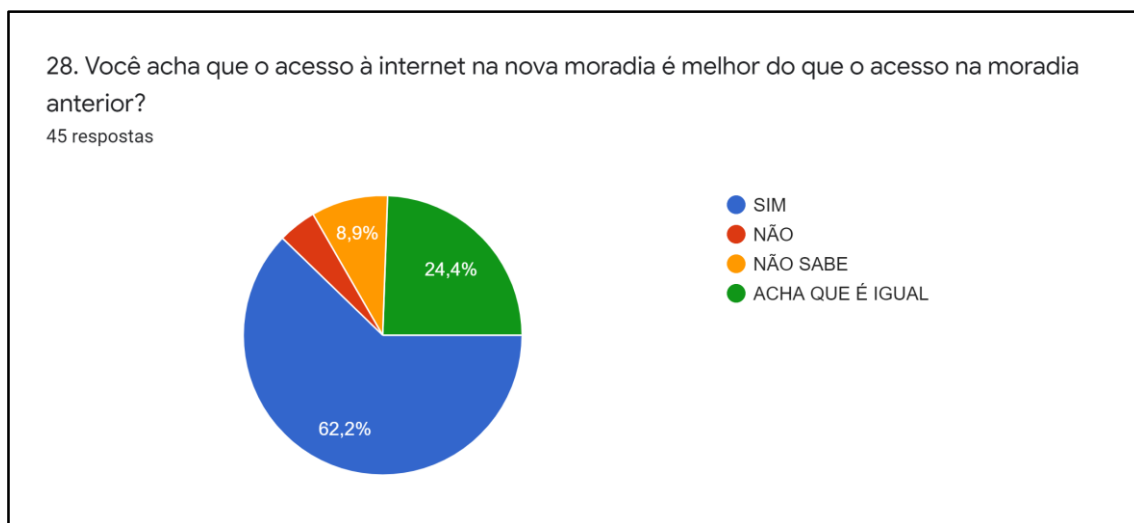


Figura 53: Comparação entre o acesso à internet da moradia atual com a anterior, removida.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Desse modo, ao se comparar o acesso à internet da moradia atual com a anterior, removida, conforme Figura 53, verificou-se o seguinte resultado: 28 moradores (62,2%) dos moradores responderam que o acesso melhorou; 11 moradores (24,4%) acham que o acesso é igual; 4 moradores (8,9%) não souberam responder; e, 2 moradores (4,4%) responderam que o acesso anterior era melhor que o atual. E, outro aspecto analisado, foi sobre a opinião dos moradores sobre a velocidade da internet atual, conforme Figura 54.

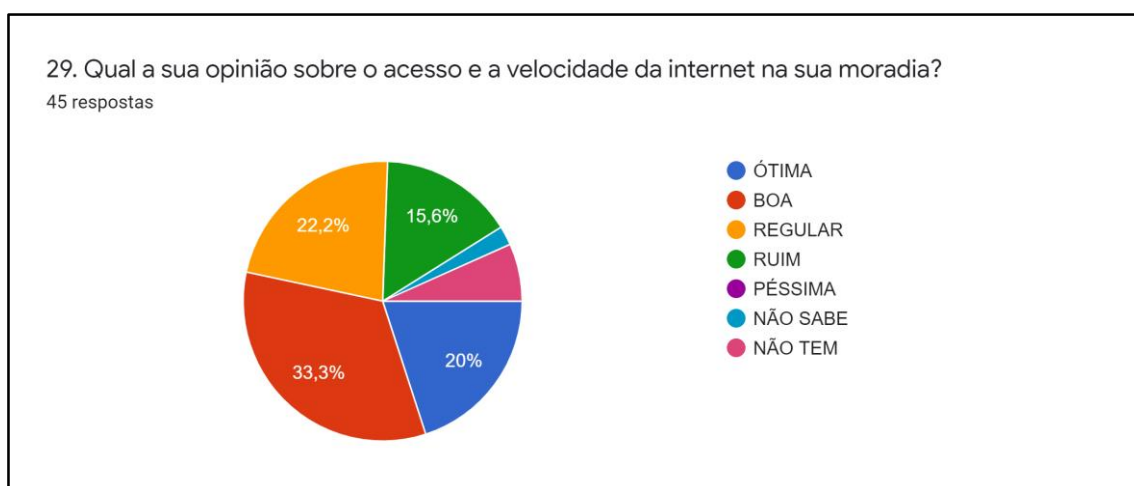


Figura 54: Opinião dos moradores sobre a velocidade da internet na sua moradia.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

No que se refere a opinião dos moradores sobre a velocidade da internet na sua moradia, de acordo com a Figura 54, obteve-se o seguinte resultado: 15 moradores (33,3%) acham que a velocidade é boa; 10 moradores (22,2%) acham que a velocidade é regular; 9 moradores (20%) acham que a velocidade é ótima; 7 moradores (15,6%) acham que a velocidade é ruim; 3 moradores (6,7%) responderam que não têm internet em sua residência; e, 1 morador (2,2%) não soube responder.

Ou seja, segundo este aspecto, não há consenso entre os moradores sobre a qualidade da velocidade da internet. Estes dados revelam que o acesso à internet é desigual no atendimento das unidades habitacionais.

Com o intuito de se aprofundar nos diversos usos que atualmente são proporcionados pelos avanços dos equipamentos que utilizam de Tecnologias da Informação e Comunicação [TICs], foi perguntado aos moradores quais equipamentos com acesso à internet eles possuíam nas suas moradias, conforme Figura 55.

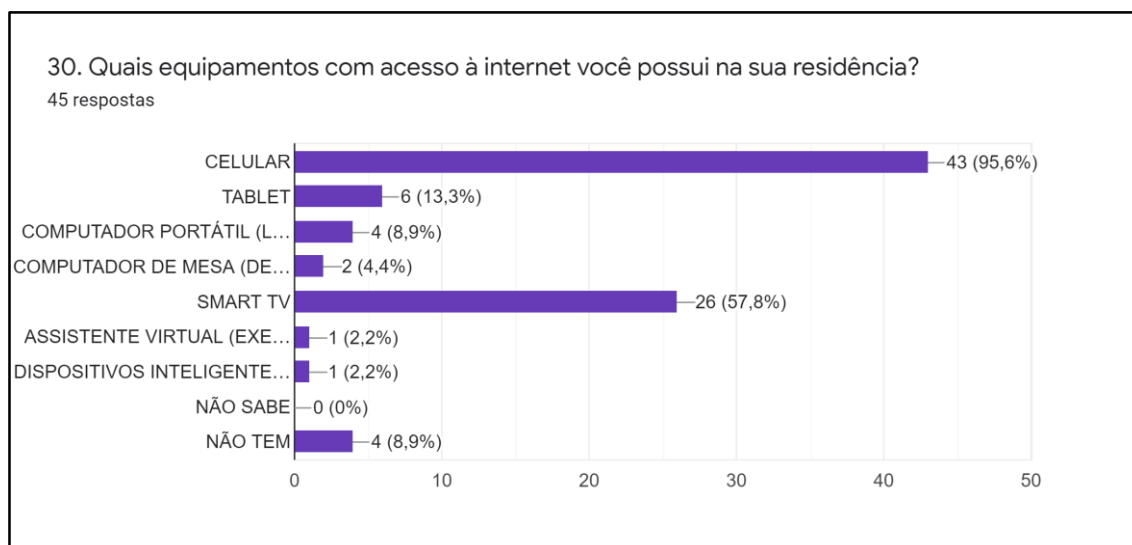


Figura 55: Relação de equipamentos com acesso à internet nas unidades habitacionais.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Desse modo, de acordo com a Figura 55, foi realizado um levantamento acerca de quais equipamentos os entrevistados possuíam com acesso à internet nas unidades habitacionais, tendo-se o seguinte resultado, em ordem decrescente: 43 moradores (95,6%) possuem celular; 25 moradores (57,8%) possuem *Smart TV*; 6 moradores (13,3%) possuem *tablet*; 4 moradores (8,9%) possuem computador portátil (*laptop/notebook*); 4 moradores (8,9%) não possuem nenhum equipamento; 2 moradores (4,4%) possuem computador de mesa (*desktop*); 1 morador (2,2%) possui assistente virtual (exemplo Alexa e Cortana); 1 morador (2,2%) possui dispositivo inteligente (neste caso, um *vídeo-game* com acesso a internet); e, todos souberam responder.

Uma observação interessante, dada a partir da Figura 55, é que o número de moradores que possuem computadores (portáteis ou de mesa) é muito baixo, abarca somente 13,3% da realidade dos respondentes. Esse resultado reforça a desigualdade financeira observada na seção das dimensões econômicas, que indicou a manutenção destas famílias no cenário de baixa renda, mesmo após intervenções urbanas realizadas.

Na sequência, buscou-se compreender um pouco mais sobre o acesso às informações públicas, a partir da percepção dos moradores. Por exemplo, a partir do questionamento se eles já fizeram alguma solicitação à prefeitura pela internet, conforme Figura 56.

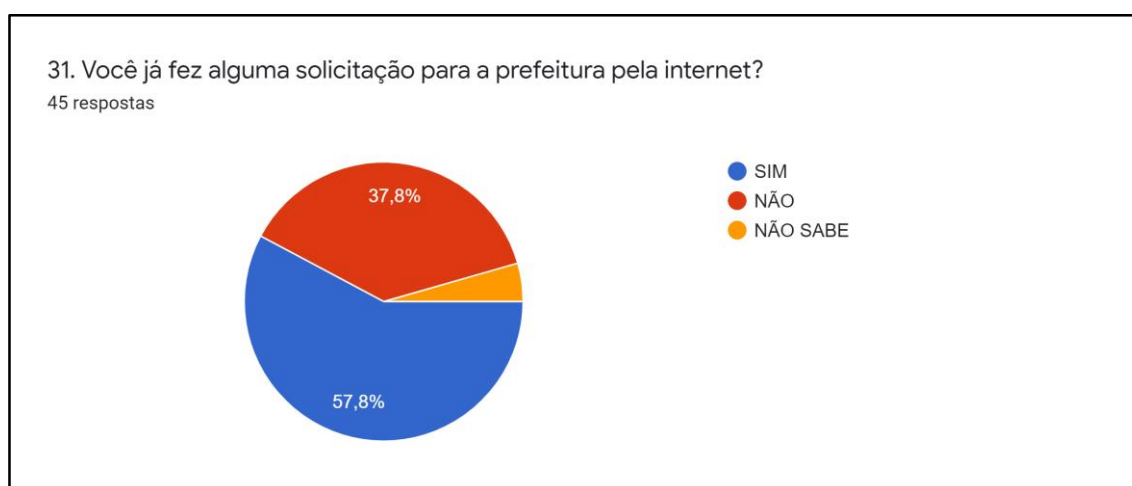


Figura 56: Taxa de moradores que já fizeram alguma solicitação à prefeitura pela internet.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

E, no que concerne à taxa de moradores que já fizeram alguma solicitação à prefeitura pela internet, conforme Figura 56, foi averiguado a seguinte situação: 26 moradores (57,8%) já fizeram alguma solicitação à prefeitura pela internet; 17 moradores (37,8%) responderam que não; e, 2 moradores (4,4%) não souberam responder.

Em complementação, a última pergunta feita aos moradores dos conjuntos habitacionais, sobre os aspectos das dimensões de tecnologia e informação, foi se eles utilizavam a internet para acompanhar as notícias sobre a cidade de Santana de Parnaíba, feitas pelos canais oficiais da prefeitura, considerando-se as redes sociais, imprensa oficial, página eletrônica, etc., conforme Figura 57.

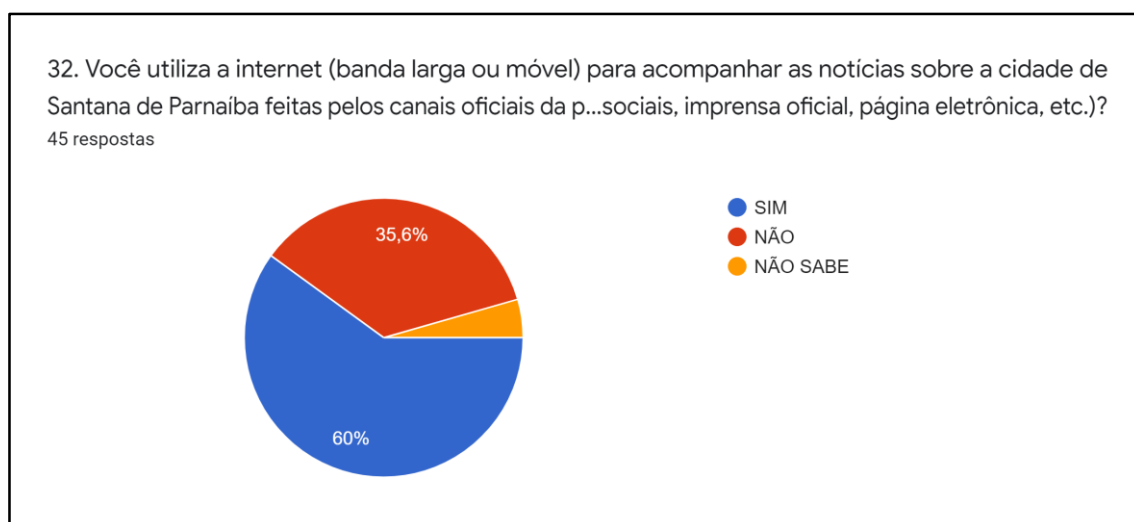


Figura 57: Taxa de moradores que acompanham as notícias da prefeitura pela internet.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

De acordo com a Figura 57, sobre a taxa de moradores que acompanham as notícias da prefeitura pela internet, obteve-se o seguinte resultado: 27 moradores (60%) responderam que sim; 16 moradores (35,6%) responderam que não; e, 2 moradores (4,4%) não souberam responder.

Desse modo, conforme Figuras 56 e 57, foi observado que mais da metade dos moradores respondentes utilizam a internet para contatar o serviço público e acompanhar as notícias sobre a cidade de Santana de Parnaíba, indicando um resultado em torno de 60%. Sendo assim, estes resultados obtidos demonstram que há avanços neste setor, mas, por outro lado, também apontam uma forte desigualdade econômica a ser enfrentada.

Quanto às entrevistas com os funcionários públicos, foi perguntado a eles como é feito o monitoramento das áreas da região periférica analisada, e qual a opinião deles levando-se em consideração os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação [TICs]. E, entre os entrevistados, o participante E2 foi quem demonstrou maior domínio sobre este assunto, segundo ele:

“Nós temos monitoramento da Guarda Municipal e da Defesa Civil. O monitoramento da Guarda é bem extenso, eles são colocados nos lugares de maior incidência de risco de assalto e tem câmeras nos principais lugares, e algumas câmeras ajudam até no monitoramento das áreas verdes da região. E a gente tem vários programas para previsão de chuva, e o que eu mais usamos atualmente é o “Windy”, que é um site americano. Eu acho que houve um avanço muito grande também pelo uso dos celulares, que deixou mais fácil o nosso trabalho. Com a tecnologia nós temos mais agilidade, por exemplo, com o uso de um sistema do *Google* chamado “*Open Data Kit [ODK]*”, que é um sistema de formulários online para coleta de dados, que padronizou nossos relatórios e ele permite fazer vários formulários na palma da mão”.

Outros avanços tecnológicos citados pelos demais entrevistados, E1, E3, E4 e E5, para o monitoramento das áreas desta região foram: a ferramenta online de georreferenciamento e de banco de dados da prefeitura chamado Geopixel Cidades; grupos de *whatsapp*; o Sistema Detecta de videomonitoramento do trânsito; e, a utilização de drones.

Também foi perguntado aos funcionários públicos acerca da opinião deles a respeito do acesso à internet por parte da população desta região e se há planos de ampliação desse acesso, assim como, da velocidade da internet. E, com relação a esses questionamentos, o entrevistado E2 disse que não tem conhecimento sobre esse assunto, mas que antigamente não tinha nenhum acesso e hoje qualquer terminal rodoviário possui acesso ao *wifi* gratuito.

Do ponto de vista do participante E3, os moradores têm muita dificuldade de acessar informações simples, ao considerar o seu conhecimento da população e que nas praças digitais, devido à quantidade de gente conectada, a conexão fica muito instável e a velocidade não é boa. Essa opinião é convergente a do participante E5, que informou o seguinte:

“Eu acho que essas internets gratuitas são muito ruins, de um modo geral em todos os lugares. Você não consegue baixar nada, eu acho que no Brasil inteiro a internet gratuita é péssima. É muito difícil de acessar as páginas no nosso país, eu tenho muita dificuldade de olhar algumas páginas, eu que sou uma pessoa que tem formação, agora imagina uma pessoa simples ter que procurar essas informações”.

No entanto, o entrevistado E5 apontou que com a pandemia do *Covid-19*, nos últimos dois anos, o acesso e uso da internet avançou e quebrou paradigmas e que, de acordo com ele, agora estamos prontos para avançar ainda mais.

Uma última pergunta feita aos funcionários públicos, dentro dos aspectos das dimensões de tecnologia e informação, foi se há nessa região tecnologias para prevenir o crime (vigilância online) e se existe algum plano municipal a esse respeito. E, sobre esse aspecto, E1 citou novamente o Sistema Detecta, feito através de câmeras espalhadas pela cidade para monitoramento do trânsito e radar. O entrevistado E2 também citou o Sistema Detecta e apontou a utilização de grupos de aplicativos, como informou a seguir:

“Na Defesa Civil tem o “NUDEC [Núcleo Comunitário de Defesa Civil]”, que é um grupo de *Whatsapp* que tem vários participantes dos bairros, por ele a população consegue acionar os funcionários e vereadores e consegue passar para nós a informações rapidamente, ele está em todas as regiões do município, para participar tem que ser morador de Parnaíba, e para participar também houve algumas palestras há alguns anos atrás, mas por causa da pandemia a gente parou”.

Os demais entrevistados, E3, E4 e E5, também apontaram o monitoramento da cidade por câmeras como a principal tecnologia para prevenir o crime, demonstrando que essa foi a principal recorrência encontrada na fala dos entrevistados. Uma observação indicada pelo participante E4, foi a informação que Santana de Parnaíba é a segunda cidade mais segura do Brasil, conforme o que é divulgado em 2021 pela prefeitura com base no ranking *Connected Smart Cities*, que é divulgado pela empresa de consultoria chamada *Urban Systems*.

Conforme demonstrado pelos funcionários públicos entrevistados, os avanços tecnológicos, no que se refere à gestão dos territórios periféricos analisados, foram mais significativos em relação às melhorias deste segmento no cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais. Dessa maneira, os resultados foram positivos, mas poderiam ser melhorados em ações futuras, a partir de um planejamento urbano de médio e longo prazo.

Segundo Morozov e Bria (2019), os autores indicam que o desafio colocado é transpassar o capitalismo de vigilância, para um sistema que seja capaz de compartilhar dados e de testar novas formas de inovação social e cooperação, de maneira a repensar modelos econômicos e sustentáveis, transcendendo a lógica da especulação e da extração de rentabilidade. Neste sentido, o trato do poder público com áreas periféricas tem um longo caminho pela frente, ao se considerar as ferramentas digitais de participação e engajamento das populações de baixa renda, não apenas em Santana de Parnaíba, mas no Brasil, de maneira geral.

4.3.6 Dimensões ambientais

O recorte de análise desta seção está focado nos aspectos das dimensões ambientais, que em um primeiro momento foi direcionada às questões de reciclagem, da preservação do meio ambiente, das áreas verdes, dos cursos d'água e áreas de lazer, de acordo com os moradores dos conjuntos habitacionais e, em um segundo momento, da percepção dos funcionários públicos municipais acerca do das remoções das famílias das Áreas de Preservação Permanente (APP), das obras hídricas, dos resíduos sólidos as perspectivas no âmbito ambiental nesta região periférica abrangida.

Dessa maneira, inicialmente, foi perguntado aos moradores dos conjuntos habitacionais se na moradia deles é feita a separação do lixo para reciclagem, conforme Figura 58.

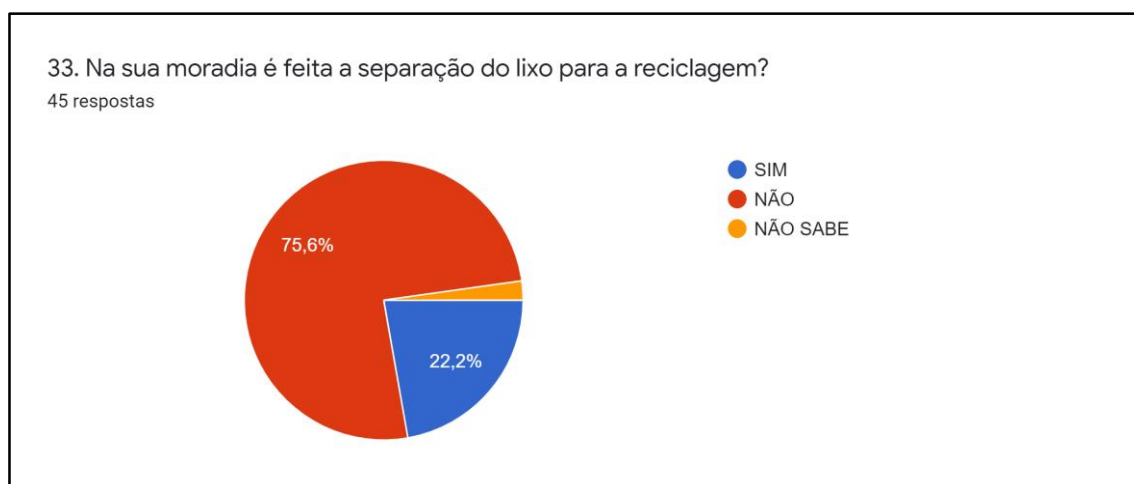


Figura 58: Taxa de moradores que fazem a separação do lixo para reciclagem.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

E, com base no questionamento sobre a separação do lixo para reciclagem, conforme Figura 58, chegou-se ao resultado de que a maioria deles não fazem, pois 34 moradores (75,6%) responderam que em seu domicílio não há divisão do lixo com esta finalidade, somente 10 moradores (22,2%) responderam que fazem e 1 morador (2,2%) não soube responder. Na sequência, para contrastar com a resposta anterior, foi perguntado aos moradores se eles acham importante a realização da reciclagem, conforme Figura 59.

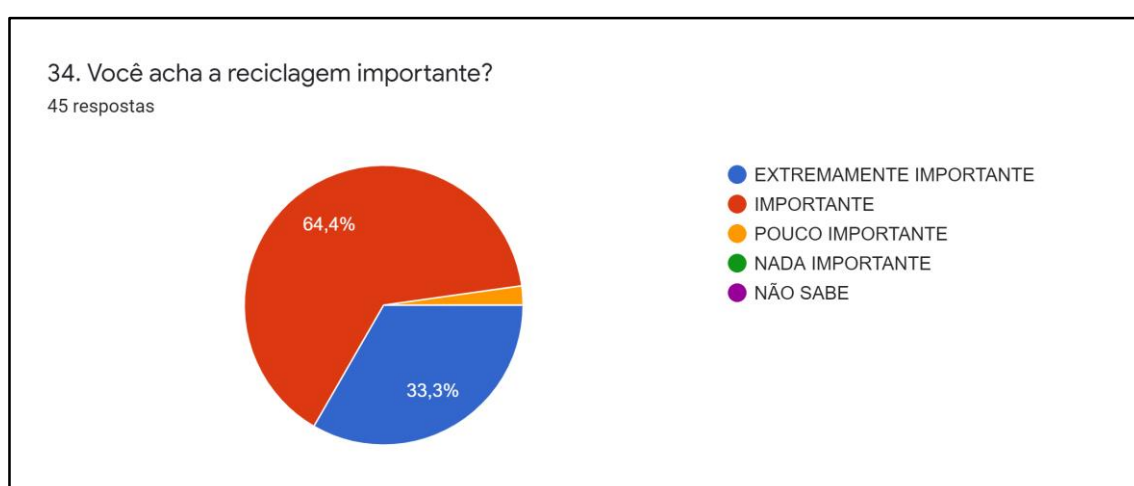


Figura 59: Avaliação dos moradores sobre a importância da reciclagem.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Em contraponto, ao indagar os moradores sobre a avaliação deles sobre a importância da reciclagem (Figura 59), o resultado indicou que 29 moradores (64,4%) consideram uma ação importante e 15 moradores (33,3%) consideram muito importante, e novamente 1 morador (2,2%) não soube opinar.

Dessa forma, esse resultado indica que a prefeitura poderia ter incentivado mais a reciclagem entre as ações realizadas, por exemplo, prevendo a implantação de ecopontos próximos aos conjuntos habitacionais, uma vez que muitos 97,7% moradores respondentes acham essa questão importante ou muito importante.

A seguir, de maneira a realizar uma comparação entre o cenário anterior e posterior às ações realizadas, foi questionado aos moradores dos conjuntos habitacionais, se eles acham que a moradia atual contribui mais à preservação do meio ambiente que na moradia anterior, que foi removida, conforme Figura 60.



Figura 60: Contribuição da preservação do meio ambiente da moradia atual em comparação com a anterior.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Sendo assim, a partir da Figura 60, foi verificado que 38 moradores (84,4%) consideram que a moradia atual contribui mais com a preservação do meio ambiente, 5 moradores (11,1%) não souberam responder e somente 2 moradores (4,4%) responderam que a moradia anterior, removida, preservava mais o meio ambiente. Esse resultado demonstra que há uma avaliação positiva dos moradores às ações de remoção realizadas, em relação à preservação do meio ambiente, esse fator é interessante ao observar que muitas famílias ocupavam irregularmente às Áreas de Preservação Permanente, como analisado na seção 4.2.3, referente ao processo das intervenções urbanas analisadas.

Em complementação, foi perguntado aos moradores sobre a avaliação deles acerca da importância da preservação das áreas verdes do bairro, conforme Figura 61.

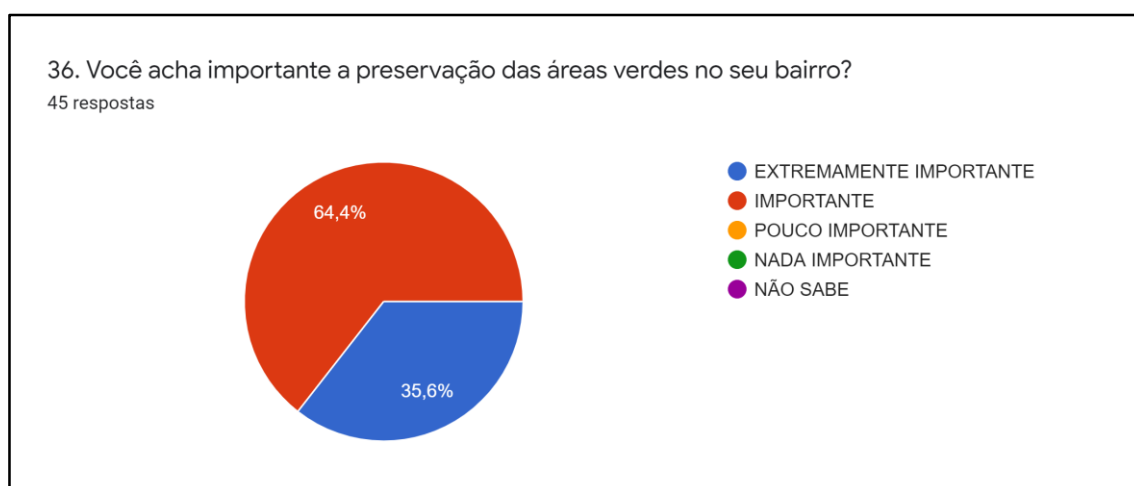


Figura 61: Avaliação dos moradores sobre a importância de preservação das áreas verdes do bairro.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Então, de acordo com a Figura 61, chegou-se ao resultado de que 29 moradores (64,4%) acham que é importante a preservação das áreas verdes do bairro, e 16 moradores (35,6%) acham extremamente importante. Esse resultado demonstra, novamente, que há uma avaliação positiva dos moradores no que se refere às ações relacionadas com a preservação do meio ambiente.

Além disso, foi feito um questionamento semelhante com referência à avaliação dos moradores sobre a importância de preservação dos cursos d'águas do bairro, conforme Figura 62.

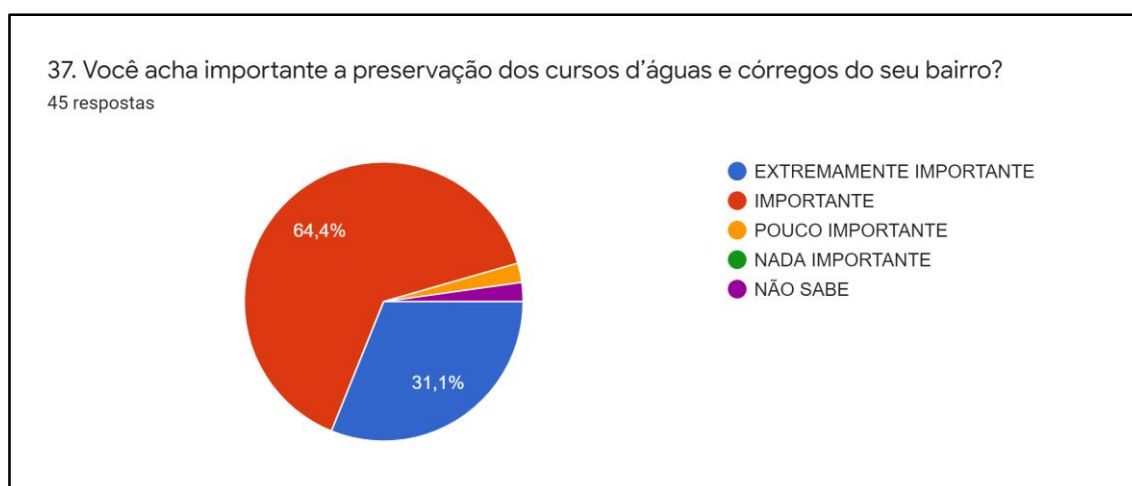


Figura 62: Avaliação dos moradores sobre a importância de preservação dos cursos d'águas do bairro.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

Outra vez, segundo a Figura 62, foi obtido um coeso aos anteriores, pois, a partir da avaliação sobre os cursos d'águas do bairro, 29 moradores (64,4%) dos conjuntos habitacionais consideram a preservação dos rios e córregos importante, 14 moradores (31,1%) acham extremamente importante, no entanto, 1 morador (2,2%) acha essa questão pouco importante e 1 morador (2,2%) não soube avaliar.

Ou seja, levando-se em conta o resultado presente nas Figuras 61 e 62, é possível concluir que a maioria dos moradores dos conjuntos habitacionais consideram importante a preservação das áreas verdes e dos cursos d'águas, desse modo, essa informação indica que as questões ambientais poderiam ser mais exploradas nas ações do poder público em ações futuras do poder público municipal.

Por último, foi perguntado aos moradores das Habitações de Interesse Social [HIS], sobre a importância que eles dão à existência de áreas de lazer no bairro, conforme Figura 63.



Figura 63: Avaliação dos moradores sobre a importância da existência de áreas de lazer no bairro.

Fonte: Elaboração própria pela plataforma *Google Forms*.

E, conforme Figura 63, no que diz respeito à avaliação dos moradores sobre a importância de áreas de lazer no bairro, novamente foi verificado que existe um grande interesse no assunto por parte dos respondentes, uma vez que 28 moradores (62,2%) consideram que essa questão é importante, 16 moradores (35,6%) acham extremamente que é importante, e somente 1 morador (2,2%) considera essa demanda pouco importante.

Para a realização de um contraponto, ainda do ponto de vista ambiental, foi questionado aos funcionários públicos a opinião deles em relação às ações de remoções das famílias das Áreas de Preservação Permanente (APP) e das obras hídricas realizadas no entorno do Vila Parque, uma vez mais houve uma forte recorrência das opiniões encontradas nas falas dos entrevistados, pois todos, E1, E2, E3, E4 e E5, concordam que as remoções foram necessárias para evitar uma maior degradação das áreas em questão. O entrevistado E4 foi mais específico e relacionou essas intervenções urbanas com a questão do saneamento básico, fazendo o seguinte apontamento:

“E tem a questão do esgoto, porque as famílias lançavam o esgoto direto no córrego, sem tratamento nenhum, então já tirou uma grande parte da contaminação que tem. E as obras de sistema hídrico realizadas ajudaram ainda mais a ter o direcionamento correto, a melhorar o meio ambiente e o entorno, na questão de odor, de transmissão de doenças e de qualidade de vida para as pessoas”.

O participante E5 também mencionou a questão da rede de esgoto, pois segundo ele a remoção das pessoas não é suficiente para preservação ambiental, sendo necessários a implantação do sistema de esgotamento e a drenagem adequada. E estas respostas possuem ligação com outra pergunta realizada aos funcionários públicos sobre a percepção deles se tem havido uma melhora no tratamento dos resíduos sólidos nesta região e, para esse questionamento, E4 complementou da seguinte forma:

“Eu tenho visto bastante avanço das obras da Sabesp, inclusive lá na Rua da Fartura eles estão finalizando a rede agora, esse mês. Então eu acredito que está avançando, não diria que está muito rápido, mas eu estou conseguindo ver avançar, vejo que está funcionando, pelo menos a rede de esgoto está expandindo no município”.

É importante ressaltar que inicialmente os conjuntos habitacionais foram construídos com rede de esgoto ligadas às pequenas Estações de Tratamentos de Esgotos [ETE], no entanto, com as obras mencionadas de implantação de rede de coleta e tratamento de esgoto realizada pela Sabesp, todas as ocupações da região poderão se conectar à rede.

Ainda sobre a questão dos resíduos sólidos, o entrevistado E5 apontou que o município tem sido muito rígido com a fiscalização e aplicação das leis ambientais, conforme relatou a seguir:

“Eu vi uma situação de um senhor que estava fazendo depósito indevido de lixo de construção, tentando camuflar com terra em cima, e a prefeitura foi lá e embargou a obra deste senhor, notificou ele e aplicou a multa. Então a legislação é muito séria e a população precisa muito saber sobre o descarte correto. Eu vejo esses descartes na beira de córrego que são feitos pelas próprias pessoas que moram no bairro. Então precisava ter uma educação melhor para as pessoas que contaminam o solo da própria área em que moram. Eu acho que a prefeitura sozinha não dará conta de fazer isso, é preciso ter uma participação popular”.

Essa avaliação do participante E5 corrobora com a análise das questões de qualidade de vida e serviços sustentáveis, ao sugerir que deveria haver mais participação popular e educação ambiental, em paralelo às intervenções urbanas de realocação das famílias removidas de áreas de riscos ambientais. Em complementação, o entrevistado E1 também reforçou a necessidade de educação ambiental, que o poder público deveria incentivar mais a reciclagem, a compostagem e o plantio nas áreas verdes.

Por último, foi perguntado aos participantes sobre as suas perspectivas em relação às melhorias e planos de curto, médio e longo prazos, no âmbito ambiental e dos serviços sustentáveis dos territórios periféricos analisados. Sobre este assunto, E1 mencionou que estas questões fazem parte do Plano Municipal de Saneamento, que foi finalizado recentemente pela municipalidade, mas que para essa região analisada as áreas verdes precisam ser melhoradas ao longo do tempo. Em contrapartida, o participante E2 não se mostrou otimista, conforme relatou a seguir:

"Não querendo desmotivar, mas eu não vejo boas previsões. Isso porque a população tem que mudar muito a sua cultura, e a gestão do município tem que investir bastante para que eles entendam mais sobre educação ambiental, é preciso mostrar a importância do meio ambiente, para que eles deem mais valor, pois são poucas pessoas que se importam, infelizmente, e elas acabam sendo engolidas pela massa maior"

No entanto, o entrevistado E5 foi mais confiante em relação a sua perspectiva sobre as melhorias no âmbito ambiental e dos serviços sustentáveis, conforme exposto a seguir:

"Eu acho que o município está bem empenhado, está trazendo visibilidade à sustentabilidade, porque a gente tem trabalhado por exemplo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS], e foi a primeira cidade do Brasil a fazer um relatório para a ONU. Eu vejo pequenas iniciativas que mostram que a gente tem interesse em melhorias, em estar bem ranqueado. E pelo menos hoje é bem visto as ações sustentáveis".

Para terminar, é interessante fazer um paralelo do ponto de vista do entrevistado E5 com os resultados obtidos a partir da aplicação de questionário com os moradores dos conjuntos habitacionais, pois esses resultados demonstram que as ações sustentáveis da prefeitura de Santana de Parnaíba têm sido bem recebidas pela população e que, por exemplo, os moradores das habitações populares consideram importante a existência de áreas de lazer, a preservação das áreas verdes e cursos d'águas.

Uma sugestão dada pelo entrevistado E3, para essa dissertação, foi que os projetos habitacionais poderiam trabalhar mais a questão de melhoria energética das Habitações de Interesse Social [HIS], de maneira a melhorar o conforto ambiental das unidades e aumentar a economia na conta de energia dos moradores, pois, segundo ele, essas questões não foram trabalhadas em Santana de Parnaíba.

Por fim, segundo Esdras (2012), ocupações de favelas localizadas em área de preservação permanente potencializam a degradação ambiental, a partir da supressão da vegetação ripária, do despejo de esgoto doméstico e de lixo no curso da água, e aumentam a possibilidade de enchentes, o que traz perdas materiais para os moradores, bem como coloca em risco a saúde da população desse tipo de moradia. E, a partir das entrevistas com os funcionários públicos do município, apresentadas nesta seção, é possível afirmar que a situação dos moradores de Santana de Parnaíba, antes das remoções realizadas, era semelhante à situação apontada pelo autor Esdras (2012), para descrever o risco ambiental das favelas de Montes Claros/MG. Desse modo, conclui-se que as ações realizadas em Santana de Parnaíba foram muito positivas e trouxeram melhorias ambientais para toda a região periférica analisada.

4.3.7 Síntese dos domínios temáticos da sustentabilidade urbana

Em relação aos aspectos das dimensões sociais e de habitação, observou-se que as práticas das intervenções urbanas realizadas na periferia de Santana de Parnaíba foram muito positivas, uma vez que na comparação entre o cenário anterior e posterior às ações realizadas, mais de 90% dos moradores respondentes consideram que a atual habitação é mais salubre, saudável e segura que a anterior, que foi removida. E essa validação reitera a avaliação positiva dada pelos funcionários públicos acerca das remoções realizadas no entorno do Vila Parque, visto que, eles consideram que a realocação para as casas populares deram mais valor e mais dignidade às famílias, pois elas receberam uma casa estruturada, sem a incidência dos riscos de inundação e soterramento.

No que se refere às questões das dimensões políticas e de participação popular, verificou-se que a avaliação destes aspectos são medianos, pois mesmo com os resultados positivos de que a maioria dos ocupantes (acima de 70%) dos conjuntos habitacionais tem uma boa relação entre eles e tem um sentimento de pertencimento à comunidade, por outro lado, foi apontado que apenas em torno de 50% dos moradores consideraram o governo municipal transparente, durante o processo realizado. E, em consonância, os funcionários públicos tiveram esta mesma percepção, dado que para eles as famílias foram ouvidas no processo de remoção e realocação e foi exposto a eles as ações que iriam ser tomadas, no entanto, eles convergiram no entendimento de que não existem estímulos aos debates locais e que não há um plano nítido de planejamento urbano a longo prazo para essa região.

Com respeito às informações das dimensões econômicas, acredita-se que as contribuições das intervenções urbanas realizadas neste sentido foram mais deficitárias, em relação às demais. Isto porque, embora exista uma melhora econômica desta região a partir do olhar dos funcionários públicos, que indicaram haver um crescimento baseado na ampliação do acesso, infraestrutura, serviços e valorização imobiliária, em contrapartida, não se pode afirmar que houve uma melhora econômica expressiva às famílias dos conjuntos habitacionais, em comparação à situação anterior às remoções. Essa avaliação é dada a partir do alto índice de desempregados e a baixa renda familiar dos moradores respondentes. No entanto, é importante ressaltar que esse cenário não é particular desta região periférica de Santana de Parnaíba, pois esta realidade está relacionada à escala do Brasil, ao se considerar as vulnerabilidades das populações de menor poder aquisitivo em uma dimensão nacional, de um quadro de desigualdade econômica.

Acerca das vertentes relacionadas às dimensões de serviços e transporte, constatou-se que os resultados das intervenções urbanas foram mais positivos que negativos. O aspecto negativo levantado foi em relação aos meios de transporte públicos que não têm agradado a população dos conjuntos habitacionais, pois 46,7% dos moradores consideram o serviço regular, ruim ou péssimo e, neste sentido, essa avaliação diverge da opinião dos funcionários públicos, que citaram que para essa região houve muitos avanços à mobilidade e, principalmente, à acessibilidade do transporte público. Por outro lado, foi expressivo o aumento dos serviços prestados às moradias populares após o reassentamento, uma vez que praticamente 100% dos domicílios passaram a ter rede de água, esgoto e energia elétrica e mais de 90% dos moradores passaram a ter telefone e internet. Ademais, verificou-se a impressionante marca de 100% de concordância dos moradores com a afirmação de que a unidade habitacional recebida é melhor atendida, ao se considerar a infraestrutura urbana.

Em referência aos elementos avaliados das dimensões de tecnologia e informação, percebeu-se que o resultado das intervenções urbanas foram positivos, mas poderiam ser melhores. Pois, foi observado que tem havido uma melhora significativa da situação de infraestrutura do acesso à rede de internet, pois o acesso dos moradores aumentou de 37,8% para 86,7% nas atuais moradias, além disso, 60% dos moradores acompanham as notícias sobre a cidade de Santana de Parnaíba, feitas pelos canais oficiais da prefeitura e 57,8% já fizeram alguma solicitação à prefeitura pela internet. Do ponto de vista dos funcionários públicos, apesar destes considerarem difícil o acesso a internet grátis, nos locais públicos e à algumas páginas eletrônicas, no entanto, segundo eles, houve avanços tecnológicos ao monitoramento das áreas e à prevenção ao crime como, por exemplo, a utilização de uma ferramenta online de georreferenciamento e de banco de dados, o Sistema Detecta de videomonitoramento do trânsito, câmeras de monitoramento da Guarda Civil, utilização de drones, entre outros.

No que diz respeito às noções que envolvem as dimensões ambientais, averiguou-se que as ações foram muito positivas. Os resultados indicaram que os moradores das habitações populares consideram importante a preservação das áreas verdes e cursos d'águas, assim como, a existência de áreas de lazer no bairro. E para os funcionários públicos, foi unânime entre eles que às ações de remoções das famílias no entorno do Vila Parque foram necessárias para evitar uma maior degradação das áreas em questão, que as obras hídricas realizadas e a implantação de rede de coleta e tratamento de esgoto ajudaram na melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida das pessoas removidas, no entanto, citaram que há alguns aspectos poderiam melhorar, como por exemplo a participação popular e educação ambiental das famílias reassentadas. Ademais, esse estudo constatou que a prefeitura poderia incentivar mais a reciclagem, se fosse previsto a implantação de ecopontos próximos aos conjuntos habitacionais, e que poderia ser melhorado o conforto ambiental e a capacidade energética das Habitações de Interesse Social [HIS].

Em conclusão, conforme indicado por Moschen et al. (2019), ao analisarem os instrumentos de desenvolvimento sustentável existentes, estes autores observaram que faltam parâmetros mínimos a ser seguidos, uma vez que tais instrumentos não especificam, nem incentivam o que seria ideal para a cidade e não consideram todas as disparidades culturais, geográficas e sociais que possam existir entre as cidades. Desse modo, sob esse ponto de vista, essa pesquisa buscou contribuir com a análise da sustentabilidade urbana em territórios periféricos, no entanto, os resultados obtidos apontam que existem contribuições e debilidades que poderiam ser melhoradas em estudos futuros, de maneira a criar um comparativo entre os aspectos das dimensões da sustentabilidade urbana, considerando-se outras localidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram as dificuldades e lacunas existentes no desenvolvimento de um consenso sobre as dimensões e domínios temáticos da sustentabilidade urbana e seus indicadores, e que estes são propícios a múltiplas interpretações, cujas definições variam substancialmente, ponderando-se assim que esse campo de estudo é fértil para que novas pesquisas sejam elaboradas.

A revisão da literatura realizada corroborou com a análise dos conceitos de desenvolvimento sustentável, observando-se que as três dimensões conceituais - ambientais, econômicas e sociais - ainda são as mais habituais e difundidas, mas elas foram expandidas, e as ponderações realizadas demonstram que há um hiato a ser explorado e que é oportuno ao campo dos estudos científicos que novas pesquisas sejam realizadas para a investigação das dimensões conceituais da sustentabilidade urbana e seus indicadores nestas áreas, de maneira a considerar as peculiaridades das áreas pobres e periféricas das cidades brasileiras e latino-americanas.

No que tange o estado da arte da produção acadêmica voltada para a avaliação de intervenções urbanas em áreas periféricas de cidades brasileiras, realizado com base na metodologia de análise a revisão sistemática de literatura, verificou-se que o papel do Estado ainda é fundamental para uma gestão mais equitativa da cidade; observou-se a existência de novas dinâmicas na urbanização de áreas de interesse ambiental; e, que a aproximação das universidades, especialmente dos cursos de arquitetura e urbanismo, junto às populações mais vulneráveis da periferia, contribuem significativamente para a melhoria da moradia e dos espaços públicos.

Além disso, este trabalho demonstra que as dinâmicas de desenvolvimento das periferias são muito semelhantes entre as diversas cidades brasileiras apresentadas. Nota-se a necessidade da realização de mais pesquisas acadêmicas acerca das práticas de intervenções urbanas voltadas a estas áreas vulneráveis. Ademais, verifica-se uma limitação na metodologia aplicada ao se utilizar apenas artigos de língua portuguesa, apesar desta não ser uma característica que prejudica a sua contribuição, por abranger somente cidades brasileiras, esta pesquisa sugere que outras revisões de literatura sejam feitas em outras línguas e territórios.

A investigação da sustentabilidade urbana realizada demonstrou que, a partir das medidas compensatórias no entorno do Vila Parque, com o provimento de Habitação de Interesse Social [HIS] para o reassentamento de famílias removidas de áreas de risco, houve uma melhora da sustentabilidade urbana dos territórios periféricos de Santana de Parnaíba, no sentido da garantia do direito à cidade, pois, foi observado que os avanços e resultados foram construtivos ao se considerar os eixos temáticos das dimensões sociais e de habitação; de serviços e transporte; e ambientais. Por outro lado, foi verificado que alguns fatores poderiam ser melhorados, por exemplo, no que se refere às dimensões da sustentabilidade urbana relacionadas às dimensões políticas e de participação popular; econômicas; de tecnologia e informação.

É preciso deixar claro que existem outras dimensões da sustentabilidade urbana não categorizadas nesta dissertação, que também podem auxiliar em políticas públicas voltadas às intervenções em territórios periféricos. No entanto, os resultados demonstram que valeu a pena a realização das compensações urbanísticas no contexto da implantação do Vila Parque, ou seja, foi verificado que, a partir da utilização de instrumentos urbanísticos previstos na legislação brasileira, houve uma série de melhorias das condições de sustentabilidade da periferia do município de Santana de Parnaíba.

Por último, tendo em vista os aspectos abordados, notou-se que há um viés negativo no que se refere às relações entre o capital imobiliário com o poder público, que são normalmente apontados como prejudiciais do ponto de vista da inclusão e justiça socioespacial. Desse modo, a presente investigação colaborou para uma outra perspectiva, pois, a partir da utilização dos instrumentos urbanísticos previstos na legislação brasileira, o poder público local permitiu que a ação do capital imobiliário não se desse sem as devidas compensações, contribuindo com a melhoria de espaços urbanos periféricos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, F. D. A. S., De Alexandria, A. R., & Braga, C. B. (2020). Sistemas para avaliação de cidades inteligentes e sustentáveis: uma revisão bibliográfica. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, 8(61).
- Aguilera-Martínez, F. A., & Medina Ruiz, M. (2017). Intervención social en el borde urbano desde el proceso de la significación cultural. *Revista de arquitectura*, Vol. 19, no. 1 (ene.–jun. 2017); p. 78-93.
- Antonucci, D., & Gobbi, L. (2018). Expansão urbana e assentamentos precários: Jardim Piratininga, São Paulo. *Revista de Morfologia Urbana*, 6(1), 17-31.
- BARDIN, L. (2011). *Análise de Conteúdo/Laurence Bardin*; Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, 70.
- Bastos Filho, R. A., Pinto, N. M. A., De Carvalho Fiúza, A. L., & De Almeida Rezende, D. F. (2020). Efeito da atuação do poder público municipal sobre as condições de vida das famílias em regiões periféricas e central da cidade de Viçosa (MG). *HOLOS*, 1, 1-15.
- Bortoluci, J. H. (2016). A descoberta do viver periférico: Articulações do popular na arquitetura paulista (1960-1980). *Novos estudos CEBRAP*, 35(3), 31-50.
- Campos, P. B. R., & de Queiroz Filho, A. P. (2017). Matriz de transição na detecção das mudanças do uso e ocupação do solo: estudo de caso do centro educacional unificado da paz–zona norte de São Paulo. *Raega-O Espaço Geográfico em Análise*, 42, 225-238.
- Carlos, A. F. A., Santos, C. S., & Alvarez, I. P. (Eds.). (2018). *Geografia urbana crítica: teoria e método*. São Paulo: Contexto.
- Carvajalino-Bayona, H. (2019). La arquitectura en los barrios: puntos de encuentro entre la academia y el saber popular. *Revista de Arquitectura (Bogotá)*, 21(2), 112-125.
- Castells, M. (1988). *La cuestión urbana* (Traducción Irene C. Olivan). México: Siglo Veintiuno.
- Chiaravalloti Neto, F., Moraes, M. S. D., & Fernandes, M. A. (1998). Avaliação dos resultados de atividades de incentivo à participação da comunidade no controle da dengue em um

- bairro periférico do Município de São José do Rio Preto, São Paulo, e da relação entre conhecimentos e práticas desta população. *Cadernos de saúde pública*, 14, S101-S109.
- Coelho, D. D., & De Jesus Chrysostomo, M. I. (2015). Estratégias imobiliárias e a construção do “mito” do pai dos pobres na produção dos bairros periféricos de Amoras e Nova Viçosa (1970-1990). *Raega-O Espaço Geográfico em Análise*, 33, 277-306.
- Corrêa, R. L. (2018). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão, pp. 41 a 51. São Paulo: Contexto.
- De Barros Cavalcanti, D. (2017). Lutando por um lugar na cidade de Maceió, Brasil. *Geo Uerj*, (30), 1-18.
- De Castro, A. Q., & Rizek, C. S. (2016). A produção autogestionária do morar nos territórios periféricos da Região Metropolitana de São Paulo. *Anais do 3º Seminário de acompanhamento do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU/USP*.
- De Melo Borges, E., Barreira, C. C. M., & da Silva Marques, E. P. V. (2017). Habitação social e desenvolvimento urbano sustentável: O Caso da Região Metropolitana de Goiânia. *Geo UERJ*, (30), 122-144.
- De Oliveira, L. A. (2020). Por uma Sociologia do Encontro: Trabalho de Campo, Posições Sociais e Processos de Interação na Produção do Conhecimento. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 25(1), 142-160.
- De Oliveira, N. C. (2017). Experiências pioneiras de participação popular no urbano: novos desafios ao assistente social| Pioneering experiences of popular participation in the urban: new challenges to the social worker. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 15(40).
- De Tommasi, L. (2013). Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. *Política & sociedade*, 12(23), 11-34.

- Esdras, M. (2012). Geotecnologias aplicadas ao estudo de formação e de risco ambiental das favelas de Montes Claros/MG. *Raega-O Espaço Geográfico em Análise*, 24.
- Federal, S. (2001). Estatuto da Cidade. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília.
- Fernandes, E. (2013). Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois: razão da descrença, ou razão de otimismo? *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, 20(1), 212-233.
- Fernandes, L., & Mata, S. (2015). Viver nas “Periferias Desqualificadas”: Do Que Diz a Literatura às Percepções de Interventores Comunitários. *Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, (16).
- Folha de Alphaville (2019). Recuperado de <https://www.folhadealphaville.com.br/economia/santana-de-parnaiba-recebera-novo-open-mall>
- Fuini, L. L. (2017). O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 21(1), 19-29.
- Guerra, M. F. (2013). *Vende-se qualidade de vida: Alphaville Barueri-implantação e consolidação de uma cidade privada* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.
- González-García, S., et al. (2019). Embedding environmental, economic and social indicators in the evaluation of the sustainability of the municipalities of Galicia (northwest of Spain). *Journal of Cleaner Production*, 234, 27-42.
- Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas Sociais*, 0(29), 73-89. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/i>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2017). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 147p.

- Jesus, P., & Denaldi, R. (2018). Experiências de regulação urbana e suas possibilidades: análise a partir do Programa Minha Casa Minha Vida na Região do Grande ABC (São Paulo). *EURE* (Santiago), 44(132), 67-87.
- Leal-Lahorgue, M., & Cabette, A. (2013). A cidade e a Copa do Mundo: projetos e transformações urbanas em Porto Alegre-Brasil. *EURE* (Santiago), 39(117), 5-24.
- Lei n. 10257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm
- Leite, C., Costa, C. A., Haddad, F., & Sutti, W. (2018). Urbanismo social em São Paulo. Política pública fundiária e instrumentos indutores desenvolvidos no período 2013-2016. *Arquitextos*, São Paulo, ano 19, n. 219.06, Vitruvius, ago.
- Lefebvre, H. (2001). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Centauro.
- Levy, W. e Nalini, J. R. (2017). Cidades inteligentes e sustentáveis: desafios conceituais e regulatórios. In. *Revista de Direito da Administração Pública*, v. 1. Rio de Janeiro: UFF.
- Lombardi, A. P., & Sahr, C. L. L. (2015). Inclusão socioespacial de pessoas com deficiência no programa "Minha Casa Minha Vida": dicotomias entre o discurso político e a ação efetiva. *Revista Eleuthera*, 12, 13-33.
- Machado, C. (2017). Conexões e rupturas urbanas: projetos, populações e territórios em disputa. *Revista brasileira de ciências sociais*, 32(93).
- Marchetti, D., Oliveira, R., & Figueira, A. R. (2019). Are global north *smart city* models capable to assess Latin American cities? A model and indicators for a new context. *Cities*, 92, 197-207.
- Maricato, E. (2015). *Para Entender a Crise Urbana*. São Paulo: Expressão Popular.

- Maricato, E., & Ferreira, J. S. W. (2002). Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade. Estatuto da Cidade e Reforma urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre.
- Moreno, G. G. (2018). Juventude e vida associativa nas periferias de São Paulo. Caderno CRH, 31(84), 581-599.
- Moretti, E. C., & Campos, B. F. (2016). Fundamentos e dinâmicas da produção do espaço no processo de ampliação do perímetro urbano de Dourados–MS (2011-2014). Geo UERJ, (28), 430-449.
- Morozov, E., Bria, F. (2019). A cidade inteligente: Tecnologias urbanas e democracia. Traduzido por Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora.
- Moschen, S. A., Macke, J., Bebbler, S., & da Silva, M. B. C. (2019). Sustainable development of communities: ISO 37120 and UN goals. International Journal of Sustainability in Higher Education.
- Nascimento, D., & Braga, R. (2009). Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), (9), 98-109.
- Nascimento, E., & Matias, L. F. (2011). Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). Raega-O Espaço Geográfico em Análise, 23.
- Neto, F. P., & da Fonseca, A. C. (2017). Pensar a cidade no Brasil: limitações, potencialidades e perspectivas A cidade a partir das margens: modos de habitar e a constituição dos territórios periféricos de Pelotas/RS, Brasil. Sociabilidades Urbanas–Revista de Antropologia e Sociologia, 1(1), 53-64.
- Organização das Nações Unidas [ONU] (2016). Habitat III. Nova Agenda Urbana (em português). Quito. Recuperado de <https://www.habitat3.org/the-new-urban-agenda>
- Organização das Nações Unidas [ONU] (2016). Plataforma Agenda 2030. Recuperado de <http://www.agenda2030.com.br/>

- Pereira, A. L. D. S., & Palladini, G. M. (2018). Parceria público-privada para construção de moradia popular: fundamentos institucionais para a expansão do mercado de habitação em São Paulo. *Cadernos Metr pole*, 20(43), 879-903.
- Praharaj, S., & Han, H. (2019). Building a typology of the 100 smart cities in India. *Smart and Sustainable Built Environment*.
- PMSP (2019a). Relatório Local Voluntário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS] da Prefeitura Municipal De Santana De Parnaíba. Recuperado de <http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br/download/Cartilha-ODSATUALIZADO.pdf>
- PMSP (2020b). Prefeitura de Santana de Parnaíba - Plano de Metas 2018 a 2019. Recuperado de <https://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br/planodemetas/planodemetas.html>
- PMSP (2020c). Prefeitura de Santana de Parnaíba - História. Recuperado de <https://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br/cidade.html>
- PMSP (2021d). Levantamento bibliográfico e documental na Prefeitura de Santana de Parnaíba. A partir de abertura de protocolo   municipalidade, pelos princípios da Lei n  12.527/11, ao acesso dos cidadãos às informações públicas.
- PNUD (2010). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Atlas do Desenvolvimento Humano. Recuperado de <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>
- Quaresma, C. C. et al. (2017). A crise de mobilidade urbana brasileira e seus antecedentes socioespaciais. In: Cortese, T. T. P., Kniess, C. T. e Maccari, E. A. (Orgs.). *Cidades Inteligentes e Sustentáveis*. Barueri, SP: Manole.
- Rolnik, R. (2001). Estatuto da Cidade: instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. *Estatuto da cidade: novas perspectivas para a reforma urbana*, 5-9.
- Royer, L. D. O. (2009). *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Salgueiro, T. B. (1998). Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Revista território*, 3(4), 39-53.

- Santos, M. (1999). O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos Ippur*, 2, 15-25.
- Santos, M. (2013). *A urbanização brasileira* (Vol. 6). Edusp.
- Seven Vortex (2021). Plataforma colaborativa para criação de dinâmicas ecossistêmicas. Recuperado de <https://www.7vortex.com/>
- Shmelev, S. E., & Shmeleva, I. A. (2019). Multidimensional sustainability benchmarking for smart megacities. *Cities*, 92, 134-163.
- Tanguay, G. A., Rajaonson, J., Lefebvre, J. F., & Lanoie, P. (2010). Measuring the sustainability of cities: An analysis of the use of local indicators. *Ecological Indicators*, 10(2), 407-418.
- United Nations Human Settlements Programme [UN-Habitat] (2020). Recuperado de <https://unhabitat.org/programme/cities-investment-facility-cif>
- Vila Parque (2021). Página eletrônica do empreendimento imobiliário. Recuperado de <https://www.vilaparque.com.br/>
- Villaça, F. (2012). Reflexões sobre as cidades brasileiras. Studio Nobel.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO COMPLETO COM OS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

- Nome do Conjunto / Número da residência
- Iniciais do nome
- Data de nascimento (Moradores com mais de 18 anos)
- Profissão

Dimensões sociais e de habitação

1. Qual é o seu grau de escolaridade?
 - Ensino Fundamental Incompleto
 - Ensino Fundamental Cursando
 - Ensino Fundamental Completo
 - Ensino Médio Incompleto
 - Ensino Médio Cursando
 - Ensino Médio Completo
 - Ensino Superior Incompleto
 - Ensino Superior Cursando
 - Ensino Superior Completo
 - Ensino Pós Graduação
2. Há alguém da sua família que mora com você e que tenha completado algum curso superior?
 - Sim
 - Não
 - Não Sabe
3. Como você considera a qualidade do ensino no seu bairro?
 - Ótima
 - Boa
 - Regular
 - Ruim
 - Péssima
 - Não Sabe
4. Você considera que esta moradia que recebeu pela prefeitura é mais segura que a anterior, que foi removida?
 - Sim
 - Não
 - Não Sabe
 - Indiferente
5. Você considera que esta moradia que recebeu pela prefeitura é mais salubre/saudável que a anterior, que foi removida?
 - Sim

- Não
- Não Sabe
- Indiferente

Dimensões políticas e de participação popular

6. Como você considera a sua relação com os outros moradores do conjunto habitacional?
- Ótima
 - Boa
 - Regular
 - Ruim
 - Péssima
 - Não Sabe
7. Você sente que faz parte da comunidade/coletividade de onde reside?
- Sim
 - Não
 - Não Sabe
8. Sua relação com os vizinhos melhorou nesta moradia que recebeu pela prefeitura em relação a anterior, que foi removida?
- Sim
 - Não
 - Não Sabe
9. Na sua opinião, a prefeitura é transparente com os moradores?
- Sim
 - Não
 - Não Sabe
10. Como você se sentiu no processo de remoção realizado?
- Feliz
 - Infeliz
 - Não Sabe
11. E como se sente agora?
- Feliz
 - Infeliz
 - Não Sabe
12. Você sentiu que foi ouvido neste processo?
- Sim
 - Não
 - Não Sabe

Dimensões econômicas

13. Existem desempregados entre as pessoas que moram com você?
- Sim
 - Não
14. Na sua casa, mora alguém com menos de 18 anos e que esteja trabalhando?
- Sim
 - Não
 - Sim, mas participantes de programas de jovens aprendizes
15. Qual a sua renda familiar? (Salário Mínimo 2021 - R\$1.100,00)
- Menos De 1/4 Do Salário Mínimo – menos de R\$ 275,00
 - 1/4 Do Salário Mínimo - R\$ 275,00
 - 1/2 Salário Mínimo - R\$ 550,00
 - 1 Salário Mínimo - R\$ 1.100,00
 - 1 1/2 Salário Mínimo - R\$ 1.650,00
 - 2 Salários Mínimos - R\$ 2.200,00
 - 2 1/2 Salários Mínimos - R\$ 2.750,00
 - 3 Salários Mínimos - R\$ 3.300,00
 - 4 Salários Mínimos - R\$ 4.400,00
 - 5 Salários Mínimos - R\$ 5.500,00
 - Entre 5 E 10 Salários Mínimos - R\$ 5.500,01 a R\$11.000,00
 - Não quero informar
16. Qual o seu vínculo empregatício?
- Empregado Com Registro
 - Empregado Sem Registro
 - Autônomo Com Registro
 - Autônomo Sem Registro (Informal)
 - Não quero Informar
 - Não Trabalho
 - Aposentado/ Pensionista
 - Servidor Público
17. Você trabalha na região onde reside?
- Sim
 - Não
 - Não quero informar
 - Não trabalho
18. Qual a sua carga horária de trabalho semanal?
- Menos De 20 Horas/Semana
 - 20 Horas/Semana
 - 30 Horas/ Semana
 - 4o Horas/ Semana

- Mais De 4o Horas/ Semana
- Recebe Por Hora Trabalhada
- Não Trabalha
- Não Quis Informar

Dimensões de serviços e transporte

19. Quais serviços a sua moradia anterior que foi removida possuía (porcentagem dos entrevistados)?

- Rede de água
- Coleta de esgoto
- Energia elétrica
- Telefone móvel (celular)
- Telefone fixo
- TV a cabo
- Internet móvel
- Internet fixa

20. Quais serviços a sua moradia possui agora (porcentagem dos entrevistados)?

- Rede de água
- Coleta de esgoto
- Energia elétrica
- Telefone móvel (celular)
- Telefone fixo
- TV a cabo
- Internet móvel
- Internet fixa

21. Você acha que a infraestrutura da sua casa melhorou onde está morando, se comparada com a anterior?

- Sim
- Não

22. No seu dia-a-dia, quais são os seus principais meios de transporte (porcentagem dos entrevistados)?

- Caminhada
- Bicicleta
- Transporte Público
- Transporte Particular - Moto
- Transporte Particular - Carro
- Transporte Por Aplicativo
- Não Sabe

23. Qual a sua opinião sobre o transporte público que atende a sua região?

- Ótimo
- Bom

- Regular
- Ruim
- Péssimo
- Não Sabe

24. Você acha que o acesso ao transporte público nesta residência recebida pela prefeitura é melhor do que na sua moradia anterior removida?

- Sim
- Não
- Não Sabe

Dimensões de tecnologia e informação

25. Qual o tipo de acesso à internet que sua família possui na nova moradia?

- Banda Larga
- Móvel
- Banda Larga e Móvel
- Nenhum

26. Qual o tipo de acesso à internet que sua família possuía na antiga moradia?

- Banda Larga
- Móvel
- Banda Larga e Móvel
- Nenhum

27. Em caso de não ter acesso à internet banda larga, você gostaria que sua família tivesse acesso à internet banda larga em sua casa?

- Sim
- Não
- Não Sabe

28. Você acha que o acesso à internet na nova moradia é melhor do que o acesso na moradia anterior?

- Sim
- Não
- Não Sabe
- Acha que é igual

29. Qual a sua opinião sobre o acesso e a velocidade da internet na sua moradia?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima
- Não Sabe
- Não tem

30. Quais equipamentos com acesso à internet você possui na sua residência?
- Celular
 - Tablet
 - Computador Portátil (Laptop/Notebook)
 - Computador de Mesa (Desktop)
 - Smart TV
 - Assistente Virtual (Exemplo Alexa e Cortana)
 - Dispositivos Inteligentes (Tomada, Lâmpada, Eletrodomésticos, etc.)
 - Não Sabe
 - Não Tem

31. Você já fez alguma solicitação para a prefeitura pela internet?
- Sim
 - Não
 - Não Sabe

32. Você utiliza a internet (banda larga ou móvel) para acompanhar as notícias sobre a cidade de Santana de Parnaíba feitas pelos canais oficiais da prefeitura (redes sociais, imprensa oficial, página eletrônica, etc.)?
- Sim
 - Não
 - Não Sabe

Dimensões ambientais

33. Na sua moradia é feita a separação do lixo para a reciclagem?
- Sim
 - Não
 - Não Sabe

34. Você acha a reciclagem importante?
- Extremamente Importante
 - Importante
 - Pouco Importante
 - Nada Importante
 - Não Sabe

35. Você acha que a sua moradia atual contribui mais para a preservação do meio ambiente do que a anterior, removida pela prefeitura?
- Sim
 - Não
 - Não Sabe

36. Você acha importante a preservação das áreas verdes no seu bairro?
- Extremamente Importante

- Importante
- Pouco Importante
- Nada Importante
- Não Sabe

37. Você acha importante a preservação dos cursos d'águas e córregos do seu bairro?

- Extremamente Importante
- Importante
- Pouco Importante
- Nada Importante
- Não Sabe

38. Você acha importante a existência de áreas de lazer no seu bairro?

- Extremamente Importante
- Importante
- Pouco Importante
- Nada Importante
- Não Sabe

➤ Observações do entrevistado.